



SEPLAN
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO



GOIÁS

Um Estado melhor a cada dia

CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA

Boletim Trimestral

7

Fevereiro - 2006

GOVERNO DE GOIÁS
Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
José Carlos Siqueira

CHEFIA DE GABINETE
Leônidas de Lima Neto

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA
Humberto Tannús Júnior

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO
Lillian Maria Silva Prado

CONSELHO EDITORIAL
Lillian Maria Silva Prado
Marcelo Ladvoat
Paulo Borges Campos Jr.

COORDENAÇÃO
Marcos Fernando Arriel

EQUIPE TÉCNICA
Alex Salvino Dias
Dinamar Maria Ferreira Marques
Lillian Maria Silva Prado
Marcelo Cardoso da Silva
Marcos Fernando Arriel

CAPA
Alex Salvino Dias

FOTOS
Cleomar Gonçalves do Nascimento
José Antônio Pereira Neto

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.
As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da
Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento.

Tiragem: 500 exemplares

Conjuntura Econômica Goiana, n. 07 - (2004-).
Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, 2006.
56p. : il

Trimestral

ISSN 1807-4871

CDU; 338



SEPLAN
SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO



Sepin
Superintendência de Estatística
Pesquisa e Informação

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 3 Centro
CEP 74.003-010 - Goiânia - Goiás
Tel: (62) 3201-7878
Internet: www.seplan.go.gov.br/sepim
e-mail: sepim@seplan.go.gov.br

Sumário

<i>Apresentação</i>	2
<i>Economia Goiana no ano de 2005</i>	3
<i>A Liberdade na Escolha do Combustível</i>	12
<i>Mercado Orgânico, Potencial em Expansão</i>	15
<i>Dinâmica Produtiva da Indústria de Confecções de Vestuário em Goiás</i>	20
<i>Vantagem Comparativa Revelada: uma Análise do Perfil de Goiás</i>	28
<i>Investimentos do Governo de Goiás em Ciência & Tecnologia – Uma Revisão do Indicador</i>	33
<i>A Experiência de Planejamento em Goiás</i>	39
<i>Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos - 2003</i>	46
<i>O Processo de Reestruturação Produtiva no Brasil e as Modificações na Estrutura Socioeconômica Goiana a Partir da Década de 1980.</i>	52

Procissão do Fogaréu Celebrado na quarta-feira Santa Cidade de Goiás



Estudo dos Elementos da Iconografia de Goiás - Sebrae-GO

Apresentação

Com satisfação e a expectativa de sempre, apresentamos ao leitor o 7º número do boletim trimestral Conjuntura Econômica Goiana. Para a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento é sempre um momento especial o fechamento de mais uma publicação com informações e artigos sobre aspectos da economia goiana.

Nesse número, o boletim apresenta uma análise conjuntural da economia goiana em 2005, enfocada por economistas da casa, como já é de praxe. Em seguida, são apresentados sete artigos de colaboradores, economistas e profissionais da área, com temas bastante interessantes, atuais e diversificados.

O Presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool no Estado de Goiás (Sifaeg), Igor Montenegro Celestino Otto, em seu artigo *A Liberdade na Escolha do Combustível*, expõe, com muita propriedade, a importância do álcool combustível para o País e para Goiás. Escrito a duas mãos, pela Assistente Social Flávia A. Bittencourt Roriz Fleury e pelo economista Wellington Matos de Lima, o artigo *Mercado Orgânico, Potencial em Expansão*, apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com o setor supermercadista, sobre produtos orgânicos.

Em seguida, o Professor Sérgio Duarte de Castro, doutor em economia, e a economista Leila Brito, apresentam um bem elaborado panorama do setor de confecções em Goiás, destacando os Arranjos Produtivos Locais (APL's) de confecções de Goiânia e Jaraguá, no artigo *Dinâmica Produtiva da Indústria de Confecções de Vestuário em Goiás*.

O quinto artigo, do economista Professor Carlos Wagner Mesquita, mestre em Economia de Empresas, intitulado *Vantagem Comparativa Revelada: Uma Análise do Perfil de Goiás*, analisa o comportamento do comércio exterior goiano ante a corrente de comércio mundial.

A Professora Sônia Milagres Teixeira, PhD em Economia Rural, nos brinda mais uma vez com artigo de sua autoria. Nesta oportunidade, discute a composição dos dispêndios e as características das ações em Ciência e Tecnologia em Goiás no artigo *Investimentos do Governo de Goiás em Ciência & Tecnologia – Uma Revisão do Indicador*.

Outro destaque desta edição é o artigo do Professor Jéferson de Castro Vieira, doutor em economia, *A Experiência de Planejamento em Goiás*, em que apresenta o resgate do planejamento como experiência de mudança socioeconômica de uma realidade.

A estimativa do PIB dos municípios para o ano de 2003, calculada pela Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação da Seplan em parceria com o IBGE, é analisada no artigo *“Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos - 2003”* pelos economistas Dinamar Maria Ferreira Marques e Marcos Fernando Arriel. Finalmente, na seção reservada aos resumos de monografias, cujo objetivo é o de incentivar e descobrir novos talentos da área da economia em Goiás, acadêmicos do curso de economia da Universidade Estadual de Goiás de Anápolis, sob a orientação do Professor César Augustus Labre Lemos de Freitas discorrem sobre *“O Processo de Reestruturação Produtiva no Brasil e as Modificações na Estrutura Socioeconômica Goiana a Partir da Década de 1980.”*

A todos os colaboradores desta edição nossos sinceros agradecimentos. Renovamos aqui, mais uma vez, o convite para continuarem prestigiando o Boletim Conjuntura Econômica Goiana, no seu objetivo de difundir informações e análises e fomentar a discussão sobre temas de desenvolvimento econômico e social de Goiás.

José Carlos Siqueira
Secretário do Planejamento e Desenvolvimento



Economia Goiana no ano de 2005

A economia brasileira em 2005 caracterizou-se por apresentar um quadro de baixo crescimento econômico associado a elevadas taxas de juros. O destaque positivo da economia foi o elevado superávit comercial, o que contrariou algumas expectativas que projetavam um resultado menos expressivo em decorrência do câmbio, que durante todo o ano apresentou forte apreciação do real em relação ao dólar. Os crescentes superávits proporcionaram uma excelente condição de solvência externa, tornando o país menos vulnerável a choques externos. Um dos destaques na área econômica foi justamente a quitação antecipada de débitos com o FMI. Outro fato relevante no ambiente macroeconômico foi a troca de títulos da dívida interna, lastreados em dólares, por títulos lastreados em moeda nacional através do *swap* cambial reverso, em que o Banco Central oferta às instituições financeiras o retorno vinculado à variação da Selic recebendo do Bacen o retorno proporcionado pela variação do dólar. Este fato proporcionou uma menor exposição do país a choques externos que poderiam influenciar a instabilidade interna, dado o elevado valor da dívida interna.

O ano de 2005, foi marcado pela continuidade da elevada demanda por *commodities*, em decorrência do forte crescimento econômico de países como China e Índia, o que pressionou o preço de produtos agrícolas e minerais. O forte crescimento do comércio internacional, associado à crescente liquidez no mercado financeiro, proporcionou condições altamente favoráveis para o crescimento econômico de países emergentes, porém este quadro não foi verificado no Brasil. Se por um lado observou-se uma disciplina e um

*Equipe de Conjuntura - Seplan**

planejamento em relação às variáveis macroeconômicas, o mesmo não foi observado em relação às reformas que proporcionassem condições para o crescimento sustentável. O país não avançou absolutamente nada em relação às reformas tributárias, trabalhistas, judiciárias e à regulamentação de Parcerias Público Privadas. O país continuou expandindo a carga tributária. Mesmo possuindo uma das mais confusas legislações tributárias do mundo, não se observou nenhuma diretriz em relação às políticas para a agricultura e indústria. Mesmo apresentando elevado superávit primário, observou-se uma constante elevação das despesas correntes, o que indica além da ineficiência destes gastos, uma redução no investimento público. Outro fato marcante do período e que limita as possibilidades de crescimento, é a falta de uma política que vise dotar o país de uma infra-estrutura necessária para alavancar o crescimento.

O resultado da balança comercial, que foi o destaque do país, é fruto não de fatores internos como aumento da eficiência (salvo raríssimas exceções) ou da produtividade, mas da elevada demanda externa, tanto que praticamente todos os países emergentes apresentaram recordes nos valores exportados. Embora haja avanços quantitativos, quando se faz uma análise qualitativa, observa-se que o país não avança no nível necessário nas importações de bens de capital, sendo que boa parte das exportações ainda está concentrada em *commodities* de baixo valor agregado. Outro quadro preocupante, é que no período o Brasil perdeu participação no comércio com a Europa e Estados Unidos para China e Índia que são importadores de produtos de maior valor agregado, e ampliou o comércio com países que demandam basicamente *commodities*. Outro fato que pesou favoravelmente para o superávit comercial, foi a fraca demanda interna que mesmo com o real valorizado não foi suficiente para alavancar as importações, o que demonstra mais claramente o baixo desempenho econômico em 2005.

No geral o Brasil apresentou o fraco crescimen-

* Dinamar Maria Ferreira Marques, Marcelo Cardoso da Silva, Marcelo Eurico de Sousa, Maria de Fátima Mendonça Faleiro Rocha e Marcos Fernando Arriel



to econômico de 2,3% em 2005. Em se tratando de América Latina, o resultado foi superior apenas ao do Haiti. Os índices de inflação foram relativamente baixos, dentro da meta estabelecida: IPCA fechando em 5,7% e IGPM, fortemente influenciado pelo câmbio, em 1,57%. A taxa Selic chegou em dezembro a 18,0%, valor extremamente elevado, sendo que a taxa de investimento agregado representou apenas 19,8% do PIB, um valor baixo para um país emergente. O risco Brasil chegou em dezembro ao patamar de 342 pontos com tendência de queda, sendo este influenciado pelas condições de solvência da economia. Este quadro demonstra nitidamente que não apenas a redução de juros, mas a ausência de reformas impede o Brasil de crescer no mesmo patamar de países emergentes e o país mais uma vez (como já vem ocorrendo em anos anteriores) não aproveitou as condições altamente favoráveis da economia mundial.

Neste contexto a economia goiana apresentou resultados positivos, embora inferiores se comparados aos anos anteriores, em que crescia bem acima da média nacional. Os preços das principais *commodities* agrícolas (principalmente soja) não mostraram sinais de recuperação, afetando negativamente a renda do produtor agrícola. A indústria apresentou um resultado pouco acima da média nacional, embora o segundo semestre tenha sido consideravelmente fraco para a atividade industrial do estado. No que tange a geração do emprego formal a economia goiana ainda apresentou resultados favoráveis. No comércio externo as exportações do estado bateram novo recorde, tendência comum a dos demais estados brasileiros, mas com poucos avanços qualitativos, predominando produtos de baixo valor agregado.

Indústria

A indústria brasileira apresentou um melhor desempenho no primeiro semestre de 2005, e perdeu fôlego a partir de setembro de 2005, quando registrou decréscimo de 0,05%, iniciando um processo de recuperação já no último mês do ano, com crescimento de 3,17%. O fraco desempenho é atribuído pelos analistas de mercado, pela acomodação natural do setor e aos gargalos estruturais que tem dificultado a expansão da produção e também a elevada taxa

básica de juros da economia brasileira. (Selic). Após o excelente desempenho de 8,30% na produção no ano de 2004, fechou o ano de 2005 com crescimento 3,13%, a expansão atingiu doze das quatorze áreas investigadas pela PIM-PF/IBGE. A taxa mais elevada ficou com o Amazonas (12,07%), impulsionado, sobretudo pelo avanço na produção da indústria de bens de consumo duráveis (telefones celulares e eletroeletrônicos). Em seguida, figuraram Minas Gerais (6,33%), Bahia (4,09%), São Paulo (3,76%), Pará (3,81%) e Goiás com (3,23%) que completaram o conjunto de estados que cresceram acima da média nacional (3,13%).

Tabela 1
Pesquisa Industrial Mensal Produção Física –
Regional - 2005

(base: igual período do ano anterior = 100)

Brasil, Região Geográfica e Unidade da Federação	Jan-jun	Jul-dez	Jan-dez
Amazonas	20,21	5,06	12,07
Minas Gerais	7,78	5,02	6,33
Bahia	2,29	5,81	4,09
Pará	5,20	2,57	3,81
São Paulo	6,26	1,57	3,76
Goiás	6,88	0,14	3,23
Pernambuco	1,85	3,92	2,98
Região Nordeste	4,57	0,59	2,44
Rio de Janeiro	1,28	2,72	2,02
Espírito Santo	3,16	-0,29	1,38
Paraná	8,00	-5,25	0,79
Santa Catarina	6,50	-5,53	0,08
Ceará	6,07	-7,57	-1,56
Rio Grande do Sul	-3,15	-3,94	-3,54
Brasil	5,02	1,42	3,13

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa.

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2006

Na passagem do primeiro para o segundo semestre de 2005, acompanhando o movimento observado da indústria nacional, verificou-se uma desaceleração no ritmo de crescimento em onze localidades. Os movimentos mais acentuados de redução ocorreram no Amazonas, que passou de 20,21% no período janeiro-junho para 5,06% no segundo semestre, no Ceará de (6,07% para -7,57%), Paraná (8,0% para -5,3%) e em Santa Catarina (de 6,5% para -5,5%).

Segundo a pesquisa, a produção industrial goiana apresentou em 2005 desempenho positivo de 3,23%, ligeiramente acima da média nacional e inferior ao apurado no ano de 2004 que foi 8,40%. O indicador industrial do estado de Goiás perdeu fôlego a partir do mês de setembro de 2005, quando registrou índice de (-5,01%),

com perda de dinamismo do setor extrativo e produtos químicos.

A indústria de transformação produziu resultados favoráveis. No acumulado de janeiro-dezembro de 2005, frente a igual período de 2004, expandiu em 4,16%, impulsionada pelo setor de alimentos e bebidas (6,08%), por conta da maior produção de cervejas e chope, seguido, por metalurgia básica (14,83%), em função da

performance favorável de ferroníquel e ferronióbio. Por outro lado, produtos químicos (-11,34%) foi o único setor da indústria de transformação que apresentou resultado negativo, pressionado, em grande parte, pela queda na produção de adubos e fertilizantes. Vale destacar, ainda neste confronto, o decréscimo observado na indústria extrativa (-6,47%) devido à redução na produção de amianto.

Tabela 2
Estado de Goiás: Pesquisa Industrial Mensal Produção Física

(Base: Igual período do ano anterior = 100)

Segmentos	2004				2005			
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Indústria geral	4,25	5,22	9,42	14,17	3,76	9,75	1,73	-1,53
Indústria extrativa	-9,36	-10,74	47,11	24,32	2,79	18,52	-7,20	-34,77
Indústria de transformação	5,94	6,92	6,82	13,27	3,87	8,98	2,58	1,69
Alimentos e bebidas	5,28	6,35	9,07	12,26	6,35	10,16	4,15	3,99
Produtos químicos	21,11	12,23	0,00	22,32	-12,27	-0,52	-11,79	-17,06
Minerais não metálicos	0,07	18,52	3,79	16,83	-0,68	8,95	3,66	0,51
Metalurgia básica	-4,83	-2,25	2,54	3,60	13,20	10,54	16,02	19,30

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa.

Elaboração: Seplan-GO/Seplan - Gerência de Contas Regionais - 2006

A evolução dos índices em bases trimestrais mostrou que a atividade industrial goiana sustentou taxas positivas nos três primeiros trimestres de 2005: 3,76% no período janeiro-março, 9,75% no segundo trimestre e 1,73% no terceiro. Com o recuo de 1,53% no último trimestre do ano, frente ao mesmo período do ano anterior, observa-se clara desaceleração no ritmo de expansão da indústria na passagem do primeiro (6,88%) para o segundo semestre (0,14%). Este movimento foi observado em quatro dos cinco ramos pesquisados, com a indústria extrativa apresentando as maiores perdas, ao passar de 10,32% para -20,80%.

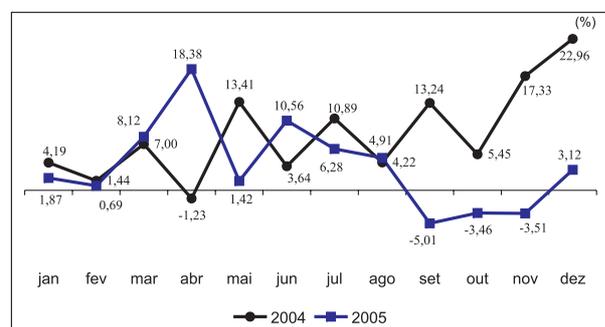
Comércio Varejista

Os indicadores relativos ao comércio varejista ampliado em Goiás apresentaram resultados bastante favoráveis em 2005, com números bem superiores à média nacional. O volume de vendas teve um incremento acumulado no ano de 11,68%, enquanto o Brasil teve um crescimento acumulado de 3,07%. Já em relação à receita nominal houve um incremento acumulado no estado em 2005 de 19,86%, contra 9,56% no Brasil. É possível observar pelas tabelas 3 e 4, que em praticamente todos os segmentos do comércio varejista os resultados do Estado de Goiás foram muito superiores à média nacional. Os setores cujas vendas são sensíveis à variação no nível de renda apresentaram resultados altamente expressivos. Um dos destaques foi o de Combustíveis e Lubrificantes que embora nacionalmente tenha apresentado resultados fortemente negativos em decorrência da elevação dos preços, em Goiás apresentou um resultado bastante positivo em relação ao volume de vendas (12,85%) quanto em relação à receita nominal (28,78%).

O setor de móveis e eletrodomésticos continua apresentando resultados altamente positivos, condição facilitada pelo crediário próprio das grandes redes de varejo, que apesar dos juros

Gráfico 1
Estado de Goiás: Produção Industrial Mensal – 2004/05

(Base: igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa.

Elaboração: Seplan-GO/Seplan - Gerência de Contas Regionais – 2005



elevados cobram parcelas de baixo valor, além do financiamento concedido por financeiras voltadas especificamente para o consumo. Outro aspecto que tem influenciado positivamente o consumo é o crédito consignado que também atinge as classes C, D e E. Deve se considerar também que a valorização do real possibilitou que produtos eletrônicos tivessem baixos reajustes de preços, em alguns casos até mesmo redução, o que possibilitou a ampliação do consumo dos mesmos.

O setor de veículos, motores, partes e peças continua apresentando crescimento representativo, beneficiado pelo crédito (embora neste caso seja restrito a grupos de renda mais elevada) e pela elevação do nível de renda de alguns segmentos. É um setor que apresenta naturalmente uma demanda reprimida, sendo altamente sensível a variações do nível de renda e às taxas de juro.

Merece destaque também o crescimento do setor de material de construção, que é representativo por ser intensivo em mão-de-obra e por possuir um efeito altamente positivo na economia, haja vista que o setor é ao mesmo tempo sensível a variações da renda e possui um efeito multiplicador na economia, por estar associado a uma cadeia produtiva formada por diversos segmentos industriais.

O segmento hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo e o subsetor hipermercados e supermercados também apresentaram crescimentos muito superiores à média nacional, o que pode ser ocasionado tanto pela estabilidade dos preços dos alimentos, quanto pela ampliação do poder de compra da população haja vista que este segmento é fortemente influenciado pela renda disponível da população.

Tabela 3
Variação de volume de vendas no comércio varejista ampliado - 2005

Segmentos	Variação (%)	
	Brasil	Goiás
Combustíveis e Lubrificantes	-7,4	12,85
Hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo	2,93	19,45
- Hipermercados e Supermercados	1,99	19,36
Tecidos, vestuários e calçados	5,87	10,63
Móveis e eletrodomésticos	16,02	16,13
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos	6,07	21,16
Livros, jornais, revistas e papelaria	1,53	15,83
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	54,01	13,49
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	14,82	7,51
Veículos, motores, partes e peças	1,58	4,55
Material de construção	-6,06	11,15
Comércio varejista geral	3,07	11,68

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

Tabela 4
Variação de receita nominal de vendas no comércio varejista ampliado - 2005

Segmentos	Variação (%)	
	Brasil	Goiás
Combustíveis e Lubrificantes	5,65	28,78
Hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,34	21,51
- Hipermercados e Supermercados	4,37	21,47
Tecidos, vestuários e calçados	14,94	21,9
Móveis e eletrodomésticos	21,45	23,63
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos	12,32	29,27
Livros, jornais, revistas e papelaria	8,00	20,91
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	46,48	12,81
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	22,6	15,35
Veículos, motores, partes e peças	9,59	14,64
Material de construção	4,38	20,29
Comércio varejista geral	9,56	19,86

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.



Agricultura

O Brasil, segundo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA/IBGE, colheu em 2005 113,715 milhões de toneladas, contra 121,548 milhões em 2004, representando uma queda de 6,26%, ou 7,6 milhões de toneladas. A área colhida total foi de 47,604 milhões de hectares, ante

47,329 milhões de hectares em 2004, ou seja, um incremento de apenas 0,58%.

A queda apresentada na produção deveu-se principalmente à redução na produção dos principais produtos:

Algodão herbáceo (-13,09%), milho (-16,53%), feijão (-2,76%), laranja (-2,16%), sorgo (-28,00%), tomate (-1,67%) e trigo (-13,76%).

Tabela 5

Estado de Goiás: Produção obtida dos principais produtos agrícolas de Goiás, Centro-Oeste e Brasil, participação e posição - 2005.

Produto	Goiás (t)	Centro-Oeste (t)	Brasil (t)	Participação (%)		Posição
				Goiás/Centro-Oeste	Goiás/Brasil	Goiás/Brasil
Algodão herbáceo	432.045	1.610.099	3.660.856	26,83	11,80	3º
Arroz	374.627	1.304.587	13.232.776	28,72	2,83	7º
Café (em grão)	16.112	30.743	2.143.852	52,41	0,75	8º
Cana-de-açúcar	15.639.760	40.653.495	421.760.331	38,47	3,71	6º
Feijão	262.899	408.024	3.012.009	64,43	8,73	4º
Mandioca	342.032	1.616.800	26.328.536	21,15	1,30	19º
Milho	2.843.373	8.713.135	34.895.590	32,63	8,15	5º
Soja	6.983.860	29.703.958	51.138.299	23,51	13,66	3º
Sorgo	508.569	952.184	1.534.206	53,41	33,15	1º
Tomate	776.430	825.637	3.431.129	94,04	22,63	1º
Trigo	50.177	198.611	4.938.327	25,26	1,02	7º

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático - LSPA

Elaboração: Seplan-GO/Seplan - Gerência de Contas Regionais - 2006

A produção de grãos estimada para o estado de Goiás, conforme o mesmo levantamento, foi de 11,299 mil toneladas no ano de 2005, redução de apenas 0,64% em comparação ao registrado no ano anterior, quando foram colhidas 11,372 mil toneladas. A produção goiana representou 10% da produção nacional e 27% da pro-

dução da Região Centro-Oeste. Os principais produtos que apresentaram expansão foram: arroz (1,38%), cana-de-açúcar (10,75%), feijão (25,29%), soja (14,65%) e mandioca (24,11%). Apresentaram queda: algodão (-8,04%), milho (-19,30%), sorgo (-31,37%), tomate (-10,95%) e trigo (-42,84%).

Tabela 6

Estado de Goiás: Área plantada, produção e produtividade dos principais produtos agrícolas - 2005.

Produto	Área Plantada (ha)		Variação (%)	Produção Obtida (t)		Variação (%)	Produtividade (Kg/ha)		Variação (%)
	2004	2005		2004	2005		2004	2005	
Algodão herbáceo	141.555	149.114	5,34	469.794	432.045	-8,04	3.319	2.897	-12,71
Arroz	165.427	184.950	11,8	369.513	374.627	1,38	2.234	2.026	-9,31
Café (em grão)	7.799	7.548	-3,22	14.235	16.112	13,19	1.825	2.135	16,99
Cana-de-açúcar	179.328	196.586	9,62	14.121.079	15.639.760	10,75	78.744	79.557	1,03
Feijão	104.422	112.442	7,68	209.835	262.899	25,29	5.542	6.157	11,10
Mandioca	18.314	21.076	15,08	275.596	342.032	24,11	15.048	16.229	7,85
Milho	696.324	613.023	-11,96	3.523.279	2.843.373	-19,30	9.911	8.579	-13,44
Soja	2.591.084	2.663.380	2,79	6.091.676	6.983.860	14,65	2.351	2.622	11,53
Sorgo	314.267	275.065	-12,47	741.076	508.569	-31,37	2.359	1.849	-21,62
Tomate	11.384	10.792	-5,2	871.945	776.430	-10,95	76.594	71.945	-6,07
Trigo	21.772	10.964	-49,64	87.781	50.177	-42,84	4.032	4.577	13,52

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático - LSPA

Elaboração: Seplan-GO/Seplan - Gerência de Contas Regionais - 2006



A queda de 8,04% na quantidade produzida e 5,34% na área plantada na cultura de algodão herbáceo, foi devido ao desestímulo dos produtores, pelo alto custo da produção, indisponibilidade de recursos em tempo de realizar o plantio e elevado índice de inadimplência dos produtores junto ao sistema financeiro, conforme levantamento do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias do Estado de Goiás – GCEA/GO.

A produção de milho, de acordo com a pesquisa LSPA/IBGE apresentou redução de 11,96% na área plantada e 19,30% na produção obtida, fato explicado em parte, pela frustração dos agricultores com a rentabilidade dessa cultura no ano de 2004. Segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas, os preços médios recebidos pelos produtores, pela saca de 60 kg, no ano de 2005 foi de R\$ 16,00 contra R\$ 20,00 no ano de 2003. Outro motivo para redução da área plantada do milho foi a opção dos produtores em plantar outra cultura, soja.

Conforme relato da Secretaria da Agricultura, o consumo de milho no estado de Goiás é da ordem de 2,2 milhões de toneladas por ano, evidenciando que a produção goiana de milho de 2,8 milhões de toneladas foi suficiente para abastecer o consumo interno no ano de 2005.

Estiagem e má distribuição das chuvas em 2005, foram os fatores causadores da redução no rendimento médio esperado, de algumas culturas, a exemplo do sorgo, que apresentou decréscimo na produção de 31,37% e 21,62% na produtividade média resultando em um maior número de área totalmente perdida. O tomate também sofreu redução de 10,95% na produção e de 5,20% na área plantada.

Para a produção de soja a pesquisa apurou crescimento de 2,79% na área plantada e 14,65% na produção, alcançando um volume de grãos da ordem de 6,984 mil toneladas, ante 6,092 mil toneladas no ano de 2004. Mesmo com a constatação de focos da “ferrugem asiática” e estiagem, a produção obtida expandiu 14,65% em relação ao ano anterior. É importante afirmar que o combate e o controle da “ferrugem

asiática” foram eficientes, não repetindo os efeitos negativos da safra anterior. Apesar dos baixos preços recebidos e redução da rentabilidade da cultura, o produtor não teve a opção de plantios de outras culturas, até porque, o milho também apresentou cotações aquém das esperadas.

As estimativas no ano de 2005 para a produção de cana-de-açúcar apresentaram resultado positivo, com expansão de 10,75% na produção, comparado com o ano anterior. A área plantada cresceu 9,62% e a produtividade chegou a 79.557 kg/ha, com incremento de 1,03%. Fato explicado pelo aumento das exportações de açúcar, elevação no preço recebido pelos produtores pela tonelada de cana, e pela expectativa de instalação de várias usinas de álcool em diversas regiões do estado a partir deste ano.

Em 2005 o feijão destacou-se com a maior taxa de crescimento, 25,29%, entre os produtos analisados e variação positiva na produtividade de 11,10%, atingindo 6.157 kg/ha. Os bons preços recebidos pelos produtores na produção de feijão justificaram os acréscimos de área e produção em relação à safra anterior.

A pesquisa apurou um incremento de apenas 1,38% na produção de arroz em 2005. O fraco desempenho, principalmente do arroz de sequeiro, se deu em razão do longo período de estiagem, que provocou a redução da produtividade, enquanto a cultura de arroz irrigado, localizada basicamente nos municípios de Flores de Goiás e São Miguel do Araguaia (Distrito de Luis Alves), obteve o rendimento médio esperado.

Comércio Exterior

A balança comercial brasileira encerrou 2005 com resultados históricos, mesmo com a valorização do real frente ao dólar em todas as variantes. As vendas externas foram de US\$ 118,308 bilhões. As compras do mercado internacional alcançaram US\$ 73,548 bilhões, resultando num saldo positivo (exportação menos importação) de US\$ 44,760 bilhões

Tabela 7
Estado de Goiás e Brasil: Balança Comercial - 2004/05

(US\$ 1.000 FOB)

Ano	Goiás				Brasil			
	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de comércio	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de comércio
2004	1.411.773	625.364	786.410	2.037.137	96.475.238	62.834.698	33.640.541	159.309.936
2005	1.816.294	723.939	1.092.355	2.540.233	118.308.269	73.548.226	44.760.043	191.856.495
Varição %	28,65	15,76	38,90	24,70	22,63	17,05	33,05	20,43

Fonte: MDIC.

Elaboração: Seplan-GO / Sepin / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2006.



Nas exportações, o grande destaque de 2005 foram os manufaturados, produtos com alto valor agregado, com acréscimo de 23,5%, em relação ao de 2004, devido ao aumento das quantidades embarcadas e não à elevação dos preços internacionais. Nesta categoria, destaque para o crescimento de celulares (+99,6%), veículos de carga (+50,4%) e automóveis (+31,6%). Além disso, os produtos manufaturados foram os que mais contribuíram para a elevação das exportações de 2005 sobre 2004, ao gerar acréscimo de divisas de US\$12,197 bilhões, seguido dos produtos básicos (+US\$6,204 bilhões) e dos semimanufaturados (+ US\$2,530 bilhões). Com este bom desempenho, as manufaturas já respondem por 55,1% da pauta de exportação brasileira.

Nas importações, todas as categorias de produtos obtiveram crescimento em 2005: bens de capital (+27,4%), bens de consumo (+24,2%), combustíveis e lubrificantes (+16,2%); matérias-primas e intermediários (+13,1%).

Com estes resultados recordes, a corrente de comércio brasileira (exportação + importação) atingiu um novo patamar, superando os US\$ 190

bilhões em 2005, valor 20,9% superior aos US\$ 159 bilhões de 2004.

O Estado de Goiás em 2005 registrou também resultados históricos na Balança Comercial. Pela primeira vez o saldo superou a barreira de US\$ 1 bilhão, 38,90% a mais do que no ano anterior. As importações atingiram US\$ 723,939 milhões, 15,8% acima do período anterior. Os principais itens adquiridos foram: matérias-primas para produção de medicamentos e fertilizantes, máquinas para indústria, além de partes de veículos e tratores para as montadoras. Os principais países de origem foram: 1º Japão (US\$ 195,508 milhões), 2º Estado Unidos (US\$ 87,368 milhões), 3º Tailândia (US\$ 54,365 milhões), 4º Rússia (US\$ 54,317 milhões), 5º China (US\$ 40,958 milhões), correspondendo a 60% do valor importado.

As exportações do período somaram US\$ 1,816 bilhão, 28,7% maiores do que em 2004. Em valores, a expansão das exportações significou geração adicional de US\$ 4,05 milhões. As exportações goianas em 2005 apresentaram bom desempenho, apesar de a cotação do dólar ter ficado depreciada em relação ao real.

Tabela 8
Estado de Goiás: Principais produtos exportados – 2004/05

Produto	US\$ FOB		Part. (%) 2005	Variação (%) 2005-2004
	2004	2005		
Total	1.411.773.076	1.816.294.287	100,00	28,65
Complexo SOJA (grãos e bagaços)	774.657.456	1.018.616.540	56,08	31,49
Carne bovina	176.396.821	248.025.813	13,66	40,61
Carne de frango	81.099.588	93.494.015	5,15	15,28
Ferronióbio	43.807.941	48.660.281	2,68	11,08
Ouro	54.378.206	45.919.534	2,53	-15,56
Algodão	34.347.809	43.452.750	2,39	26,51
Amianto	39.796.630	43.414.358	2,39	9,09
Carne suína	30.232.615	39.322.492	2,16	30,07
Couro bovino	28.199.667	36.855.041	2,03	30,69
Leite	15.766.644	14.793.577	0,81	-6,17
Demais produtos	134.326.827	183.739.886	10,12	36,79

Fonte: MDIC

Elaboração: Seplan-GO / Sepin / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2006.

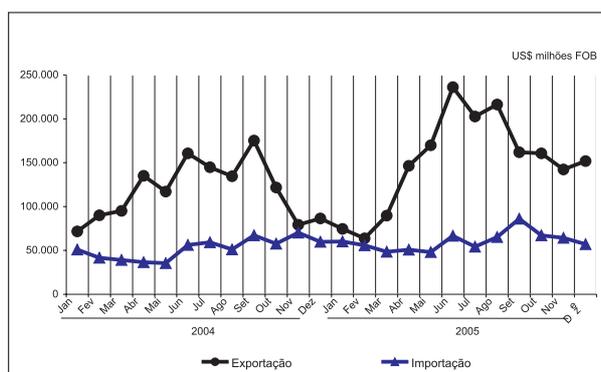
O complexo soja continua na liderança do ranking da exportação do Estado de Goiás, com 56,08% do total, e em segundo lugar a carne (bovina, frango e suína) com 20,97%. As exportações de carne bovina apresentaram índice de crescimento de 40,61%. A crise que se abateu sobre a pecuária de corte ao longo de 2005 não impediu que o setor fechasse o ano com forte crescimento, tanto em faturamento como em volume. O terceiro do ranking é o ferronióbio, com 2,68% do valor total exportado, seguindo o ouro, algodão, ami-

anto, couro bovino e leite. Entre os países que mais compraram produtos goianos estão: Holanda (US\$ 582,352 milhões), China (US\$ 201,269 milhões), Rússia (US\$ 95,277 milhões), Estados Unidos (US\$ 81,495 milhões), Espanha (US\$ 80,097 milhões), França (US\$ 72,023 milhões), Alemanha (US\$ 66,267 milhões), Itália (US\$ 61,000 milhões), que juntos representam 68% do valor das exportações.

A corrente de comércio do Estado de Goiás em 2005 totalizou US\$ 2,5 bilhões, acréscimo de 24,7% em relação ao ano anterior.



Gráfico 2
Estado de Goiás: Exportação
e Importação - 2004/05



Fonte: MDIC

Elaboração: Seplan-GO/Seplan/ Gerência de Estatística Socioeconômica – 2006.

Emprego Formal

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego confirmaram a diminuição do ritmo da economia brasileira em 2006. O Brasil em 2005, gerou 1.253.981 postos de trabalho, número menor que o verificado no ano de 2004, quando foi registrado o volume recorde de 1.523.276 novas vagas com carteira. Em Goiás, o saldo líquido - admissões descontados os desligamentos - foi de 31.672. Em termos absolutos foi o melhor resultado da região Centro-Oeste e o segundo maior desde a série histórica iniciada em 1992. O número de novos postos de trabalho celetistas de 2005 foi inferior somente ao ano de 2004 quando foram registrados 37.253 novos postos.

Os setores mais dinâmicos, em termos de criação de postos de trabalho, foram os Serviços, que geraram 12.097 postos, superando o saldo observado em 2004 (11.171 postos), e o Comércio, responsável pela abertura de 7.300 novas vagas. Em seguida, destacam-se a Indústria de Transformação, que elevou em 7.095 o contingente de assalariados com carteira, e a Construção Civil, na qual ocorreu o incremento de 3.690 postos, número bem superior ao do ano anterior (1.578). Dentre os setores de maior representatividade, a agropecuária foi o setor que apresentou o menor desempenho, ao encerrar o ano com saldo de apenas 701 postos, contra 2.020 no ano anterior.

Tabela 9
Estado de Goiás: Saldo - Admitidos
Desligados por setor de atividade - 2004/05

Setores	2004	2005
Extrativa mineral	447	449
Indústria de transformação	12.419	7.095
Serv. ind. de utilidade pública	481	421
Construção civil	1.578	3.690
Comércio	9.180	7.300
Serviços	11.171	12.097
Administração pública	-43	-81
Agropecuária	2.020	701
Total	37.253	31.672

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

O setor de serviços contribuiu com a geração de 12.097 novos empregos em 2005, contra 11.171 registrados no ano de 2004. A atividade de transporte e comunicação destacou-se com 3.383 novas vagas. Em seguida o ramo de saúde e serviços sociais, com 2.991 empregos.

O comércio, embora tenha gerado menos empregos que em 2004 foi o segundo setor com maior número de novos postos de trabalho em 2005 (7.300). O comércio varejista representou quase 80% destas novas vagas, puxado pelo segmento varejista de material de construção e de produtos alimentícios.

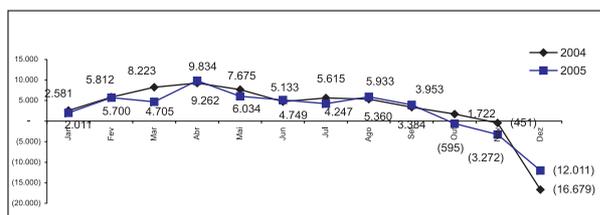
A indústria de transformação em Goiás, no ano de 2005, criou 7.095 novos postos de trabalho, contra 12.419 registrados no ano de 2004. Os resultados refletem o ritmo menor da economia no ano de 2005, embora estes números ainda sejam bem superiores ao de 2003. Entre subsetores da indústria, o que mais contribuiu para o bom resultado foi o de fabricação de produtos alimentícios e bebidas, com 3.494 novos vínculos empregatícios, o que corresponde a 50,75% do total deste setor.

O setor de construção civil, proporcionalmente, foi o que obteve o maior número de novos postos de trabalho. No ano de 2005 registrou saldo de 3.690 de novos empregos, resultado superior em mais de duas vezes ao registrado no ano de 2004. As atividades de aluguel de equipamentos de construção e obras viárias foram as que mais se destacaram.

A sazonalidade agrícola e da cadeia do agronegócio, especialmente na indústria de produtos alimentícios, faz com que o mercado de trabalho goiano tenha flutuação semelhante ano a ano (gráfico 3). Nota-se no período de abril a agosto um elevado número de novos contratados, decrescendo a partir de setembro e atingindo alto valor de desligamento em dezembro.



Gráfico 3
Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/
Desligados por setor de atividade – 2004/05



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Índice de Preços

A pesquisa do IPC-Goiânia realizada pela Seplan-GO verifica mensalmente no comércio varejista preços de 277 itens entre produtos e serviços pertencente aos grupos de alimentação, habitação, serviços pessoais, saúde e higiene, vestuário e serviços públicos/utilidade pública. Ressalte-se que esta cesta de produtos e serviços é definida para consumo de famílias com renda até cinco salários mínimos.

Contrariando as previsões, o saldo da inflação em 2005 foi favorável para os indicadores de preços de forma geral, IPCA, INPC e IGP-M fecharam o ano com variações menores que as verificadas em 2004. O recuo da inflação foi favorecido entre os vários fatores pela apreciação cambial e pela aplicação de índices menores na correção dos preços administrados comparativos a 2004. Na cidade de Goiânia verificou-se o mesmo comportamento, o IPC fechou em 2005 com inflação de 2,27% contra 6,20% em 2004.

Tabela 10
IPC – Goiânia:Variação Acumulada
por grupo de despesa 2004/05 (%)

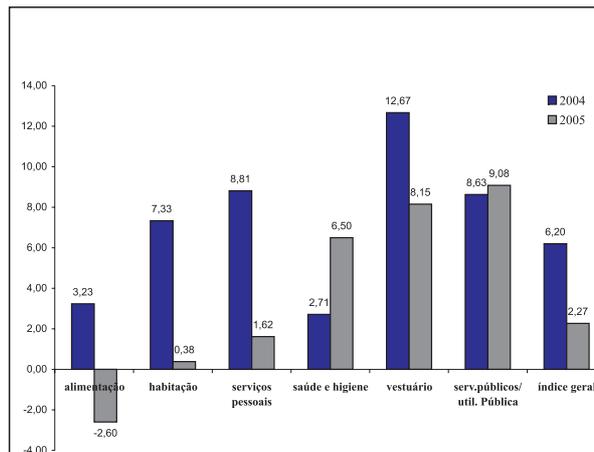
Grupos	2004	2005
Alimentação	3,23	-2,60
Habitação	7,33	0,38
Serviços Pessoais	8,81	1,62
Saúde e Higiene	2,71	6,50
Vestuário	12,67	8,15
Serviços Públicos/ utilidade Pública	8,63	9,08
Índice Geral	6,20	2,27

Fonte: Seplan-GO/Sepin/GINP 2006

No decorrer de 2005 os índices do IPC-Goiânia foram menores que os apurados em 2004, à exceção dos meses de maio, outubro e novembro. O comportamento dos preços de produtos e serviços foi marcadamente influenciado por pressões sazonais. Neste sentido o grupo dos alimentos foi determinante, pois apresentou variação acumulada de (-2,60%) ficando os produtos in natura com alta acumulada de 21,21% decorridos principalmente dos aumentos em raízes, tubérculos e

bulbos 62,17% e legumes e verduras 27,89%, contrabalançados por produtos semi-elaborados (-8,50%) com óleo de soja (-22,58%) e industrializados (-5,93%) com arroz tipo 1 (-16,46%).

Gráfico 4
IPC – Goiânia: Índices acumulados - grandes
grupos – 2004/05 (%)



Fonte: Seplan-GO/Sepin/GINP 2006

O grupo de serviços públicos/utilidade pública registrou a maior variação acumulada no ano em função, principalmente, dos reajustes em ônibus urbano 20,00%, telefone residencial 14,29%, gasolina 5,94% e tarifa de água 5,64%. Vale lembrar que a tarifa do transporte coletivo não era reajustada desde fevereiro de 2003. O grupo vestuário 8,15% exerceu maior pressão nos meses de maio 7,37%, setembro 1,15%, outubro 1,70% e dezembro 3,15% destacando-se os reajustes em tecidos e armarinhos 19,17% e roupas de homem 8,84%. O grupo saúde e higiene, diferentemente dos demais, auferiu variação de 6,50% - índice acima do verificado em 2004 que foi de 2,71%. A diferença ficou por conta dos medicamentos que no período tiveram seus preços aumentados em 7,44%. Os demais grupos, habitação e serviços pessoais, fecharam 2005 com índices bem abaixo que os de 2004 onde se destacam os reajustes ocorridos em eletrodomésticos (4,96%) e serviços de sapateiro (28,13%), cabeleireiro (16,51%) e barbeiro (13,07%).

A obstinada condução da política monetária foi importante para a convergência da variação dos preços a patamares cada vez menores. A manutenção dos juros em níveis elevados pode ter facilitado a queda nos preços, porém tratou de enfraquecer a produção, a demanda e o emprego e por outro lado a valorização cambial encarregou-se de reprimir os preços dos insumos e produtos importados. Soma-se a este cenário a ampliação e instalação de estabelecimentos varejista no mercado goianiense e também a consolidação de dias promocionais, propiciando ao consumidor desembolsos menores no ano de 2005.



A Liberdade na Escolha do Combustível

Resumo: O consumidor brasileiro ganhou a liberdade de escolha entre o automóvel convencional e o automóvel bi-combustível. Com o veículo bi-combustível o consumidor passou a ter liberdade de escolha do seu combustível, na hora do abastecimento. Com isso, o consumidor adquiriu poder de influenciar os preços dos combustíveis, pois a concorrência entre álcool e gasolina ocorre na bomba de abastecimento dos postos.

Palavras-chave: Álcool combustível, Liberdade de escolha.

A conquista da liberdade plena é justa medida do avanço de uma sociedade. O brilho quente da luz resplandecente da liberdade vem aquecendo os corações e as mentes do povo brasileiro ao longo de sua história recente, reforçando a nossa esperança em dias melhores. Na década de 80 conseguimos nos libertar de mais de 30 anos de ditadura militar. Na década de 90 nos livramos da inflação, que nos amaldiçoava há décadas. Agora nessa década, estamos começando a nos livrar da tutela econômica do Fundo Monetário Internacional. Outra grande redenção da liberdade no Brasil foi a do consumidor, que de ente sem respeito se tornou celebridade. Adquiriu mais liberdade de compra e de escolha e ganhou até um código e diversos órgãos especiais em sua defesa. O consumidor vem ganhando rapidamente a sua alforria plena.

Depois de mais de 450 anos de pesado controle estatal, a agroindústria canavieira também viu soprar sobre si os ventos da liberdade. No final da década de 90, foram liberados os controles de produção de cana-de-açúcar, de açúcar e de álcool, que sufocavam o

* Presidente Executivo do Sifaeg - Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool no Estado de Goiás e do Sifaçucar Sind. Fabricação de Açúcar. E-mail: igor.otto@sifaeg.com.br

Igor Montenegro Celestino Otto*



crescimento desse segmento produtivo no Brasil, desde sempre. Em seguida, veio a liberdade de preços para o açúcar e para o álcool. De segmento produtivo amarrado, que vivia sob a tutela do governo federal, passou a ser totalmente livre. A transição não foi fácil, e uma grande crise de preços que se abateu sobre os produtores de açúcar e álcool em 98 e 99. De lá para cá, o aprendizado rápido que a liberdade proporciona tem trazido

ótimos frutos para o país no segmento sucroalcooleiro. O Brasil retomou ao posto de maior produtor de açúcar do mundo, hoje com a produção de 22 milhões de toneladas produzidas. Conquistamos também a primeira colocação nas exportações mundiais de açúcar, com 14,5 milhões de toneladas exportadas. Há poucos anos tínhamos apenas 5% dos mercados livres de

açúcar no mundo, hoje já ocupamos mais de 37% desses mercados. Bons ventos esses da liberdade.

O álcool também tem sido um exemplo brasileiro para a liberdade econômica no planeta Terra. O petróleo que reinou absoluto no século XX começou a dar sinais de cansaço em 1973, com a primeira grande crise que provocou uma explosão nos preços. Só então percebemos que éramos reféns e não tínhamos nenhuma liberdade de escolha. Na época, o Brasil foi o único país que buscou a liberdade econômica em relação ao petróleo, criando na década de 70 o maior programa mundial de produção de combustível alternativo, o Pró-Álcool. Com ele também chegou a maior frota de veículos que circula com a energia renovável no planeta. O programa pioneiro do álcool combustível melhorou a nossa soberania e reduzindo o nosso endividamento.

"A conquista da liberdade plena é justa medida do avanço de uma sociedade."



Somente no último ano, o país economizou mais de U\$ 2 bilhões em importações de petróleo, em virtude do álcool. Nessa safra 2005/2006, tivemos uma produção recorde de álcool que atingiu 16 bilhões de litros. Com o início de novos mercados externos para o álcool carburante, o Brasil saiu mais uma vez na dianteira e já lidera as exportações mundiais de álcool carburante, com cerca de 2 bilhões de litros exportados em 2005, o que ainda é pouco para o futuro que nos espera.

Há pouco mais de dois anos, o consumidor brasileiro ganhou ainda mais liberdade. Agora, a liberdade de escolha entre o automóvel convencional e o automóvel bi-combustível. E ainda mais, comprando o veículo bi-combustível o consumidor passou a ter liberdade de escolha do seu combustível, na hora do abastecimento. Com isso, o consumidor adquiriu outro poder, o de influenciar os preços dos combustíveis, pois a concorrência entre álcool e gasolina ocorre na bomba de abastecimento dos postos. Santa liberdade que nos faz melhores e mais fortes. Já são mais de um milhão de veículos com tecnologia bi-combustível no país e outro milhão se juntará ao time nesse ano. Muita gente já tem liberdade de escolha e a tendência é a universalização dessa tecnologia. Isso significa dar mais poder ao consumidor de combustíveis.

O álcool combustível é outro produto que tem preços livres, desde o final da última década. E isso tem sido muito bom para o consumidor brasileiro. Para o espanto dos econo-

mistas, nos últimos 6 anos (2000 a 2005) os preços médios vêm declinando. Os dois anos com menores preços do período foram 2004 e 2005, apesar da inflação do período. Se a liberdade de preços foi boa para o consumidor brasileiro, é indicativo que também poderá ser boa para os países importadores. Por causa da experiência vitoriosa no Brasil, o álcool combustível já começou a ser comercializado como *commodity* internacional na Bolsa de Valores de Nova York, seguindo o que já ocorre há bastante tempo na BM&F de São Paulo. Copiando a experiência brasileira, os EUA já produzem mais de 10 bilhões de litros de álcool combustível a base de milho, em mais de 100 unidades produtoras. Outras 30 destilarias estão em construção na América do Norte. Até Bill Gates, da Microsoft, o homem mais rico do mundo e também um dos mais inteligentes, acabou de anunciar que irá construir 5 novas destilarias de álcool combustível em seu país. Sinais de liberdade de escolha também para os consumidores norte-americanos.

Recentemente, o álcool tem sido notícia no Brasil, não pelos seus fortes atributos positivos, como econômicos, sociais e ambientais, mas justamente pela liberdade de preços que tem conferido mais vantagens ao consumidor ao longo dos anos. Diferente do petróleo que nos restringe a liberdade, por sua escassez e concentração de oferta, o álcool nos devolve a liberdade, pela possibilidade de abundância e pela diversificação de oferta. Mas a cana-de-

Quadro1
Desempenho do setor sucroalcooleiro de Goiás safra 2005/2006
(comparativo de safras)

Produtos	UNI	Previsão para a safra 2005/2006	Dados até 31 de dezembro			
			Comparativo entre as safras			Variação Prev./Real
			04/05	05/06	Var. %	
Cana	t	14.906.590	14.005.856	14.547.235	3,87	97,59
Açúcar	t	818.110	729.760	749.972	2,77	91,67
Álcool Anidro	m ³	416.239	360.228	375.291	4,18	90,16
Álcool Hidratado	m ³	340.049	356.709	352.678	(1,13)	103,71
Álcool Total	m ³	756.288	716.937	727.969	1,54	96,26
ATR	t	2.206.862	2.041.376	2.082.939	2,04	94,38
ATR/Tonelada de cana		148,05	145,75	143,18	(1,76)	96,72
Litros de Álcool / Tonelada Cana		50,74	51,19	50,04	(2,24)	98,63
Quilos de Açúcar / Tonelada Cana		54,88	52,10	51,55	(1,05)	93,94

Fonte: Sifaeg



açúcar, matéria-prima do álcool, tem o tempo de plantar e o tempo de colher, como ensina o profeta em Eclesiastes. Portanto, as oscilações de preço de um combustível renovável são naturais e esperadas. Apesar disso, é preciso dar mais atenção à estocagem, para diminuir essas oscilações. Mas em pouco tempo os consumidores verão de novo, conjugadas simultaneamente, todas as imensas vantagens do álcool em relação à gasolina, inclusive no preço. Essa é a lei natural da liberdade de mercado, que na maior parte do tempo favorece o consumidor. Vale ressaltar, que a liberdade de ação no segmento sucroalcooleiro, tem impulsionado mais de 50 novos empreendimentos da agroindústria canavieira no país, inclusive em Goiás. Engrossando esse esforço por maior produção, as mais de 300 unidades produtoras de açúcar e álcool do país também estão investindo pesado no crescimento da oferta de álcool e de açúcar.

A produção de álcool brasileiro é crescente. Goiás é um dos seis maiores produtores de etanol do Brasil, sendo que a produção evoluiu de 310 milhões de litros na safra 1993/1994 para perto de 717 milhões de litros na safra 2004/2005 e com estimativa de 756 milhões de litros na safra 2005/2006.

A liberdade de atuação do mercado proporcionará condições para o aumento significativo da oferta de álcool no país nos próximos anos, trazendo mais abundância na produção,

mais tranquilidade nos estoques e melhores condições de preço para o consumidor. Os fundamentos produtivos, tecnológicos e econômico-financeiros do segmento sucroalcooleiro do Brasil são sólidos. O consumidor e a sociedade brasileira já contam álcool combustível em seu dia-a-dia e álcool deve estar cada vez mais presente na vida dos brasileiros nos próximos anos.

O álcool levou ao consumidor do Brasil a liberdade de escolha do seu combustível e junto com ela mais empregos, mais respeito ao meio ambiente e maior força na economia. Assim, o álcool começou a fazer parte de nossas vidas. Agora o álcool, demonstrando todo o respeito ao consumidor, já se tornou o grande amigo dos brasileiros para viajar, ir para a escola ou faculdade, trabalhar, passear, enfim andar por aí com liberdade, curtindo a

vida. O melhor que nos aconteceu, foi o poder da liberdade, então que seja como diria o poeta: "Liberdade, liberdade, abra as asas sobre nós".

"O álcool levou ao consumidor do Brasil a liberdade de escolha do seu combustível e junto com ela mais empregos, mais respeito ao meio ambiente e maior força na economia"

Referências

Sifaeg. **Abertura da Safra 2005/2006**. Disponível em: <http://e-commerce.cultura.com.br/shopping/lojas/1469/html/downloads/coletivaigor.swf>. Acesso em: janeiro 2006.

Sifaeg. **Brasil quer fornecer álcool combustível ao mundo**. Disponível em www.sifaeg.com.br. Acesso em: janeiro 2006.



Mercado Orgânico, Potencial em Expansão

Resumo: Apresentar uma síntese da pesquisa realizada com os supermercadistas de Goiânia que teve como objetivo identificar a opinião do segmento sobre os produtos orgânicos, sua comercialização efetiva e potencial.

Palavras-chave: Produtos orgânicos, cadeia produtiva.

Introdução

A procura, cada vez maior, por alimentos livres de agrotóxicos tem incentivado a produção mundial fazendo do mercado orgânico uma excelente oportunidade de negócio. Praticada em cerca de 100 países a área cultivada já alcançou, aproximadamente, 24 milhões de hectares, envolvendo 400.000 propriedades, e movimentou só em 2002, cerca de 23 bilhões de dólares, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As projeções para 2005 superam os 30 bilhões.

A produção mundial, por continente, é bastante concentrada e está assim distribuída: Oceania, 46,3 %, Europa, 22,6%, América Latina, 20,8 %, América do Norte, 6,7%, Ásia, 2,6 % e África, 1,0 %, destacando-se como grandes produtores: Austrália com 10 milhões de hectares cultivados, Argentina com 3 milhões, Itália com 1,2 milhões e Estados Unidos com 1 milhão, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. No Brasil, de acordo com a Embrapa Agrobiologia, a produção vem crescendo em ritmo acelerado, uma média de 50% ao ano, muito superior aos países da União Européia e aos Estados Unidos, onde o mercado cresce em média 20 a 30%. São mais de 19.000 pro-

* Assistente Social, Pós-Graduada em Comunicação e Marketing pela CAMBURY e Assessora da Superintendência Executiva da SIC-GO. e-mail: flaviabitt@sic.goias.gov.br

** Economista, Pós-Graduado em Análise e Gerência de Sistemas pela GFI/UNB e em Tecnologia de Gestão do Uso do Poder de Compra pela FUBRA, Gestor de Planejamento e Orçamento da SIC-GO. E-mail: wellington@sic.goias.gov.br

*Flávia Americano
Bittencourt Roriz Fleury**



*Wellington Matos de
Lima***



priedades cultivadas com uma área de 841.000 hectares. A renda bruta gerada ultrapassou, em 2003, 250 milhões de dólares e as exportações superaram os 150 milhões. Os maiores produtores são os Estados: Paraná com 4.122 propriedades, Rio Grande do Sul, 4.500, Maranhão, 2.120, Santa Catarina, 2.000 e São Paulo com 1.000.

Os dados demonstram que o os alimentos livres de agrotóxicos devem ser encarados como um próspero nicho de mercado movimentando, em termos globais e regionais, uma fatia considerável de recursos físicos e financeiros. Esse impulso é resultado de um consumidor mais consciente, que busca uma melhor qualidade de vida através do consumo de alimentos mais saudáveis e absolutamente naturais. Mas, para que haja a expansão desse novo comportamento se faz necessária uma melhor e maior troca de informações, fundamentais e imprescindíveis para o esclarecimento sobre a amplitude do mercado.

Dessa forma, a Secretaria de Indústria e Comércio, na sua missão de fomentadora do comércio, enxergando um grande potencial ainda pouco explorado e a carência de informações sobre o mercado, encomendou uma primeira pesquisa de opinião¹ com supermercadistas e feirantes² da grande Goiânia sobre a comercialização de produtos orgânicos, efetiva e potencial, para poder traçar um plano para o desenvolvimento do setor em conjunto com o grupo de trabalho

¹ Realizada pela EPOM – Empresa de Pesquisa de Opinião e Mercado Ltda.

² Por ser o universo dos feirantes de produtos orgânicos bastante reduzido em Goiânia, mesmo a grande maioria tendo sido entrevistada, 12 feirantes, a pesquisa será divulgada posteriormente.



da cadeia produtiva dos orgânicos³.

Síntese do Relatório de Pesquisa - Supermercadistas

Objetivo da Pesquisa

Identificar a opinião dos supermercadistas goianienses sobre os produtos orgânicos e sua comercialização, potencial e efetiva.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi realizada no mês de junho de 2005 em 80 supermercados de Goiânia distribuídos em grande, 25%, médio, 37,5%, e pequeno porte, 37,5%, envolvendo proprietários, gerentes, encarregados e funcionários com algum poder de decisão. O tipo de pesquisa foi *ad hoc*, com utilização de questionário estruturado composto por questões abertas e fechadas e através de abordagem direta dos entrevistados nos próprios estabelecimentos. O nível de confiança é de 95%, com uma margem de erro de 2.4 pontos percentuais, para mais ou para menos, aplicados nas colunas denominadas MÉDIA.

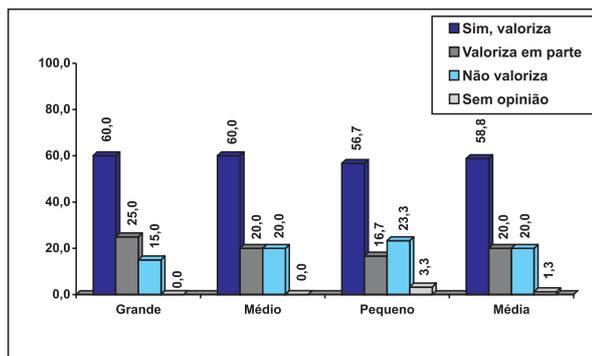
Resultado da Pesquisa

Na percepção dos supermercadistas os consumidores, em sua maioria, valorizam a oferta de produtos orgânicos, 58,8 % na média, contra 20% que valorizam em parte e outros 20% que não valorizam, e a maior demanda é por produtos "prontos", 62,5 %, seguida por hortaliças, 41,7% e cereais com 33,3% (Gráficos 01 e 02).

Apesar dessa valorização apenas 30% dos supermercados comercializam produtos orgânicos, com uma forte concentração da distribuição nos de grande porte, 60%. Os motivos alegados para a não comercialização vão da falta de fornecedores com 76,1%, à falta de conhecimento e conscientização da população, 2,2% (Gráficos 03 e 04).

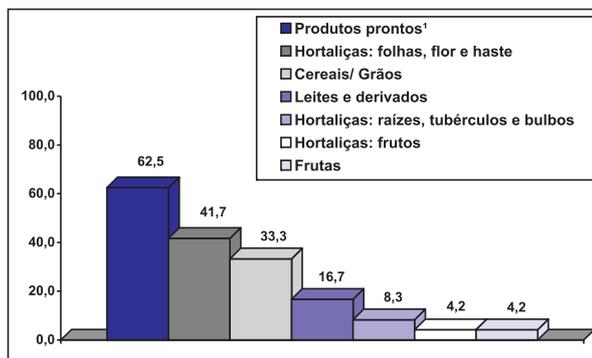
³ Grupo de Trabalho da Cadeia Produtiva dos Orgânicos: Secretarias Estaduais de Indústria e Comércio, Planejamento, Agricultura, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia; Agências Rural e de Desenvolvimento Regional; Prefeitura Municipal de Goiânia; SEBRAE; Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - ADAO; Associação da Feira do Pequeno Produtor de Goiás - ASFEPPEGO; Instituto de Formação e Assistência Sindical Rural - IFAS; Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Silvéria - COPERCIL; Instituto para o Desenvolvimento Sustentável - IDS; Sociedade Orgânica.

Gráfico 01
Valorização dos Produtos Orgânicos pelos Consumidores (Percepção dos Supermercadistas por Porte dos Supermercados) (Pesquisa Estimulada)



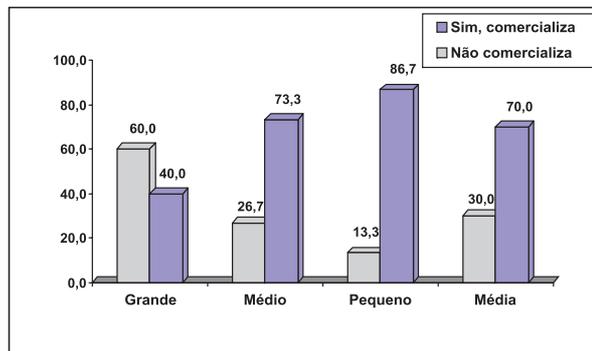
Fonte: EPOM, junho de 2005.

Gráfico 02
Produtos Orgânicos Comercializados nos Supermercados (Junto aos Supermercados que Comercializam) - Pesquisa Espontânea



Fonte: EPOM, junho de 2005.

Gráfico 03
Nível de Comercialização de Produtos Orgânicos (Por Porte dos Supermercados) (Pesquisa Estimulada)

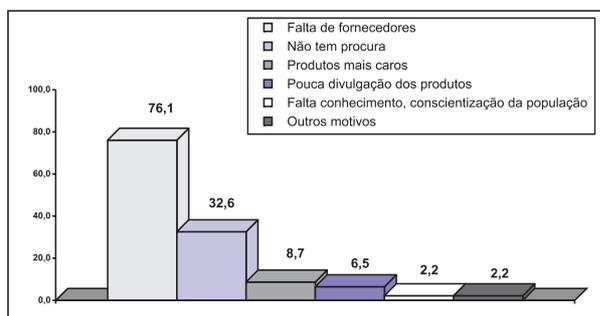


Fonte: EPOM, junho de 2005.

Obs.: A soma dos percentuais ultrapassa 100% porque alguns entrevistados deram mais de uma resposta.

(¹) Produtos prontos: açúcar, cachaça, farinha de trigo, polvilho, café granulado, açúcar mascavo, catchup, mel, chá, farelo etc.

Gráfico 04
Motivos para não Comercializar
Produtos Orgânicos (Pesquisa Espontânea)



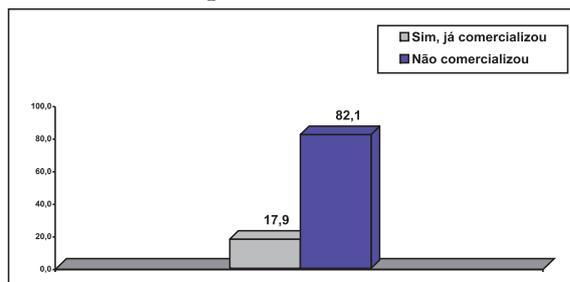
Fonte: EPOM, junho de 2005.

Dos supermercados que atualmente não comercializam produtos orgânicos, cerca de 70%, 82,1% nunca comercializaram alimentos livres de agrotóxicos, alegando:

- pouca procura, 40%;
- falta de fornecedores, 40%;
- preços demasiadamente elevados, 30%;
- muita perda de produtos, 20%.

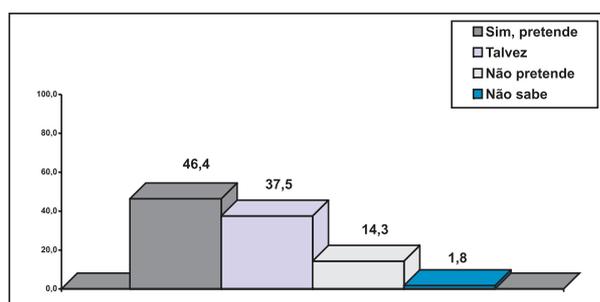
Mesmo assim, 46,4% pretendem comercializar produtos orgânicos futuramente (Gráficos 05 e 06).

Gráfico 05
Já Comercializou Produtos Orgânicos Anteriormente?
(Junto aos Supermercados que, atualmente,
não comercializam produtos orgânicos)
(Pesquisa Estimulada)



Fonte: EPOM, junho de 2005.

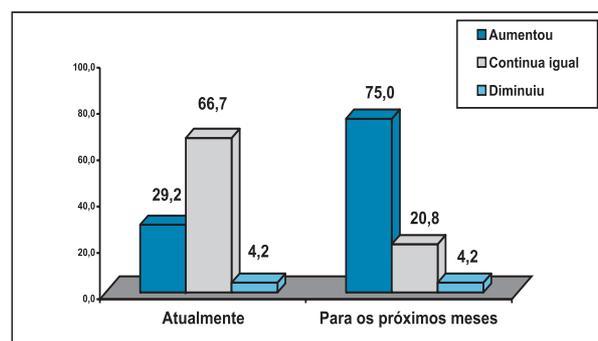
Gráfico 06
Pretende Comercializar Produtos Orgânicos?
(Junto aos Supermercados que, atualmente,
não comercializam produtos orgânicos)
(Pesquisa Estimulada)



Fonte: EPOM, junho de 2005.

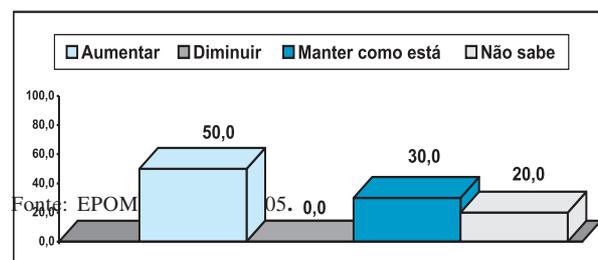
Atualmente, tanto os supermercados que comercializam como os que não comercializam alegam haver pouca procura por orgânicos, 29,2% e 17,9%, respectivamente, entretanto, ambos sinalizam um aumento da demanda para os próximos meses (Gráficos 07 e 08).

Gráfico 07
Avaliação da Procura por
Produtos Orgânicos
(Junto aos Supermercados que
comercializam produtos orgânicos)
(Pesquisa Estimulada)



Fonte: EPOM, junho de 2005.

Gráfico 08
Avaliação da Procura por
Produtos Orgânicos
(Junto aos Supermercados que,
atualmente, não comercializam
produtos orgânicos)
(Pesquisa Estimulada)

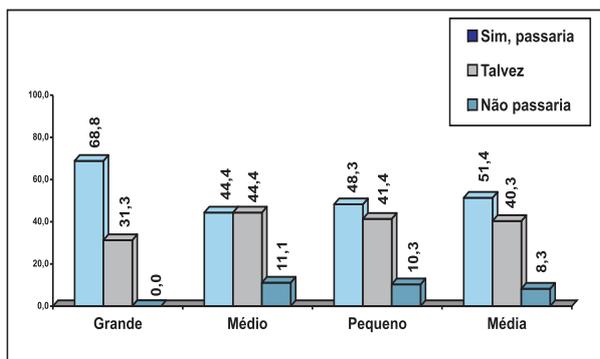


Fonte: EPOM, junho de 2005.

Os Supermercadistas alegam, ainda, que um dos maiores obstáculos ao aumento da comercialização é a falta de oferta por parte dos produtores ou representantes, 93,1% na média, e que se houvesse um maior contato entre produtor/supermercadista, e com fornecimento constante, os supermercados comercializariam mais, sendo que essa avaliação positiva chega a 68,8% para os de grande porte (Gráfico 09).



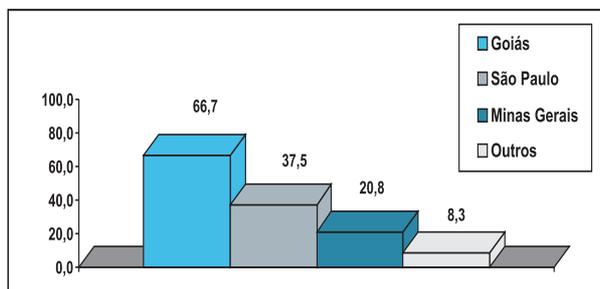
Gráfico 09
Caso Houvesse Oferta Constante o Supermercado Passaria a Comercializar? (Por Porte dos Supermercados)
(Pesquisa Estimulada)



Fonte: EPOM, junho de 2005.

Parte do problema deve-se à incipiente produção goiana que torna o fornecimento bastante dependente de outros estados. A pesquisa revelou que 66,7% dos produtos comercializados são produzidos em Goiás, mas com ainda forte proveniência dos produtos paulistas e mineiros, 37,5% e 20,8%, respectivamente. Os produtos comercializados na capital têm origem em Goiânia, 37,5%, Aparecida de Goiânia, 12,5%, Anápolis, 8,3%, e outros municípios, 12,5% (Gráficos 10 e 11). Na visão dos supermercadistas, essa pequena produção interna também é responsável pelos preços elevados dos produtos, que apesar de perceptíveis aos consumidores, não são o fator principal de sua não-comercialização. O que falta é informação, conhecimento e conscientização sobre os benefícios de um consumo sem agrotóxicos e uma maior oferta dos produtos (Gráficos 12, 13 e 14).

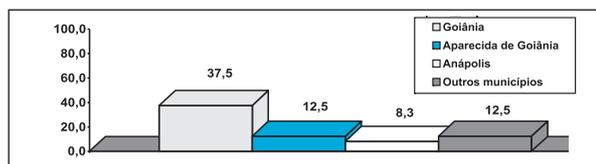
Gráfico 10
Origem dos Produtos Orgânicos Comercializados nos Supermercados



Fonte: EPOM, junho de 2005.

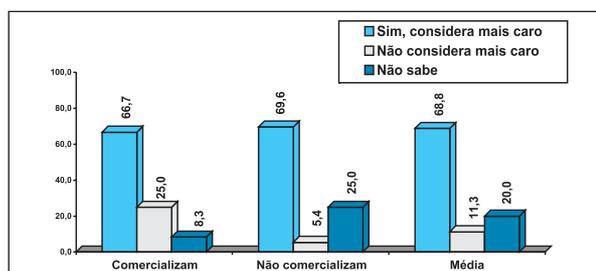
Obs.: A soma dos percentuais ultrapassa 100% porque alguns entrevistados deram mais de uma resposta.

Gráfico 11
Origem dos Produtos Orgânicos Comercializados nos Supermercados



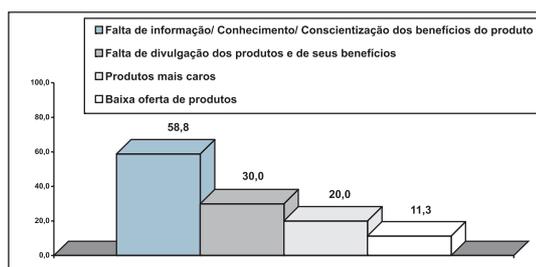
Fonte: EPOM, junho de 2005.

Gráfico 12
O Consumidor Considera o Produto Orgânico mais Caro do que o Não-Orgânico? (Percepção dos Supermercadistas que Comercializam e Não Comercializam)
(Pesquisa Estimulada)



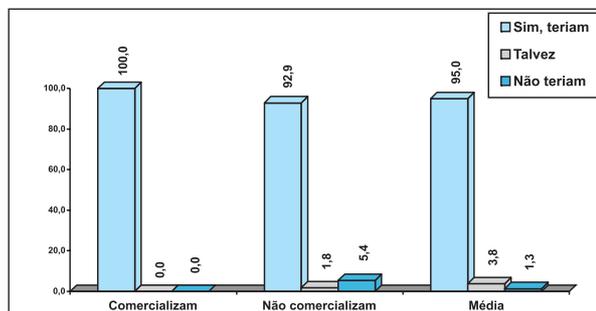
Fonte: EPOM, junho de 2005.

Gráfico 13
Por quais Motivos a População não tem o Hábito Regular de Consumir Orgânico? (Percepção dos Supermercadistas)
(Pesquisa Espontânea)



Fonte: EPOM, junho de 2005.

Gráfico 14
Se Aumentasse a Oferta os Produtos Orgânicos Teriam mais Procura? (Percepção dos Supermercadistas que Comercializam e não Comercializam)
(Pesquisa Estimulada)



Fonte: EPOM, junho de 2005.

Conclusão:

A agricultura orgânica não é vista mais como produção alternativa ou exótica, mas sim como uma excelente oportunidade de negócio. Vários países já despontam como grandes produtores, buscando conquistar essa fatia considerável de consumidores ávidos por uma alimentação mais saudável. No Brasil, estados como Paraná, Rio Grande do Sul, Maranhão e São Paulo já estão bastante adiantados na produção e a maioria dos estados já desenvolve algum programa para o setor. No Distrito Federal, área de influência da produção e consumo de bens e serviços goianos, a produção de orgânicos vem se expandindo a taxas maiores que a média nacional. Mesmo com limitações do território destaca-se como a unidade da Federação onde os alimentos limpos mais prosperam. Em Goiás a produção ainda é tímida, se comparada à agricultura tradicional e ao potencial agrícola disponível, e está concentrada, em sua maioria, em pequenas propriedades. A pesquisa revela que, na percepção dos supermercadistas, existe interesse em comercializar e procura dos consumidores, mas a oferta ainda é pequena. Dessa forma, faz-se necessária maior intervenção no setor produtivo com um forte trabalho de conscientização, além de apoio financeiro e técnico para se promover uma verdadeira mudança de atitude no campo. Alguns passos já foram dados pelo Governo de Goiás e entidades do setor como: a realização de seminários regionais, a regulamentação da lei nº. 14.385, que dispõem sobre a política estadual do uso de sistemas orgânicos, a criação da Comissão de Produção Orgânica do Estado de Goiás (CPOrg/GO), que

“A agricultura orgânica não é vista mais como produção alternativa ou exótica, mas sim como uma excelente oportunidade de negócio.”

conduzirá o programa PRÓ-ORGÂNICO do MAPA, a realização de cursos para capacitação de técnicos da área e a visita dos produtores goianos à Feira Internacional de Orgânicos (BIOFACH/2004), mas é preciso avançar ainda mais rápido para não ficarmos à margem desse próspero nicho de mercado. E mais, devemos trabalhar para que a sociedade entenda a agricultura orgânica não só como uma alternativa econômica viável, mas também como respeito ao homem e ao meio ambiente, e à própria qualidade de vida.

Referências

Agricultura Orgânica. Revista Globo Rural. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/>. Acesso em Maio de 2005.

Artigos de Política Agrícola. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>. Acesso em Maio de 2005.

EMPRESA de Pesquisa de Opinião e Mercado. Pesquisa de Opinião com supermercadistas de Goiânia. Goiânia, junho de 2005.

Institucional: Agricultura Orgânica. Secretaria de Agricultura do Estado do Espírito Santo.

Disponível em: <http://www.seag.es.gov.br>. Acesso em Junho de 2005.

Orgânicos. EMATER Paraná. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br>. Acesso em junho de 2005.

PASCHOAL, A. Produção orgânica de alimentos: agricultura sustentável para os séculos XX e XXI: ESALQ/USP, 1994, 279p.

Vida Saudável – DF fatura R\$ 7 milhões com orgânicos. Correio Brasiliense. Disponível em: <http://www.correioweb.com.br/>. Acesso em julho de 2005.



Dinâmica Produtiva da Indústria de Confeções de Vestuário em Goiás

Resumo: Este artigo traça um panorama da dinâmica produtiva do setor de confeções em Goiás, com destaque para os APL's- Arranjos Produtivos Locais de confeções de Goiânia e Jaraguá. Apresenta a origem, características e desempenho dos dois arranjos no período recente, bem como mostra o dinamismo do setor em Goiás fundamentado na evolução do emprego, renda e crescimento do número de empresas do setor no Estado. Especialmente estão sendo focalizadas as potencialidades do setor de confeções em Goiás.

Palavras-chave: Indústria de confeções, vestuário, cadeia produtiva, APL's-Arranjos Produtivos Locais

Introdução

A indústria de confeções, integrante do complexo têxtil, subdivide-se nos segmentos de vestuário, meias e acessórios, linha lar e outros. Esta indústria caracteriza-se, do ponto de vista estrutural, por uma forte fragmentação e diversidade de escalas e técnicas produtivas. Seu mercado, por outro lado, é extremamente segmentado, com um grande número de produtos e com consumidores fortemente diferenciados no que diz respeito a padrão cultural, nível de renda, idade e outras características. (Bastos, 1993^a:6) Seu processo produtivo é composto pelas etapas de criação, modelagem, enfiado, corte, montagem ou costura, acabamento e passadoria, sendo que a fase de costura corresponde à cerca de 80% da atividade. As inovações tecnológicas no setor concentram-se nas primeiras etapas, de desenho e corte, com utilização de sistemas CAD/CAM (*Computer Aided Design* e *Computer Aided Manufacturing*). A fase de montagem, com pequena possibilidade de automação, continua baseada na velha máquina de cos-

* Doutor em economia pela UNICAMP, Professor Titular do Dep. de Economia da UCG, Vice-Presidente do IGTF, Gerente de Atração de Investimentos da SIC-GO. scaastro@brturbo.com

** Economista e Supervisora Técnica do DIEESE em Goiás. leila@dieese.org.br

Sérgio Duarte de Castro*



Leila Brito**



tura¹, com intensa utilização de mão de obra.

No que se refere à organização da produção, as mudanças apontam para a substituição de linhas de montagem por células de produção, implementação de sistemas de qualidade e de *just in time*, buscando responder as necessidades do mercado, onde o papel determinante da moda e estilo demanda sistemas cada vez mais flexíveis.

Em função do custo da mão de obra, a tendência dos países desenvolvidos tem sido de deslocar a produção para países em desenvolvimento, através de subcontratação, concentrando-se no gerenciamento de suas marcas e em toda a logística associada. A subcontratação tem se dado na forma de encomendas, onde o contratante define modelos e especificações e prazo de entrega, ou através de *outward processing*, que consiste no deslocamento da etapa de costura para os países com baixos salários. (Bastos, 1993^b:2) Os países que têm melhor aproveitado as oportunidades de exportação baseadas em *outward processing* ou em encomendas dos países centrais são: Hong Kong, China, Taiwan, Turquia e Tailândia. Na América Latina, a Jamaica e o México vêm ampliando de forma acelerada sua participação nesse mercado, fornecendo, sobretudo, para os EUA. A participação do Brasil nas exporta-

¹ Como observa Bastos (1993a:24): "...a etapa de montagem - que concentra a maior parte do trabalho empregado (80%) - ainda utiliza máquinas de costura que mantêm basicamente a mesma concepção dos primeiros modelos utilizados, a despeito de melhorias relacionadas à microeletrônica nelas introduzidas."



ções mundiais de confecções, embora apresente uma tendência de crescimento nos últimos anos, é ainda inexpressiva.

No Brasil, a heterogeneidade da indústria de confecções é ainda maior que a média mundial. Uma parcela expressiva é constituída por firmas defasadas tecnologicamente, que privilegiam o mercado interno e têm sua estratégia competitiva baseada fundamentalmente no preço. Um grupo menor é constituído de empresas relativamente modernas, voltadas para nichos do mercado interno de mais alta renda e que vêm fazendo um certo esforço exportador, que enfatizam estratégias de controle de qualidade e diferenciação de produtos. A heterogeneidade, entretanto, é acentuada entre as firmas que atuam em todos os segmentos do mercado (Bastos, 1993^a:7). De acordo com a ABRAVEST (2003), 96% das empresas de confecções do país são de micro, pequeno ou médio porte. A produção de confecções no Brasil está fortemente concentrada nas Regiões Sudeste e Sul do país, mas verifica-se um movimento de desconcentração nos últimos anos, com um aumento da participação relativa do Nordeste e do Centro-Oeste. Apesar de sua pequena participação relativa, o Norte e Centro-Oeste foram as regiões do país que apresentaram maior crescimento no número de estabelecimentos no segmento entre 1997 e 2004 como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1
Indústria de Confecções*, número de estabelecimentos por região (1997-2001-2004)

Regiões	1997		2001		2004		Variação (%)
	Uni.	Partic. %	Uni.	Partic. %	Uni.	Partic. %	
Norte	262	0,8	276	0,8	1.129	1,36	330,92
Nordeste	3453	10,6	4329	11,8	10.894	13,11	215,49
Sudeste	19696	60,6	19942	54,2	42.061	50,61	113,55
Sul	7341	22,6	9782	26,6	23.066	27,76	214,21
Centro-Oeste	1731	5,3	2468	6,7	5.954	7,16	243,96
Total Brasil	32485	100	36797	100	83.104	100	155,82

* CNAE, Grupo 181
Fonte: RAIS-MTE

Dentro da região Centro-Oeste, o Estado em que o número de confecções mais cresceu foi Goiás. Sua participação no total de plantas instaladas no Centro-Oeste, que já era de 73,0% em 1997, evoluiu para 83,0% em 2001 e 75,63% em 2004, conforme pode ser verificado na Tabela 2.

Tabela 2

Goiás - Indústria de Confecções*, número de estabelecimentos e participação relativa (1997-2001-2004)

	1997	2001	2004
Nº de Plantas	2491	3895	4503
Participação % no Brasil	3,9	5,3	5,42
Participação % no Centro-Oeste	73,0	78,4	75,63

* CNAE, Grupo 181
Fonte: RAIS-MTE, 2004

A indústria de confecções em Goiás concentra-se em Goiânia e em alguns pólos municipais como Jaraguá, Trindade, Anápolis, Jataí, Rio Verde e Catalão. Destacam-se os Arranjos Produtivos Locais² (APLs) do setor de confecções, de Goiânia e Jaraguá.

2-Perfil do Arranjo Produtivo Local de Goiânia

2.1 Origem e Desenvolvimento

Estima-se que as primeiras indústrias de confecções de Goiânia surgiram por volta da década de 1960. Algumas das empresas pioneiras atuam até hoje, como a “Planalto Confecções”, instalada em 1964, que trabalha ainda atualmente confeccionando calças e camisas. Também a “Confecções Nova Plan” criada em 1966, produzindo artigos do vestuário, e de cama e mesa, que hoje atua apenas na

² O termo “Arranjo Produtivo Local” refere-se a “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Geralmente, envolvem a participação e a interação de empresas (...) e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento” (LASTRES e CASSIOLATO, 2002)



comercialização desses produtos no varejo. Igualmente a “Confecção Scala”, fundada em 1967 por Antônio Meneguello, hoje “Bulk Confecções”, implantou a ‘modinha’ com vendas somente no atacado, e hoje atende também ao mercado varejista.

À medida que surgiam, as firmas foram se concentrando fortemente em 3 regiões da cidade. Uma nas imediações do setor Campinas, na Rua Alberto Miguel, antiga Avenida Bahia; outra em torno da Avenida Bernardo Sayão, no setor Fama; e uma terceira na Avenida 85, no setor Marista, e suas adjacências. Cada um desses núcleos tem sua própria história.

Na década de 1980, mesmo com a recessão que o país enfrentava, o setor de confecções consolidou-se em Goiânia, principalmente na Avenida 85 e adjacências do setor Marista, e na Avenida Bernardo Sayão, no setor Fama. O dinamismo do segmento em Goiânia contribuiu para a difusão da atividade confeccionista nos municípios da Grande Goiânia. Particularmente, nos municípios de Aparecida de Goiânia e Trindade verifica-se

um crescimento expressivo no segmento (CASTRO, 2004^b).

2.2 Principais Agentes do Setor Produtivo

De acordo com a RAIS 2004, o município de Goiânia possui 2.745 empresas com 17.527 empregados no segmento de confecções, o de Trindade tem 100 empresas, empregando 1.813 pessoas e o de Aparecida de Goiânia, registra a presença de 161 empresas com 1.393 pessoas empregadas no ramo.

A participação maior de trabalhadores no ramo encontra-se no município de Goiânia que corresponde a 85,0% do total do APL. Mas no que se refere ao porte, 94,6% das empresas de confecção do arranjo podem ser classificadas como microempresas, 5,2% como pequenas e 0,3% com média empresa, portanto não registrando empresas de grande porte no arranjo (Rais 2004)

O salário médio no arranjo é superior ao do segmento no Estado e ligeiramente menor do que o registrado no Brasil.

Tabela 3

APL de confecções da região de Goiânia - Número de empresas e de empregos totais na indústria de confecções nos municípios do arranjo, em Goiás e no Brasil (1997 – 2004)

Locais Municípios	1997		2004		Variação (%)	
	Nº Empresas	Nº Empregos	Nº Empresas	Nº Empregos	Empresas	Emprego
Ap. de Goiânia	49	312	161	1.393	228,57	346,47
Goiânia	1.606	10.403	2.745	17.527	70,92	68,48
Trindade	62	1.339	100	1.813	61,29	35,40
APL	1.717	12.054	3.006	20.733	75,07	72,00
Goiás	2.491	17.250	4.503	29.393	80,77	70,39
Brasil	65.678	516.960	83.104	672.614	26,53	30,11

Fonte: CNAE95 181 RAIS – MTE, 2004

Ele é 7% maior do que o da indústria de confecções em Goiás, mas corresponde a 81% do salário médio registrado no país. Dentre o conjunto de municípios que forma o APL da região de Goiânia, Aparecida de Goiânia é a que apresenta o maior salário médio (R\$ 425,58) e Trindade o menor (R\$ 345,04).

O emprego registrado no APL da região de Goiânia representa 70,54% do segmento no Estado de Goiás e 3,1% em relação ao do Brasil. Assim, com o salário médio maior que ao registrado no Estado, o APL tem uma maior participação da massa salarial gerada no segmen-

to (74,0%) do que a participação no emprego (Rais, 2004).³

2.3- Desempenho recente e potencialidades do APL Goiânia

A expansão do emprego na indústria de confecções no arranjo, no período de 1997 a 2004, foi

³ A mão-de-obra no APL de Confecções da região de Goiânia possui comportamento semelhante ao do setor em Goiás e no Brasil, a maioria é do sexo feminino, a faixa etária predominante é a de 25 a 39 anos e há um número maior de trabalhadores que possui 1º grau de escolaridade (Rais 2004)



de 72,00%, pouco superior a verificada no Estado de Goiás (70,39%) e bem acima ao registrado no Brasil (30,11%). Os municípios que compõem o APL que mais contribuíram para essa importante elevação foram Aparecida de Goiânia (346,47%) e Goiânia (68,48%) (tabela 3).

A Confeção é um dos setores que mais cresceu na indústria de Goiás e tornou-se referência nacional nos últimos anos. Além de ser fortemente empregador esse segmento tem um elevado poder de interação local e, por consequência, de dinamização das economias em que ele se encontra inserido.

A expressiva participação da indústria de confecções no total de empregos dos municípios do arranjo e o elevado número de empresas de atividades relacionadas ali existentes, especialmente a densa rede de serviços urbanos (RSU) que floresce em função da indústria, revelam o alto poder de impacto do APL sobre a economia local.

A realização de feiras na capital goiana atrai mensalmente revendedores da região norte, nordeste e centro-oeste do país, buscando produtos com preços acessíveis e de boa qualidade. Isto vem contribuindo muito para dinamizar a economia da região de Goiânia e propiciando um incremento nos rendimentos para os trabalhadores do segmento de confecções e das atividades correlatas.

O dinamismo do segmento de confecções em Goiás nos últimos anos, tem sido expresso nos seus indicadores. Entre 1997 e 2004 a indústria confeccionista no estado cresceu a taxas sistematicamente superiores à média nacional. Enquanto o número de empresas na indústria de confecções no Brasil apresenta um crescimento acumulado de apenas 26,53%, entre 1997 e 2004, e o número de empregados de 30%, no mesmo período, em Goiás, o número de empresas e de empregos crescem respectivamente 80,8% e 70,4% no segmento (RAIS-MTE, 1997- 2004). Essa indústria encontra-se presente em um grande número de municípios no estado, no entanto as principais aglomerações são a de Goiânia, juntamente com Trindade, e

a de Jaraguá, integrada com os municípios vizinhos de São Francisco de Goiás, Itaguaru e Uruana.

Nessa última aglomeração, a concentração geográfica de firmas de confecção atraiu para a região outros segmentos da cadeia, e contribuiu para a intensificação das relações produtivas, comerciais e tecnológicas no seu âmbito, assim como as relações das empresas com instituições locais - como associações empresariais, universidades, instituições de capacitação de RH, e órgãos estaduais e federais de suporte - caracterizando a existência de um arranjo produtivo local com grande potencial de desenvolvimento Delegacia do sindicato laboral que tem prestado serviço na orientação aos trabalhadores sobre direitos e deveres e homologações evitando litígios desnecessários entre o capital e o trabalho.

Uma pesquisa foi desenvolvida através da realização de entrevistas com os principais atores institucionais do arranjo, além da aplicação de questionário elaborado pela RedeSist em uma amostra das empresas de confecção da região. A amostra, estratificada por porte de empresas e municípios do arranjo, constituiu-se de 66 empresas do setor e foi aleatoriamente selecionada

a partir do cadastro da RAIS⁴.

O objetivo da pesquisa foi de caracterizar o arranjo, procurando entender sua dinâmica, especialmente no que diz respeito à interação e cooperação inter-firmas e/ou instituições para o aprendizado e a inovação. O trabalho ainda, identificou as dificuldades e potencialidades do APL para, a partir delas, apontar sugestões de política para seu desenvolvimento.

3-Perfil do Arranjo Produtivo Local de Jaraguá

3.1-Origem e Caracterização do APL de Jaraguá

⁴ Os dados secundários constantes no trabalho foram atualizados para essa publicação e algumas análises posteriores foram acrescentadas.

“A Confeção é um dos setores que mais cresceu na indústria de Goiás e tornou-se referência nacional nos últimos anos.”



O arranjo produtivo da região de Jaraguá é uma aglomeração produtiva especializada no setor de confecções, uma indústria tradicional, fortemente heterogênea e competitiva, com um regime tecnológico caracterizado pela maturidade e pela baixa complexidade da tecnologia (Bastos, 1993; Gorini, 2000).

Jaraguá situa-se a 107 km da capital do estado, Goiânia, e tem uma população de pouco mais de 33 mil habitantes. A atividade de confecção no município teve início em meados dos anos 80. A localização estratégica da cidade, às margens da Belém-Brasília, favoreceu a penetração de seus produtos no mercado regional de baixa renda. No final dos anos 80 e início dos 90, a abertura comercial e o crescente interesse e consumo de produtos de vestuário importados no país estimulou a produção local de versões falsificadas das principais marcas mundiais de jeans e camisetas pólo, com o uso de etiquetas falsificadas de alta qualidade. A dimensão assumida pela produção de artigos falsificados em Jaraguá gerou a reação de distribuidoras dos produtos importados no país, e a conseqüente intensificação da fiscalização. Desde então, o arranjo reduziu pouco a informalidade e a ilegalidade e o município foi se consolidando como um importante pólo de confecções na região. O dinamismo da atividade em Jaraguá estimulou a implantação de empresas confeccionistas nos municípios vizinhos, como São Francisco de

Goiás, Itaguaru e Uruana.

Segundo dados da RAIS-MTE (2004), existem na região 514 empresas formais de confecção, sendo 482 localizadas em Jaraguá, 8 em Itaguaru, 19 em São Francisco de Goiás e 5 em Uruana. No seu conjunto elas empregam 3.439 trabalhadores, que representam 92,5% dos trabalhadores formais na indústria de transformação na região.

Do total de 147 microempresas, 67 estabelecimentos (46%) empregam não mais do que 4 pessoas, outros 50 (34%) possuem menos de 10 empregados, e apenas 30 (20%) situam-se entre 10 e 19 trabalhadores.

A mão-de-obra no APL possui algumas peculiaridades, ela apresenta uma maior participação masculina, é mais jovem, com um maior grau de escolaridade e com salários menores do que a média do estado e a média nacional. A participação masculina na força de trabalho no segmento em Jaraguá é de 53%, contra 29% em Goiás e 23% no Brasil. O número de trabalhadores no município que possui o segundo grau, completo ou incompleto, corresponde a 52% no total, enquanto eles representam 38% no estado e 31% no país. Por outro lado, 93% dos empregados em confecções em Jaraguá recebem até 1,5 salários mínimos, enquanto esse percentual é de 50% no estado e 39% no país (RAIS-MTE, 2001).

Além das unidades industriais, segundo o SEBRAE-GO (2003), em Jaraguá localizam-se

Tabela 7
Número de Empresas do APL de Confecções da Região de Jaraguá, por segmento (2005)

Segmentos	Jaraguá	Itaguaru	São Francisco	Uruana	Total
Confecção	194	8	14	9	225
Facção	133	2	24	5	164
Corte	5	-	-	1	6
Acabamento (pre-lavagem)	16	-	-	-	16
Acabamento (prós-lavagem)	159	-	23	13	195
Total (1)	507	10	61	28	606
Bordagem	5	-	-	4	9
Lavanderia	9	1	1	-	11
Estamparia	1	-	-	-	1
Modelista/Estilismo	3	1	-	-	4
Representante Comercial	15	2	2	2	21
Transportadora	5	-	-	-	5
Fornecedor	16	-	-	-	16
Total Cadeia	561	14	64	34	673

Fonte: elaboração própria com base em dados do IEL - 2005⁵

⁵ Dados do censo de empresas realizados pelo IEL em 2005, por demanda no conselho gestor do APL da região de Jaraguá. O censo incluiu também Goianésia entre os municípios de abrangência do arranjo. Os dados desse município, entretanto, não foram inseridos na Tabela 1, para manter a delimitação do APL proposta nesse artigo.



30 firmas exclusivamente de varejo de confecções que comercializam, principalmente, produtos locais.

Entretanto, um censo das empresas do APL, realizado pelo IEL em 2005, abrangendo também as firmas informais, aponta a existência de um total de 606 empresas confeccionistas no arranjo - incluindo-se nesta categoria as confecções e as fações de montagem, corte e acabamento - número que chega a 673 quando incorporadas todas as empresas da cadeia que integram o APL. O total das empresas da cadeia emprega 5.150 pessoas, sendo 4.110 apenas no município de Jaraguá.

Não existem produtores locais de equipamentos, tecidos e outros insumos básicos da indústria de confecções, o que dificulta as interações produtivas e tecnológicas com os segmentos da cadeia produtiva. Entretanto, a

presença de representantes locais e atacadistas daqueles produtos funciona como um canal importante de informação sobre novidades e tendências em seus campos respectivos (CASTRO, 2004^a).

3.2-Desempenho Recente do APL de Jaraguá

A indústria de confecções na região apresenta, desde o início dos anos 90, um ritmo de expansão bastante acelerado e muito superior à média do estado e do país.

A produção do APL é bastante segmentada, incluindo camisetas de malha, pijamas, vestidos, camisas, calças, bermudas, biquínis e roupas íntimas, nas linhas masculina, feminina e infantil. Prevalece, entretanto, o vestuário sazonal, ou de "modinha", com destaque para o jeans. São, em geral, produtos de pequeno valor agregado, destinados principalmente a mercados de baixa renda, cuja concorrência baseia-se, sobretudo, em preços.

Os preços reduzidos, que constituem a base da competitividade das firmas locais, sustentam-se principalmente em baixos salários e em um alto nível de terceirização informal. O salário médio nas confecções do arranjo corresponde a, respectivamente, 81% e 67% da

média do segmento no estado e no país (RAISMTE, 2004). Por outro lado, segundo dados da pesquisa, 73% das empresas locais terceiriza parte de seu processo produtivo.

Segundo Bastos (1993:7), a terceirização tem sido uma solução dinâmica para a indústria de confecções em vários países que têm se destacado no segmento, como a Itália. A montagem de redes de unidades produtoras, coordenadas por uma empresa central, dá grande flexibilidade e rapidez à produção. O autor observa, entretanto, que no Brasil "esse processo vem se confundindo com informalização, ou seja, constitui um mecanismo que visa principalmente contornar obrigações tributárias e trabalhistas". Seu objetivo é principalmente possibilitar "corte de custos, pelo lado da redução dos encargos sociais e impostos, e não pelos ganhos de produtividade, como ocorre

em outros países". É esse tipo de terceirização que predomina no APL.

É preciso destacar, contudo, que o grau de formalização das firmas confeccionistas do APL da região de Jaraguá cresce rapidamente, e já é muito superior ao que se verifica na maior parte das aglomerações de MPEs do segmento que se localizam em estados menos desenvolvidos no país.

A pesquisa revela que a maior parte dos mercados atendidos pelas firmas do arranjo - 53% no caso das micro-empresas e mais de 80% no caso das pequenas e médias - localizam-se fora do estado. O Mato Grosso aparece em primeiro lugar nas menções sobre os principais destinos das vendas das empresas locais, seguida de perto, em segundo lugar pelo Distrito Federal. Dividindo o terceiro lugar aparecem o Pará e o Tocantins. Em quarto lugar surge Minas Gerais e, empatados em quinto, Bahia e São Paulo.

Na maior parte dos pólos confeccionistas do interior do Brasil, onde a produção destina-se principalmente à população de baixa renda, parte importante da distribuição está associada a feiras semanais ou pontos centrais de venda na cidade, que normalmente atraem caravanas de compradores. Em geral, ônibus de

"O grau de formalização das firmas confeccionistas do APL da região de Jaraguá é muito superior ao que se verifica na maior parte das aglomerações do segmento que se localizam em estados menos desenvolvidos no país."



“sacoleiros” oriundos das regiões compradoras são fundamentais no processo de distribuição desses pólos.

Na região de Jaraguá, não existe nenhum ponto central dessa natureza, bem como as empresas estão dispersas pela cidade e muitas não possuem sequer identificação externa. A distribuição se dá, principalmente, através da ação de representantes comerciais que se deslocam até os principais mercados. Parte dos produtores do arranjo, entretanto, mantém pontos de venda na “Feira Hippie”, em Goiânia, importante centro de distribuição de produtos confeccionados da capital, que recebe semanalmente dezenas de ônibus de compradores de diversas partes do país.

No APL, 97% das firmas são micro e pequenas e 3% têm médio porte, não existindo nenhuma grande empresa. No que se refere a

governança⁶, apesar de não existirem diferenças de tamanho significativas entre as firmas locais, verifica-se certa heterogeneidade entre elas, sobretudo no que diz respeito à utilização de equipamentos mais sofisticados e processos automatizados por parte de algumas, que prestam serviços mais avançados às demais. Nada, entretanto, que possibilite a essas empresas

desempenharem um papel de coordenação das atividades econômicas e tecnológicas no APL. Assim, entre as confecções, em que pese a heterogeneidade mencionada, tem-se uma relação não hierárquica entre as empresas. Entretanto, em torno destas firmas encontra-se uma grande quantidade de pequenas facções sub-contratadas, em geral informais, constituindo um emaranhado de micro-redes hierarquizadas (CASTRO, 2004^a).

As confecções do arranjo foram implantadas fundamentalmente com capital próprio e assim permaneceram. A pesquisa revelou que 93% do capital, das firmas do APL tem ori-

⁶ “Governança diz respeito aos diferentes modos de coordenação, intervenção e participação, nos processos de decisão locais, dos diferentes agentes (...) e das diferentes atividades que envolvem a organização dos fluxos de produção, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos” (Glossário, RedeSist, 2003).

gem em recursos dos empresários, e apenas 7% são oriundos de financiamento bancário, sendo que menos de 1% têm origem em empréstimos de instituições oficiais. Esse dado é revelador da flagrante ineficiência dos atuais instrumentos de crédito disponíveis para as empresas de micro e pequeno porte no país.

O problema principal parece estar na dificuldade dos recursos chegarem até a ponta do sistema. Perguntados sobre quais são os principais obstáculos que limitam seu acesso a fontes externas de financiamento, os empresários responderam que as dificuldades não estão principalmente na inexistência de linhas de crédito ou no volume de recursos disponíveis, e nem mesmo nas taxas de juros, mas sim em entraves burocráticos, dificuldades cadastrais, assim como nas elevadas exigências de garantias por parte das instituições

de financiamento.

No que se refere ao perfil dos empresários, a pesquisa mostra que a maior parte dos empreendedores do arranjo não tem tradição no segmento empresarial. Apenas 22,7% dos sócios fundadores principais das firmas eram empresários antes de montar seu negócio e, para um percentual semelhante, seus pais tiveram essa profissão. As informações

quanto ao grau de escolaridade, dão conta de que a maior parte dos empreendedores, 62,1% do total, tinha o segundo grau completo quando fundou a empresa. Em 19,7% dos casos eles tinham o grau superior incompleto e apenas uma parcela diminuta, 1,5% do conjunto, tinha curso superior completo.⁷

Enfim, o setor de confecções tem sido um dos mais dinâmicos da economia goiana nos últimos anos, e esse dinamismo se deve, em grande medida, ao desempenho dos APLs de Goiânia e Jaraguá, onde as economias de aglo-

“O setor de confecções tem sido um dos mais dinâmicos da economia goiana nos últimos anos, e esse dinamismo se deve, em grande medida, ao desempenho dos APLs de Goiânia e Jaraguá”

⁷ A mão-de-obra no APL possui algumas peculiaridades, ela é mais jovem e possui um grau de escolaridade bem maior do que a média nacional. Mais de 50% dos empregados do arranjo tem menos de 24 anos e 48,9% do total têm pelo menos o ensino médio completo. No Brasil (RAIS-TEM) apenas cerca de 35% dos empregados em confecções estão naquela faixa etária e 31% apresentam o mesmo nível de escolaridade.



meraço, a articulaço entre os agentes e políticas púlicas agressivas têm proporcionado grande competitividade às micro e pequenas empresas locais.

Referências

BASTOS, Vicente. *Estudo da competitividade da indústria brasileira: competitividade da indústria de vestuário – nota técnica setorial*. Campinas: IE/Unicamp, 1993a.

_____. *Estudo da Competitividade da indústria brasileira: competitividade do complexo têxtil – nota técnica do complexo*. Campinas: IE/Unicamp, 1993b.

CASTRO, Sérgio Duarte. *O arranjo produtivo de confecções da região de Jaraguá-Go*. Relatório de atividades da Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. UFRJ. Instituto de Economia. Março, 2004^a. Disponível

em <www.ie.ufrj.br/redesist>

_____. *Características e desempenho do arranjo produtivo de confecções da região de Goiânia-Go*. Goiânia, SEBRAE-Go, 2004^b, mimeo

GORINI, Ana Paula Fontenelle. *Panorama do setor têxtil no Brasil e no Mundo: Reestruturação e perspectivas*. Rio de Janeiro:BNDES, 2000.

IEMI Instituto de Estudos e Marketing Industrial. *Indústria Têxtil Brasileira*. Estudo de fatores de atração de investimentos. São Paulo, 2002, mimeo.

LASTRES, Helena M.M; CASSIOLATO (2002). *Interagir para competir. Promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil*. Brasília:CNPq/FINEP/SEBRAE.

SEBRAE-Go - *Estudo sobre arranjos produtivos locais*. Segmento de confecções. Relatório Preliminar. Goiânia, 2003, mimeo.



Vantagem Comparativa Revelada: uma Análise do Perfil de Goiás



Carlos Wagner Mesquita*

Resumo: este artigo analisa o comportamento do comércio exterior goiano, tomando como referência os anos de 1997 a 2003, tendo como instrumental a teoria da Vantagem Comparativa Revelada e baseando-se nos principais produtos da corrente de comércio externo de Goiás. A idéia é estudar a vantagem comparativa goiana mirando a corrente de comércio mundial. Os dados apresentados indicam uma performance positiva dos produtos goianos que gravitam em torno da agropecuária, mostrando ainda que Goiás tem eficiência econômica externa nas áreas de extração de minerais não-metálicos, metalurgia, alimentos e bebidas; couros e calçados e de produtos primários derivados e apresenta desvantagem comparativa, principalmente nos setores de máquinas e equipamentos e de veículos automotores.

Palavras-chave: balança comercial, comércio exterior, vantagem comparativa revelada, economia internacional, economia goiana.

1 - Introdução

O comércio externo goiano viveu o impacto de todos os acontecimentos econômicos, em especial os registrados entre 1997-2000, época de significativa instabilidade da conjuntura do país e do resto do mundo, com profundas crises econômicas na Rússia, Ásia e mesmo no Brasil. Um dos efeitos mais visíveis dessas crises foi o crescente empecilho para o financiamento do comércio externo brasileiro. Um outro fato marcante foi a forte queda na demanda de importantes compradores mundiais de produtos agrícolas. Através do efeito-contágio as economias dos países latino-americanos também foram atingidas, o que afetou as compras de produtos brasileiros de forma significativa. Nesse período a economia americana apresentou forte crescimento enquanto que os países europeus apresentaram desempenho comparativamente mais modesto.

A partir de 2003 a corrente de comércio mundial apresenta uma grande evolução, eviden-

ciando o aumento contínuo da demanda dos mais variados bens e serviços em inúmeros países, detalhe que motiva a análise da vantagem comparativa revelada de Goiás aqui desenvolvida, tomando como base os anos de 1997 a 2003, investigação essa realizada por setores aos quais os elementos do universo desse comércio são agrupados. Além desta introdução, o trabalho está estruturado em outras quatro seções. Na seção dois é feita uma análise geral da balança comercial de Goiás frente à balança comercial do país, envolvendo ainda os acontecimentos que influenciaram o desempenho comercial goiano e brasileiro no período; na seção três é desenvolvido o estudo sobre os índices de vantagens comparativas reveladas (VCR) do setor externo goiano e na seção quatro são apresentadas as conclusões do estudo. A seção cinco traz as referências bibliográficas.

2 - A Balança Comercial Goiana

A balança comercial de Goiás de certa forma acompanhou as tendências doméstica e internacional. Ainda longe do efeito das crises cambiais que viriam à frente, em 1997 as exportações goianas aumentaram 22,9% e as importações cresceram 17,2%, enquanto que o comércio exterior brasileiro registrava, nesse mesmo ano, um crescimento de 11% nas exportações e 15% de aumento nas importações, em relação ao ano anterior. Em 1998 e 1999 o setor externo do país sofre grande retração, no que é acompanhado pelo comércio externo goiano. Em 1999, dois anos depois do surgimento da crise asiática, as exportações goianas apontavam uma redução de 31,5% em relação ao total exportado em 1997, sofrendo um impacto negativo maior que as exportações brasileiras que regrediram em 9%. Todo esse processo regressivo tem basicamente como foco a queda da demanda mundial por produtos básicos, que caiu 30% no período 1997/

* Economista (UCG), Engenheiro Civil (UCG), MSc. em Economia de Empresas (UCB), doutorando em Planejamento e Gestão Ambiental (UCB) e professor universitário. E-mail: cw.mesq@gmail.com



1999. A interrupção dos créditos para o comércio externo e a queda da demanda mundial de vários itens importantes da pauta de exportação, tanto goiana quanto brasileira, resultaram em um deslocamento dos efeitos da desvalorização cambial de 1999 para o ano 2000. Nesse ano, as exportações goianas cresceram 67%, um salto gigantesco, e as brasileiras 15% em relação ao ano anterior, apontando também um crescimento significativo das importações: em Goiás aumentaram 17,4% e no Brasil, 13%, refletindo o crescimento do PIB, tanto o goiano quanto o brasileiro.

Deve-se ressaltar que a balança comercial goiana, como a brasileira, sofreu a influência, além das conjunturas nacional e internacional, de importantes mudanças nas políticas de promoção às exportações, pela chegada de firmas estrangeiras e pelas estratégias das empresas atuantes no comércio exterior. Sobre as primeiras, cita-se a ampliação substancial do escopo e do volume de financiamentos concedi-

dos pelo BNDES, tendo como canal o BNDES-*exim*, bem como se fortaleceu o seguro de crédito com a criação da SBCE (Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação). Principalmente em termos de Brasil, o ingresso de empresas estrangeiras foi um fator de crucial importância para os resultados das exportações nos setores de comunicações e de material eletrônico. Por último, aconteceram importantes alterações na estratégia de exportação das empresas, ao redirecionarem suas vendas para mercados mais dinâmicos e com produtos de maior valor agregado.

3 – A análise da Vantagem Comparativa Revelada

Para desenvolver a análise proposta, foram utilizadas as tabelas 1 e 2, onde os principais produtos constantes da balança comercial goiana foram agrupados por setores, como ali é mostrado.

Tabela 1
ESTADO DE GOIÁS: Exportação dos principais produtos - 1997–2003 - (US\$ 1.000 FOB)

Setor/total	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
	475.659	381.669	325.885	544.767	595.070	649.081	1.102.202
Agropecuária (1)	134.681	103.016	77.486	178.815	156.167	185.203	497.105
Extração Min. Metálicos	99	18	24.469	28.093	2	2	643
Extração Min. Não-Metálicos	84.015	69.881	38.784	55.374	76.323	89.535	118.421
Alimentos e Bebidas (2)	131.031	96.320	70.280	161.196	152.311	143.138	190.013
Produtos primários derivados (3)	68.862	64.920	56.643	53.325	151.871	172.954	230.752
Têxtil	62	65	420	429	306	639	656
Couros e Calçados	435	768	5.342	8.610	1.256	1.554	1.520
Madeira	8	0	46	556	568	252	261
Papel e Celulose	13	9	0	0	5	23	18
Edição e Impressão	14	2	19	21	15	64	22
Química	645	2.686	1.832	64	2.850	3.185	7.864
Borracha e Plásticos	78	49	177	132	351	754	518
Produtos Min. Não-Metálicos	637	854	46.196	52.188	117	197	104
Metalurgia	52.089	40.787	810	999	49.482	48.303	50.689
Produtos de Metal	685	715	4	26	1.963	815	1.020
Máquinas e Equipamentos	2.211	1.459	1.239	1.473	418	341	490
Instrumentos. Médicos e Ópticos	2	12	172	144	44	86	117
Veículos Automotores	11	17	126	72	200	1.895	1.929
Aviação/Ferrov./Emb./Motos	2	0	0	0	0	0	0
Móveis	1	1	29	114	12	44	2
Brinquedos e outros	0	0	2	0	0	1	2
Artesanato	0	0	0	0	0	0	0
Outros (4)	80	87	1.809	3.134	806	94	57

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior / Seplan-GO/SePIN

(1): inclui agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca.

(2): não inclui produtos pertencentes ao setor agropecuário, tais como folha de fumo.

(3): produtos transformados, ligados diretamente ao setor agropecuário.

(4): inclui 'demais produtos', 'obras diversas' e 'transações especiais'.



A tabela 1 mostra que, em termos monetários, os setores mais expressivos das exportações goianas são a agropecuária, extração de minerais não-metálicos, alimentos e bebidas, produtos primários derivados e a metalur-

gia, sendo que todos esses agrupamentos comerciais são impactados pela virada forte e positiva da corrente de comércio mundial, verificada em 2003 e que perdura até o momento.

Tabela 2
ESTADO DE GOIÁS: Importação dos principais produtos - 1997- 2003 - (US\$ 1.000 FOB)

Setor/total	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
	258.868	311.887	318.557	373.987	390.139	326.813	376.769
Agropecuária (1)	8.907	3.867	3.785	1.742	1.706	2.974	7.045
Extração Min. Metálicos	888	1.621	465	460	656	744	4.462
Extração Min. Não-Metálicos	21	42	25	523	381	2.124	6.501
Alimentos e Bebidas (2)	3.052	1.651	2.929	728	1.993	2.096	2.245
Produtos primários derivados (3)	110.368	150.359	97.288	98.817	67.413	47.233	29.154
Têxtil	2.118	1.096	264	1.231	600	234	682
Couros e Calçados	188	71	53	108	40	0	121
Madeira	0	0	0	0	0	0	0
Papel e Celulose	1.792	1.734	991	792	597	486	508
Edição e Impressão	250	367	205	407	352	77	89
Química	9.572	12.117	27.369	20.078	38.198	42.684	44.837
Borracha e Plásticos	5.519	5.153	4.014	5.692	5.868	6.457	7.010
Produtos Min. Não-Metálicos	25.218	31.273	32.555	54.569	62.326	55.018	77.258
Metalurgia	334	236	178	309	258	5.369	5.144
Produtos de Metal	1.319	3.102	2.430	2.550	1.821	2.548	3.755
Máqs. e Equipamentos	41.047	51.240	60.475	66.348	64.836	62.687	76.682
Instrumentos Médicos e Ópticos	8.107	17.894	4.735	10.121	7.469	8.039	11.172
Veículos Automotores	696	8.190	71.037	103.041	128.806	84.993	94.075
Aviação/Ferrov./Emb./Motos	3.309	419	1.716	3.768	2.891	176	1.081
Móveis	44	391	603	177	72	354	289
Brinquedos e outros	268	144	193	62	166	48	305
Artesanato	2	0	0	0	0	0	0
Outros (4)	35.846	20.920	7.246	2.461	3.688	2.469	4.352

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior / Seplan-GO/Seplan

(1): inclui agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca.

(2): não inclui produtos pertencentes ao setor agropecuário, tais como folha de fumo.

(3): produtos transformados, ligados diretamente ao setor agropecuário.

(4): inclui 'demais produtos', 'obras diversas' e 'transações especiais'

A tabela 2 revela que na área das importações Goiás apresenta valores monetários significativos nos setores de produtos primários derivados, química, produtos minerais não-metálicos, máquinas e equipamentos, instrumentos médicos e ópticos e veículos automotores.

Uma maneira interessante de trabalhar o painel econômico desses dados é analisar se o desempenho da balança comercial goiana apresentou alguma modificação nas vantagens comparativas do Estado no período em estudo. Para realizar essa verificação foram utilizados os índices de vantagem comparativa revelada (VCR). Segundo Nonnenberg (1991), o VCR mostra as vantagens comparativas do painel explorado.

Para apurar tais índices, foi utilizada a fórmula mostrada a seguir, desenvolvida por Lafay (1990), também usada por Nonnenberg (1991) para desenvolver sua análise dos dados da economia brasileira no período 1980-1988.

$$VCR = \frac{1000}{PIB} \left[(Xi - Mi) - \left(\frac{Xi + Mi}{X + M} \right) (X - M) \right]$$

onde

M e M_i representam, respectivamente, as importações totais do Estado e do produto i ; X e X_i correspondem, respectivamente, às exportações totais do Estado e do produto i ;

$(X_i - M_i)$ dá o saldo comercial efetivo do produto;



o segundo membro dentro do colchete representa o saldo neutro, isto é, o saldo que existiria caso a participação de cada produto no saldo comercial total goiano fosse igual à sua participação na corrente de comércio (exportações mais importações) de Goiás. Dessa maneira, haverá vantagem (desvantagem) comparativa para determinado produto se o sinal do VCR for positivo (negativo), ou seja, caso o saldo efetivo for maior (menor) que o saldo neutro. Tanto o saldo neutro quanto o efetivo são normalizados pelo PIB, como mostra a equação.

Uma maneira alternativa de se calcular a vantagem comparativa é com o uso da fórmula

$$VCR = \frac{Xi - Mi}{Xi + Mi}$$

que tem o inconveniente de o VCR ser influenciado pelo volume de comércio intra-in-

dustrial, isto é, mesmo sem melhora no saldo comercial do produto focado, uma pequena diminuição no comércio intra-industrial (queda no denominador) provocaria um aumento na vantagem comparativa desse produto.

Ainda para efeito de utilização da fórmula empregada, o PIB goiano foi convertido para dólares com câmbio real de 1998, buscando atenuar o efeito da desvalorização monetária.

A tabela 3 a seguir, derivada da utilização dos dados apontados nas tabelas 1 e 2, mostra o resultado do cálculo dos índices de VCR para o período analisado.

Tabela 3
Vantagens Comparativas Reveladas - 1997-2003

Setor/ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Agropecuária	5,6	5,9	6,8	12,1	11,4	11,2	20,2
Extração Min. Não-Metálicos	4,0	4,2	3,6	3,8	5,6	5,4	4,2
Metalurgia	2,4	2,4	0,1	0,0	3,7	2,4	1,5
Alimentos e Bebidas	6,0	5,7	6,2	11,0	11,1	8,7	7,8
Couros e Calçados	0,0	0,0	0,5	0,6	0,1	0,1	0,0
Produtos primários derivados	-6,4	-7,2	-4,0	-6,2	3,6	5,0	6,2
Móveis	0,0	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Madeira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Brinquedos e outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Artesanato	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Edição e Impressão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Extração Min. Metálicos	-0,1	-0,1	2,2	1,9	-0,1	-0,1	-0,5
Borracha e Plásticos	-0,5	-0,4	-0,4	-0,6	-0,6	-0,8	-0,8
Papel e Celulose	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
Têxtil	-0,2	-0,1	0,0	-0,1	0,0	0,0	-0,1
Química	-0,8	-0,7	-2,4	-2,0	-4,1	-5,1	-5,2
Produtos de Metal	-0,1	-0,2	-0,2	-0,3	-0,1	-0,3	-0,4
Produtos Min. Não-Metálicos	-2,2	-2,3	1,2	-1,9	-7,1	-6,8	-9,6
Máqs. e Equipamentos	-3,5	-3,7	-5,6	-6,5	-7,3	-7,8	-9,5
Instrumentos Médicos e Ópticos	-0,7	-1,3	-0,4	-1,0	-0,8	-1,0	-1,4
Veículos Automotores	-0,1	-0,6	-6,7	-10,3	-14,6	-10,5	-11,6
Aviação/Ferrov./Emb./Motos	-0,3	0,0	-0,2	-0,4	-0,3	0,0	-0,1
Outros	-3,1	-1,5	-0,5	0,0	-0,4	-0,3	-0,5

Fonte: Elaboração própria

Pelos índices apurados, os setores nos quais a economia goiana tem nítida vantagem comparativa revelada são a agropecuária, extração de minerais não-metálicos, metalurgia, alimentos e bebidas e couros e calçados. O setor de produtos primários derivados apresenta um desempenho interessante, pois se de 1997 a 2000 caracterizou-se por dar deficiência econômica a Goiás,

a partir de 2001 inverte sua tendência e passa a mostrar vantagem comparativa no setor externo goiano. À exceção da agropecuária e do setor de produtos primários derivados, o VCR dos demais setores com eficiência econômica sofrem desaceleração entre 2002 e 2003. Os setores de móveis, madeira, brinquedos e outros; artesanato e edição e impressão mostram-se neutros



em termos de vantagem comparativa.

No aspecto de desvantagem comparativa, todos os demais setores situam-se nessa área, destacando-se os produtos minerais não-metálicos, máquinas e equipamentos e veículos automotores. Deve-se frisar que, de modo geral, os VCR cresceram após a mudança do regime cambial brasileiro nas áreas onde o comércio exterior goiano tem desvantagem comparativa, indicando que piorou a eficiência econômica nessas áreas.

4 – Conclusões

Este estudo identifica que, em se tratando de vantagem comparativa revelada, os índices calculados mostram uma boa posição comercial de Goiás em alguns setores, principalmente naqueles que gravitam em torno da atividade econômica ligada à pecuária e agricultura, que souberam tirar proveito dos fatores que influenciaram o aquecimento do comércio mundial. No campo das vantagens comparativas, Goiás tem, perigosamente, sua melhor densidade na agropecuária, preponderantemente em *commodities* que, historicamente, tem-se mostrado uma relação de comércio de muita volatilidade. A boa novidade é a reversão do setor de produtos primários derivados que, ao longo do período em estudo, passa de desvantagem para vantagem comparativa.

Dentre os setores em que a economia goiana mostra-se em desvantagem comparativa, veículos automotores e máquinas e equipamentos dão o tom negativo mais marcante, deixando no painel dos índices os sinais para o desenvolvimento de políticas econômicas que busquem a reversão do quadro. Nessa linha de raciocínio, deve-se registrar que, pelo teor dos índices, há uma área de atuação que vai do setor de mó-

veis, passando por artesanato e têxtil, onde uma ação global centrada no esforço de reversão dessa deficiência econômica provavelmente pode trazer resultados mais rapidamente.

Finalizando, à medida que se disponibilize os dados agregados, este estudo poderá abranger os anos mais recentes e assim revelar novas evoluções das vantagens e desvantagens comparativas do setor externo de Goiás.

5 - Referências

LAFAY, G. *The Measurement of Revealed Comparative Advantages*, 1990, mimeo.

MOREIRA, M. M. A Indústria Brasileira nos Anos 90: O que já se Pode Dizer?. In: F. Giambiagi e M.M. Moreira (eds.). *A Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

NONNENBERG, M. J. *Vantagens Comparativas Reveladas, Custo Relativo de Fatores e Intensidade de Recursos Naturais: Resultados para o Brasil – 1980/88*. Rio de Janeiro: IPEA, abril 1991 (Texto para Discussão, 214).

PICCININI, M. S. e PUGA, F. P. *A Balança Comercial Brasileira: Desempenho no Período 1997/2000*. Rio de Janeiro: BNDES, setembro 2001 (Texto para Discussão, 90).

PINHEIRO, A. C. e MOREIRA, M. M. *The Profile of Brazil's Manufacturing Exporters in the Nineties: What are the Main Policy Issues?*, Rio de Janeiro: BNDES, junho 2000 (Texto para Discussão, 80).

PUGA, F. P. O Apoio do BNDES-*exim* às Exportações Brasileiras. Nota Técnica, BNDES, n. 1, janeiro 2001.

PUGA, F. P. O Apoio do BNDES às Micro, Pequenas e Médias Empresas Exportadoras: 1997 a 1999. Nota Técnica, BNDES, n. 10, setembro 2000.



Investimentos do Governo de Goiás em Ciência & Tecnologia – Uma Revisão do Indicador



Sônia Milagres Teixeira*

Resumo: O trabalho discute a composição dos dispêndios em Ciência e Tecnologia (C&T) e das características das ações de C&T na agenda do governo, e nas Instituições. O detalhamento das ações relacionadas à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I) amplia o escopo do indicador, nas diversas áreas do conhecimento. Recursos aplicados em ações de adaptação, demonstração, treinamento e transferência são incluídos, por constituir ações correlatas à geração e desenvolvimento de tecnologias e inovações. O monitoramento da aplicação desses recursos, além de atestar seus impactos, contribui para realimentar políticas que se propõem contribuir para o desenvolvimento sustentado.

Palavras Chave: Política Pública, Monitoramento e Avaliação, Instituições, Ensino Superior, Transferência de Tecnologia.

Introdução

É crescente a importância do papel da política de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T&I) para o desenvolvimento sustentado, pois é da pesquisa e das atividades formadoras de conhecimento que se esperam as soluções para os problemas do novo século. Mais e mais se buscam caminhos para se promover a transição da sociedade industrial à sociedade do conhecimento e da informação, exigindo constante revisão da racionalidade da política, colocando-a no contexto do entendimento da acumulação do conhecimento, seu armazenamento e disseminação pelas diversas Instituições.

A relação entre C, T & I e a dinâmica da economia tem longa história e a natureza do processo de acumulação de conhecimento prático é valiosa em sociedades capitalistas em que uma gama de esforços, nem sempre coordenados, precisam estar fortemente alinhados ao *mercado*. Enquanto a competição no mercado é um processo maior, integrado, a inovação é direcionada à produção, na diversidade micro das empresas. É a sua dimensão criativa, sua

adaptação e teste no mercado que tornam dinâmicas e complexas as operações do negócio no capitalismo. O sistema se transforma continuamente e o elemento essencial se torna a acumulação de novos conhecimentos. A empresa é única como organização no seu papel de ter que adquirir e combinar diferentes tipos de conhecimento e colocá-los em prática. O mercado é único como conjunto de normas e padrões estabelecidos e avalia usos alternativos de recursos, criando incentivos e oportunidades como desafios à inovação das atividades existentes. A sinergia é extremamente poderosa para a transformação econômica, em todos os níveis, da empresa à indústria e ao Estado. Embora C, T & I constitua insumo importante na criação de riqueza, seu alinhamento efetivo requer a criação de tecnologias apropriadas e sistemas de inovação e suporte enquanto eles interdependentes do conhecimento. O ponto crucial do processo moderno de inovação é a multidisciplinaridade e conhecimento relevante combinados com fontes institucionais múltiplas. Muito poucas empresas podem esperar inovar no isolamento e a questão de como o inovador potencial se insere e se conecta com as instituições geradoras de conhecimento se torna um tema de primeira relevância para a política. (Metcalf, 2003)

O principal objetivo da política de C, T & I, numa perspectiva sistêmica, é constituir acervo efetivo, que conecta a indústria à base de conhecimento gerado e o da política de inovação é combinar conhecimento científico e tecnológico com as oportunidades de mercado.

O monitoramento de recursos aplicados em soluções tecnológicas e sua composição, nas Instituições, se torna relevante. *Indicadores* de C, T & I são definidos como “uma série de dados que quantifica e reflete o esforço da política de ciência, tecnologia e inovação de um país”. Para Viotti (2003, p. 48) trata-se de instrumento essencial para compreender e monitorar os pro-

* Economista Rural, PhD. Professora da UFG e Gerente na Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECTEC-GO. E-mail: smilagres@sectec.go.gov.br



cessos de geração, difusão e uso de conhecimento científico, tecnologias e inovações, e suas dimensões – i) científica, relacionada à compreensão dos fatores determinantes daqueles processos; ii) política, de subsídios à formulação, acompanhamento e avaliação e iii) a programática, com elementos para a formulação de estratégias das empresas e Instituições, em relação a C, T & I.

Indicadores podem ser segmentados em insumos e produtos (resultado). Os de insumos referem-se a recursos físicos e de capital humano alocados às atividades científicas e tecnológicas, enquanto os de resultado buscam aferir repercussões dessas atividades sobre os indicadores econômicos, sociais e ambientais de uma região. Por serem obtidos de acordo com procedimentos de medição mais convencionais, os de insumos são mais frequentes e disponíveis. Os de resultado, por sua vez, pela dificuldade de aferição, menos presentes e mais difíceis de definir, aparecem em menor número (medidas indiretas como publicações científicas e registros de patentes, por exemplo).

Neste trabalho discutem-se tendências apresentadas na matriz de dispêndios públicos, buscando identificar aspectos das contas governamentais relativas a C, T & I, além de um relato da composição, por área do conhecimento, dos programas de fomento a C, T & I, entre as diversas Instituições de Goiás.

Investimentos em C, T & I e suas relações com o Desenvolvimento.

As teorias do crescimento econômico evidenciam o papel exercido pelo avanço tecnológico e sua vinculação estrita ao acúmulo de conhecimento. A corrente do pensamento *evolucionista* preocupa-se em analisar o papel das inovações e seu processo de difusão no desenvolvimento econômico, chegando a inferir que a explicação da pobreza de alguns países em relação a outros decorre das diferenças em seus sistemas de inovação. Tal sistema é entendido como o conjunto de instituições, atores e mecanismos

que contribuem para a criação, avanço e difusão de inovações tecnológicas. Destacam-se os institutos de pesquisa, o sistema educacional, as empresas e seus laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, a lei de propriedade intelectual e de inovação, e a universidade enquanto lócus da pesquisa por excelência, assumindo papel central na construção do sistema de inovação.

As fundações de amparo à pesquisa têm papel fundamental na consolidação do sistema de inovação. A alocação de recursos na atividade inovativa, por se constituir permeada de incertezas, pela dificuldade de prever com exatidão seus resultados, imprime à *informação* gerada, características de *bem público*. Conforme o precursor dessa teoria, o resultado (a informação gerada) a partir de insumos da pesquisa (pesquisadores, laboratórios, etc) constitui 'mercador

ia intangível' e de difícil apropriação. Como se trata de atividade que gera substanciais economias externas (benefício social maior que o privado) torna-se desejável que o governo financie pesquisa para a geração de conhecimentos. (Arrow, 1971, citado por Povoá & Silva, 2005).

Vários estudos analisam a contribuição da pesquisa científica para os avanços

tecnológicos. Evidências empíricas baseiam-se em análise do número de patentes e publicações, estudos por Cohen et al, citados por Povoá e Silva, procuram analisar se a pesquisa pública exerce influência na geração de novos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) industrial e, os resultados indicam que a pesquisa universitária, no Brasil, exerce impacto substancial, mas de forma localizada em poucas indústrias, como por exemplo, a farmacêutica.

Em países como os Estados Unidos e na Europa, constata-se que o desenvolvimento tecnológico e a pesquisa aplicada são custeados pelo governo e pela indústria e quem realiza as atividades de desenvolvimento e de pesquisa aplicada é essencialmente a indústria, por ampla margem (mais de 80% do desenvolvimento e quase 70% da pesquisa aplicada). A Uni-

“As fundações de amparo à pesquisa têm papel fundamental na consolidação do sistema de inovação.”



versidade, em larga medida, participa da realização de pesquisa básica custeada principalmente pelo governo. (MCT, 1994)

No Brasil, quase todo o esforço de P&D é suportado pelo governo. De um modo geral, em países em que a economia enfrenta dificuldades de competitividade, como é o caso em toda a América Latina, o investimento da indústria em P&D é reduzido ou nulo. No caso das invenções já se tem exemplo de produtos do esforço individual e de empresas gerando tímida demanda por patentes e registros.

Naqueles países com economias prósperas e em crescimento, como é o caso da Coréia do Sul, por exemplo, é a indústria, e não o governo, que faz o maior investimento em C&T. Na Coréia do Sul o investimento realizado pelo governo nunca superou a marca de 0,3% do PIB, enquanto que no Brasil nunca foi inferior a 0,5% do PIB¹.

A Partir de 1989 iniciou-se uma fase de crescimento acelerado da produção científica no Brasil, atingindo-se em 1996 um total de publicações três vezes maior do que a média histórica durante a década de 80. O crescimento observado no Brasil é pouco superior aos do México e Argentina. (MCT: "Indicadores Nacionais de C&T, 1990-1994")

O Ministério de Ciência e Tecnologia vem dedicando esforço sistemático para aferir investimentos em C, T & I, nas diversas esferas de governo e no âmbito das empresas visando sistematizar uma metodologia para sua obtenção. Esse esforço é orquestrado no sentido de detalhar os programas, identificando ações de C, T & I e P & D, em diferentes instâncias. Busca-se desenvolver e validar um método de cálculo que possa ser replicado em todos os Estados. (Cavalcante, 2005)

Metodologia extensamente discutida na OCDE para construção dos indicadores de C & T, além de manuais² desenvolvidos visando comparações entre países e regiões servem de referência para uma nova abordagem dos investimentos em C, T & I. Também na Embrapa há uma

vasta experiência em medidas de dispêndios com vistas à análise de impacto das tecnologias. O crescimento da produção científica brasileira no período estudado revela o maior investimento em bolsas de estudo para formação de pessoal acadêmico qualificado, realizado a partir de meados da década de 80.

O Indicador de Dispêndio em C, T & I, em Goiás.

Constata-se que, a partir da organização do sistema da gestão estratégica, no Governo de Goiás, foi possível, com a Gestão Integrada de sistemas, promover o detalhamento de funções, sub-funções, programas, atividades e ações realizadas, possibilitando construir o indicador de dispêndio em C, T & I a partir dos diversos programas³.

Analisa-se os dispêndios do Governo de Goiás, considerando os repasses ao Conselho de C & T (Conciteg), programas de C & T na SECTEC (função 19), mas também em áreas correlatas. Na visão atual, amplia-se o conceito de ciência e sua 'popularização', numa sociedade profundamente diversificada e complexa. É fundamental monitorar as formas de interferência e inúmeras variáveis que contextualizam o ambiente sócio-político e ambiental.

Em Goiás, a análise de Pova & Silva para o período 1999-2001 revela que, o produto expresso em solicitações de patentes, o direito de propriedade concedido a quem realiza uma invenção, que atenda os requisitos da novidade, aplicação inventiva e aplicação industrial, é tímido, pouco superior a 1% do total de solicitações no país. São cerca de 60 itens anuais, perfazendo, no período 1990 a 2001 um total de 590 depósitos, no INPI, o que coloca o Estado em 11ª posição.

Em termos do número de artigos publicados, também produto dos investimentos globais em C&T, observa-se importante evolução, de 27, em 1994, a 176 artigos científicos indexados, publicados em 2004, representando 0,81%. As áreas de Agricultura e Agronomia, com maior destaque, em 1996 representavam 34,26% do total das publicações, passando, em 2004, a 18,76%, mantendo a primeira posição, apesar da diversificação do número de áreas da ciência, com

¹ (Fonte: NSF: "Human Resources for S&T: The Asian Region" (1993) e MCT: "Estudos Analíticos de C&T no Brasil", coordenado por S. Schwartzmann, 1994).

² Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – Manual Frascati, 2002 – Medición de las actividades científicas y tecnológicas. ISBN 84-2888-2 – OCDE 2003.

³ Foram listados todos os programas e valores alocados para C, T & I nas diversas Secretarias de Governo.



publicações, no período.

Os investimentos do setor público federal, expressos em projetos em Fundos Setoriais e bolsas aprovadas, nas agências de fomento são também tímidos, com percentual de participação do Estado não superior a 1% (0,88%, em 2003) em número de bolsas e 1,13 % do valor total aplicado pelos Fundos Setoriais. Em 2003, o número de projetos aprovados correspondeu a 1,24 % do número total para o país, com volume alocado de recursos equivalentes a 0,86% do total aplicado em fomento à pesquisa pelas agências federais.

Com relação aos *dispêndios* do governo estadual, principal objeto da nossa análise, são também muito tímidos em níveis absolutos e relativos os valores direcionados a C,T&I. O gráfico que relaciona investimentos do MCT no Estado (eixo das ordenadas) e os investimentos realizados pelo Estado (eixo das abscissas) situa Goiás muito próximo à diagonal, revelando ser valores muito parecidos, e o Estado se localiza entre os estados com os menores recursos aplicados, o que corresponde a limitados índices percentuais de aplicação, em relação aos dispêndios totais.

Embora vários estudos procurem inferir quanto aos limitados níveis de investimento que redundam em percentual também mínimo de produtos de C, T&I e sua relação com os baixos níveis da produção industrial e de produção científica, é muito prematuro inferir quanto a essa correlação entre os indicadores. Não somente se constata espaço muito limitado de tempo em análise, além da explicitação recente desses investimentos, na criação e estabelecimento do Fundo Estadual e da Secretaria de Ciência e Tecnologia, como também se verifica a necessidade de melhor discutir a metodologia de cálculo do indicador.

Constata-se que, a partir da organização da gestão estratégica, no governo, o sistema de contas, com explicitação dos dispêndios nas diversas áreas experimentou, a partir de 2003, mudança expressiva quanto ao detalhamento de funções, sub-funções, programas, atividades e ações, esses dois últimos níveis prescindem de padronização. O processo de gestão por resultado permite captar, em nível dos diversos programas, investimentos nas áreas de C, T&I em educação, saúde, planejamento, fazenda, segu-

rança pública, meio ambiente, tornando o quadro bastante diferente.

Os valores correspondentes às despesas por unidade orçamentária (UO), ou seja, aquelas para as quais o orçamento do Estado consigna dotações específicas para a realização de programas e sobre as quais exerce o poder de disposição, permitem analisar a evolução dos repasses à função 19 (C&T), não somente aquelas direcionadas ao Fundo Estadual de C&T (Fundeteg), como também para a mesma função em outras secretarias, estudos e diagnósticos, implantação e manutenção da Tecnologia da Informação que mudam a matriz de dispêndios, expressos em período recente. Figura 01.

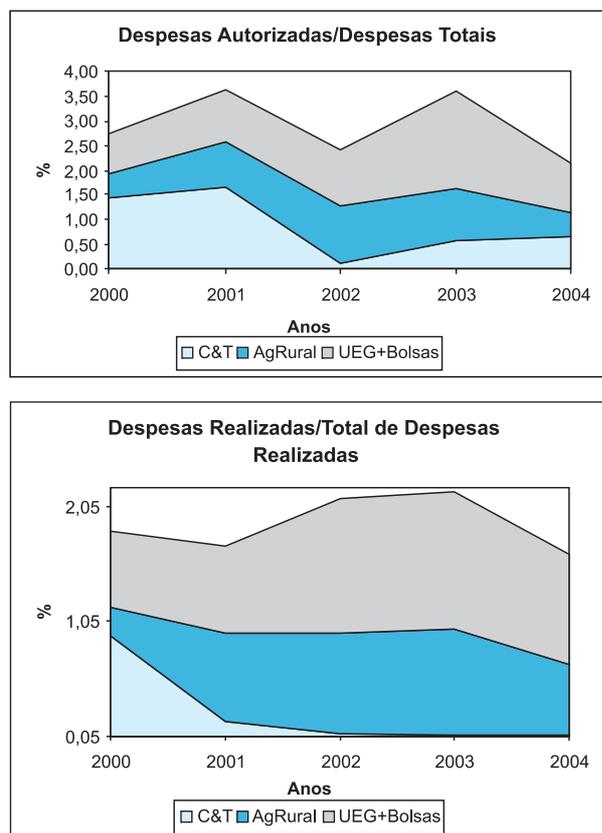
Essa nova interpretação do indicador encontra respaldo em extensos estudos realizados na composição de normas práticas para “Medição das Atividades Científicas e Tecnológicas”, intitulado *Manual de Frascati* cuja elaboração e pesquisa foram financiadas pela OCDE. Consideram a alocação de recursos em C&T num conjunto amplo que envolve as ações de P, D&I como em todas as demais ações correlatas em diversos programas de difusão, pesquisa, assistência técnica, treinamento e capacitação, nos diversos âmbitos. Esse é o caso do reconhecimento do recurso despendido nas funções exercidas pela Agência de Desenvolvimento Rural e Fundiário, conforme manual referido. Observam-se em ambos, dispêndios expressos em valores relativos (ao total dispendido⁴) autorizados e despesas realizadas, tendências semelhantes para o conjunto das unidades orçamentárias – declinantes os recursos na função 19 para o Fundeteg, mas a tendência se inverte para as atividades correlatas, isoladas ou no acumulado.

Na visão atual, o conceito de ciência e sua ‘popularização’ numa sociedade profundamente diversificada, tem matizes de diversas ordens, tornando fundamental monitorar todas as formas de interferência e inúmeras variáveis que contextualizam o ambiente sócio-político e de investimentos em C,T&I, em Goiás. A criação da Fundação de Amparo à Pesquisa certamente constituirá elemento facilitador nas relações Institucionais e com as empresas, no incremento às atividades de pesquisa e desenvolvimento, C, T & I.

⁴ Secretaria da Fazenda – SEFAZ – “Demonstrativos de Balanços 2000 a 2004”



Figura 1
Despesas Autorizadas e Despesas Realizadas no Total dos Dispêndios, em Goiás, 2000 - 2004.



Vale ressaltar que, não somente há programas de P&D em outras áreas, seus dispêndios melhor explicitados a partir de indicadores de 2003, como também a decisão política de carrear fortemente recursos para o Ensino Superior, a partir do jurisdicionamento da Fundação Universidade Estadual de Goiás FUEG à SECTEC, influenciou a composição da matriz de dispêndios em ciência e tecnologia apresentada na Figura 01. A análise da experiência em outros países é muito útil para caracterizar esse fenômeno, por exemplo, trajetória semelhante se observa no caminho seguido na Coreia do Sul.

Esse novo quadro apresenta situação peculiar na evolução dos indicadores de dispêndios levando a interpretação bastante diferenciada do indicador. Embora se reconheça que houve um recrudescimento nos já limitados níveis de recursos aplicados em C&T, em Goiás, quando se analisam valores repassados às atividades correlatas, ao serviço de extensão e transferência de tecnologias e demais apoios ao desenvolvimento da agropecuária e dos setores estratégicos e de futuro, em atividades correlatas de Tecnologia da Informação, nota-se tendência de

crescimento. Reconhece-se, sobretudo, que o período de análise é extremamente curto para apontar tendências e, muito menos expressar resultado de produtos da C,T&I. Já se tornou consenso que recursos aplicados em bens intangíveis (educação, capital humano, C&T e TI) são impactantes em um espectro temporal maior.

Figura 2
Número de Projetos, por Instituição de Pesquisa

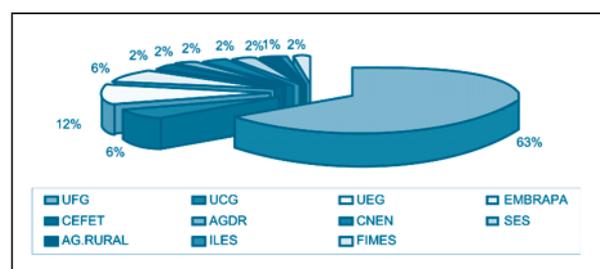
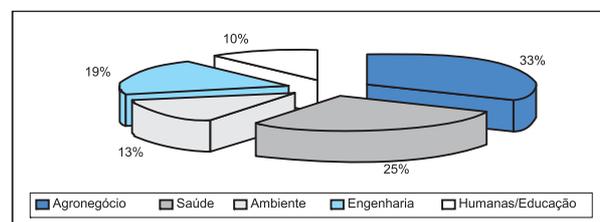


Figura 3
Número de Projetos por Área do Conhecimento



Quando se analisa a composição dos projetos em andamento no programa de Fomento à Pesquisa, evidencia-se o papel de destaque da Universidade Federal de Goiás como principal beneficiária dos recursos vinculados aos projetos em andamento, a partir de 1999. Figura 02. Há evidência da prioridade oferecida aos enfoques do Agronegócio e forte prioridade aos projetos nas áreas da Saúde. Figura 03. Distinguem-se três momentos de C & T, em Goiás, no início o Propesquisa98 (35 projetos) com recursos alocados em 1999, o Programa de Incentivo à Pesquisa (Proinpe, 48 projetos), iniciado em 2001, conduzido em 2003-2005, e no período atual, projetos em andamento, o PPP (Primeiros Projetos de Pesquisa, com 13 projetos), o PRONEX, apoio à pesquisa de excelência, com 03 projetos, visando à fixação de Doutores – DCR com 12, o Programa de Pesquisa para o SUS, com 14 projetos aprovados e o Programa de Apoio à Pesquisa na Empresa, PAPPE, com 29 projetos. Foram selecionados de uma demanda consideravelmente maior (no DCR, 35, no PPSUS, 35, no PAPPE, 33 projetos inscritos), con-



tando com a participação expressiva de consultores *ad hoc's*, recomendados pelo CNPq, nos processos de seleção. O período atual tem sido marcado de enorme esforço na busca da excelência técnica, muito condicionado à liberação de contrapartidas do Estado para concretizar as pesquisas. Figura 4.

Figura 4-a
Valores dos Projetos, por Período

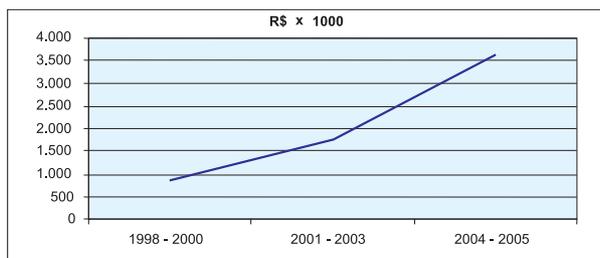
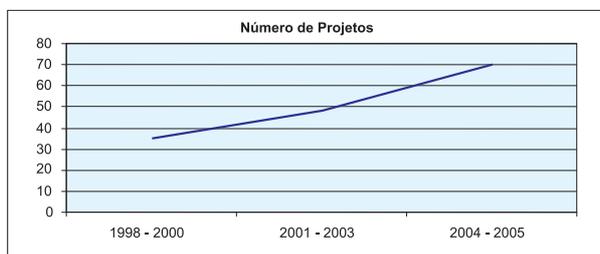


Figura 4-b
Número de Projetos por Período



Considerações Finais

Na oportunidade da criação da tão necessária FAPEG, a busca por contribuir com a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação, e nessa via, com o Desenvolvimento Sustentado de Goiás, o trabalho na Superintendência de Fomento e Apoio à Pesquisa, apenas inicia um processo de incentivo a P&D. O registro da informação sobre os Indicadores de C, T & I e sua análise preliminar são relevantes no sentido de promover seu monitoramento e avaliação dos impactos.

A visão sistêmica supõe o conjunto das áreas do conhecimento, enfatizando as dimensões social, econômica e ambiental, com forte viés para o Agronegócio e as áreas da Saúde. O reconhecimento das limitações impostas pelo orçamento

apertado, outros programas mais urgentes e mesmo a opção por investir no Ensino Superior constituem aspectos marcantes da política de C, T & I. Também limitados recursos federais se viram contingenciados, já que dependiam de contrapartidas estaduais, em fase de concretização. A gestão por resultados tem no monitoramento importante instrumento de análises longitudinais que contribuem para rever trajetórias e avaliar impactos potenciais e reais das políticas. Neste trabalho buscou-se discutir o papel da política de ciência, tecnologia e inovação, o indicador de dispendios e seu desdobramento em Instituições de pesquisa, nas diversas áreas do conhecimento e sua recente trajetória. O acervo de projetos, ainda pequeno, demonstra demanda vigorosa e forte propensão dos pesquisadores e Instituições a participar do desenvolvimento sustentado de Goiás.

Referências

- Cavalcante, L. R & Mirtes Aquino – Investimento do Governo do Estado da Bahia em Ciência e Tecnologia: Metodologia de Cálculo e Análise Preliminar dos Resultados 2000-2004.
- Ministério de Ciência e Tecnologia, “Estudos Analíticos de C&T no Brasil”, coordenado por S. Schwartzmann, 1994.
- Metcalfe, J. Stanley – Equilibrium and Evolutionary Foundations of Competition and Technology Policy: New Perspectives on the Division of Labor and the Innovation Process. In: Rev. Bras. De Inovação Vol. 2 Número 1 Jan/Jun 2003.
- Póvoa Luciano, M.C. & Silva, Luciano, A. – Produção Científica e Tecnológica em Goiás e as bases para a formação de um Sistema Estadual de Inovação. Texto para Discussão 269 – CEDEPLAR - UFMG, Belo Horizonte, 2005.
- Viotti, Eduardo B. – Fundamentos e evolução dos indicadores de CT&I. In: Viotti, E. B; Macedo, M. M (Org.) Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.



A Experiência de Planejamento em Goiás



Jeferson de Castro Vieira*

Resumo: Este artigo apresenta o resgate do planejamento como experiência de mudança socioeconômica de uma realidade. Procura, desta forma, mostrar uma nova experiência vivida em Goiás com a implantação de uma concepção de planejamento governamental gerencial em contraposição ao planejamento tradicional, burocrático.

Palavras-chave: planejamento; experiência de planejamento; planejamento em Goiás.

“Ao término de um período de decadência sobrevém o ponto de mutação. A luz poderosa que fora banida ressurgiu [...] o movimento é natural, surge espontaneamente. Por essa razão, a transformação do antigo torna-se fácil. O velho é descartado e o novo introduzido. Ambas as medidas se harmonizam com o tempo, não resultando daí, portanto, nenhum dano”.
Fritof Capra, “O Ponto de Mutação”

Introdução

Um Estado Cidadão deve contribuir para desenvolver as comunidades que o abrigam e respeitar os valores de sua terra, potencializando suas riquezas e reduzindo a pobreza. O desafio de melhorar a auto-estima do povo goiano talvez seja o marco em que se assenta a filosofia gerencial do Plano Estratégico Goiás Século XXI. O que se vislumbra neste Plano é o resgate da cultura gerencial, do planejar em longo prazo de forma sistemática, objetiva, o que praticamente não ocorre desde o governo Mauro Borges. Com base nas leituras de Marx, Keynes, Weber, Schumpeter, Braudel, Wallerstein e outros autores, passei a notar uma nova configuração internacional de poder e de mudança da socioeconomia mundial. Dessa maneira, percebi que as estruturas e agentes de transfor-

mação que moldaram o curso da história moderna estavam passando por uma releitura, em um grande embate teórico de duas correntes de pensamento verdadeiramente opostas: o neoliberalismo e o (neo)desenvolvimentismo. O fato mais importante neste novo olhar sobre a realidade era analisar com muita propriedade os processos mundiais de acumulação de capital e seus rebatimentos em economias periféricas, como a goiana.

Assim, este artigo procura identificar a contribuição do planejamento para o desenvolvimento de um Estado periférico, como é caso de Goiás. Mostra a evolução do chamado planejamento tradicional, burocrático, para uma concepção de planejamento estratégico, gerencial, focado em resultados. É importante ressaltar que não se pretende avaliar os resultados em termos de objetivos e metas realizados, com comparações exaustivas do que foi planejado e executado, mas apenas apresentar uma ferramenta moderna de mudança de uma realidade.

O Novo Centro do Poder

O tempo é cruel com os governantes. Como regra geral, depois de anos no poder, a tendência é de um desgaste natural do chefe do poder executivo e da tecnoburocracia, que culmina com o que se pode chamar de “doença do poder”. Essa “doença” ocorre porque quem está no poder não faz questão de dividi-lo, age de uma forma egocêntrica. Monta suas “igrejinhas”, seus “guetos” e não consegue criar lideranças para sua sucessão. A razão dessa “doença” está na fruição que o poder confere. O governante e o burocrata se acham donos da situação, capazes de promover alegrias e tristezas, fechar e abrir horizontes, dizer o que eles acham que está certo para a sociedade. Funcionam muitas vezes como uma espécie de “vírus”. O antivírus funciona quando a mídia e os formadores de

* Economista, Ph. D. pela UnB, professor da Universidade Católica de Goiás e Assessor Econômico da Seplan-GO. e-mail: jefersoncv@seplan.go.gov.br



opinião tecem críticas a esse tipo de cultura política de governar, sensibilizando a sociedade para mudanças. Como regra, as críticas ganham força, respaldo popular e culminam em um processo eleitoral que deságua na vitória do candidato que apresenta a melhor proposta de transformação da realidade.

Com isso o novo centro do poder propicia uma postura mais pluralista, de distribuição do poder em uma perspectiva de abrir caminhos para a democratização social. A eleição de Marconi Perillo, em 1998, simbolizou a ascensão de um novo centro do poder, não em virtude de uma visão ideológica de esquerda (a questão ideológica não estava em jogo), mas de um projeto de uma sociedade moderna, centrada na pragmática política do planejamento inspirada nas vontades e expectativas do eleitor. A imagem que se passou foi de uma nova forma de governar tendo como eixo um diálogo permanente com a sociedade, principalmente com os grupos organizados de poder das entidades de classe, de regiões, das comunidades.

Em uma sociedade organizada, planejada, fica mais fácil para o governante enfrentar as demandas sociais de maior envergadura e sensibilidade como desemprego, violência, saúde, educação, transportes, moradia, dentre outras. O enfrentamento dessas questões passa pela delimitação de uma série de princípios que norteiam as ações de governo. No caso específico da eleição de 1998, dez princípios basilares foram elaborados tendo como pedra filosofal um governo de probidade administrativa, um Goiás para todos e um governo da cidadania, de visão, planejado, descentralizado, empreendedor, eficaz, participativo e democrático e inovador. Esse primeiro princípio, da probidade administrativa (da ética), talvez tenha sido o mote da campanha de Marconi. Isso não quer dizer que os outros nove princípios não fossem importantes. Na verdade, os princípios mostram para a sociedade qual vai ser a cara do governo, seu jeito de governar.

“Em uma sociedade organizada, planejada, fica mais fácil para o governante enfrentar as demandas sociais de maior envergadura”

É bom lembrar que o Brasil já vinha desde o impeachment de Collor, em setembro de 1992, levantando a bandeira da ética. A dinâmica dos conjuntos sociais, dos movimentos, das entidades de classe e, da sociedade em geral, é muito pautada na ética, pois esta trata das coisas do bem, do ideal da felicidade, das fontes de justiça, dos valores da amizade, da solidariedade e da dignidade, como nos ensinam desde os filósofos clássicos como Aristóteles até os modernos como Norberto Bobbio. A ética trabalha para se alcançar a sociedade convivial, uma sociedade a serviço do homem e não de um grupo político.

A campanha de Goiás em 1998, trabalhando com o “imaginário simbólico” das pessoas da “panelinha” no poder representado pelo então candidato Íris Rezende e seu agrupamento político transmitiram uma mensagem forte da ética, de uma via de

mudar a política, de melhorar o perfil da democracia goiana, de qualificar o governo e sua administração, de ampliar os espaços democráticos da sociedade civil e, fundamentalmente, de consolidar a cidadania. A campanha ética, que mobilizou a sociedade, bateu de frente na classe política que estava no poder, pregando mudanças

comportamentais apreciáveis.

O novo perfil político goiano estava configurando uma visão mais compromissada com os grupos sociais, com as entidades de classe, mais solidária, mais transparente. A mídia e os formadores de opinião conseguiram transmitir à sociedade que um governo moderno, menos fisiológico, estava assumindo o poder. A figura do planejamento, neste sentido, foi importante, pois este não deixa espaço para casuísmos e projetos transitórios. A transitoriedade e a improvisação só trazem insegurança. A população aprova e gosta mesmo é do permanente, da estabilidade, do que é bem planejado e executado.

O “Longo Século XX” Goiano

Ao estudar as grandes transformações do



“longo século XX” de Giovanni Arrighi (2003) ficava imaginando como Goiás poderia se inserir em um mundo centrado em “redes de produção, comércio e poder” que asseguravam às nações mais poderosas do planeta, e mesmo aos Estados mais desenvolvidos, como São Paulo, participar deste “ciclo sistêmico de acumulação”. Como seria possível Goiás, um Estado periférico, fazer parte desse movimento crescente de produtos, transformando seus bens naturais em “mercadorias competitivas” que agregassem cada vez mais valores?

Goiás precisava associar-se ao movimento mundial dos Estados emergentes criando, consolidando e se integrando à economia mundial que se expandia cada vez mais. Era, na verdade, preciso formar uma estrutura governamental e empresarial bem ampla e complexa para enfrentar as “novas lógicas territoriais e capitalistas”. Este processo, no fundo, tem um limite intrínseco que é o fato de Goiás ser um Estado periférico na lógica da acumulação global do capital. Nessa lógica perversa de ocupar espaço no tabuleiro do jogo de trocas internacional, talvez o maior desafio para o Estado de Goiás fosse criar um planejamento estratégico ousado.

Praticamente todas as unidades federativas da Região Centro-Oeste estavam passando por um processo de crescimento de suas fronteiras. Entretanto, era preciso aproveitar as oportunidades dessa expansão e agregar mais valor aos seus produtos. O crescimento deveria ser com qualidade e não apenas em quantidade. Se regiões extremamente atrasadas da Ásia, como os países conhecidos como “tigres asiáticos”, puderam dar um salto de desenvolvimento, por que Goiás não poderia seguir os mesmos caminhos?

Nesse sentido, era preciso pensar Goiás de uma forma macro e sistêmica. O Plano Estratégico Goiás Século XX (que será simplesmente tratado como Planejamento Estratégico) simbolizava na sua feitura uma maneira de revitalizar a socioeconomia goiana, com novas formas de

gestão. Ao utilizar conceitos e metodologias do planejamento mais avançado empregado pelas grandes empresas, concebe as bases de uma nova filosofia gerencial empregada na esfera pública. Para a consecução desse Plano, a equipe do planejamento de governo fez uma ampla leitura das transformações que estavam ocorrendo no mundo, no Brasil e na realidade de Goiás, buscando ouvir no seio do povo seus anseios e necessidades.

Com todo esse material em mãos, foi elaborada uma visão estratégica em que se definiu “um futuro melhor com igualdade de oportunidades para todos os goianos”. Com essa premissa básica, foram desenhadas cinco grandes linhas estratégicas balizadoras: i) Goiás competitivo e pólo econômico regional; ii) Goiás cidadania com melhoria da qualidade de vida; iii) Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado; iv) Administração pública moderna e empreendedora; v) União política por Goiás.

Novo Paradigma Goiano

O termo paradigma tornou-se um dos mais discutidos no final do século XX e início do século XXI. Toda novidade era encarada como mudança paradigmática. Mas o termo

paradigma deve ser buscado em Kuhn (1991) que o conceitua como “um princípio científico que serve de modelo ou padrão geralmente aceito por um grupo duradouro de adeptos”. Na verdade, paradigma passou a ser utilizado como um modelo em que se procura enquadrar todos os problemas surgidos e os caminhos para resolvê-los. Não querendo discutir todas as recentes mudanças no campo do conhecimento científico (eletrônica, política, economia, medicina, dentre outros), este trabalho procura concentrar suas atenções para a mudança paradigmática da gestão, especificamente do planejamento.

O Planejamento Estratégico foi concebido como uma nova experiência, uma nova percepção que conceitos obsoletos de uma visão mecanicista da ciência cartesianonewtoniana, inadequada para os avanços do

“Nessa lógica perversa de ocupar espaço no tabuleiro do jogo de trocas internacional, talvez o maior desafio para o Estado de Goiás fosse criar um planejamento estratégico ousado.”



“mundo moderno interligado em rede” (Castells, 2003), não explicavam as transformações que estavam ocorrendo em Goiás. Nesse sentido, era preciso buscar a emergência de uma “visão sistêmica” (Capra, 1982), com a inclusão de conceitos atualizados de gestão, geradores de profundas mudanças na economia, na cultura, na política e na sociedade goiana em geral.

Um bom exemplo de conceito obsoleto é aquele referente ao planejamento funcional. Era concebido em um enfoque reducionista e fragmentário, em que a soma das partes formaria o todo, muitas vezes sem nexos, sem dar liga. O planejamento, nesse caso, consistia em dividir as ações, projetos e programas muitas vezes de forma independente, dedicando-se a cada órgão público encaminhar à Secretaria do Planejamento o que pretendia

fazer nos próximos quatro anos. Isso levava a uma visão funcional, não era sistêmica.

O paradigma do planejamento sistêmico, na administração pública, representa novos conceitos, métodos e ambiente de gestão que vêm sendo praticados na administração empresarial nos países desenvolvidos e nas empresas inovadoras brasileiras.

Mudanças radicais na gestão, de grande utilidade para a eficiência, eficácia e efetividade dos governos, vão sendo implantados paulatinamente. O maior desafio nesse tipo de planejamento é como fazer a transição de conceitos de “eficiência”, “produtividade”, “lucro” e “qualidade” da iniciativa privada para a esfera pública.

O que se percebe é que trabalhar com visão, objetivos e metas de forma a medir a efetividade dos programas de governo não é tarefa fácil. A compreensão correta desses novos conceitos é fundamental para uma adequada visão dos efeitos socioeconômicos dessa maneira de se planejar. O desafio maior era criar um verdadeiro sistema de inovação e de competição que tivesse como produto primordial a qualidade de um serviço público que atendesse a todos os segmentos sociais.

Esse novo cenário, delineado por uma ver-

dadeira revolução de paradigmas, que em Goiás passou a ser chamada de “revolução silenciosa”, trazido pelo Planejamento Estratégico, requeria profundas mudanças de comportamento dos colaboradores públicos. Entretanto, Goiás estava muito distante dos novos paradigmas porque seus gestores públicos estavam, em grande parte, desqualificados, com dificuldades de tomar o caminho do planejamento sistêmico. Ainda eram escassas as práticas de parcerias entre segmentos da sociedade. Era preciso criar uma visão de futuro compartilhada pelos agentes públicos e sociais.

Como todo cenário novo e desafiante, luzes de esperança eram necessárias. Nesse aspecto, mesmo assumindo o governo com problemas de equilíbrio fiscal, Goiás fez da crise um desafio estimulante com uma busca constante

da melhoria de gestão político-administrativa com o Planejamento Estratégico. O mais interessante desse “Plano” foi o poder de sensibilização das lideranças da sociedade para se unirem em parceria em busca da solução dos problemas do Estado. Esse sentimento reforçou a idéia de que Goiás precisava de governos e sociedade comprometidos com o

exercício da cidadania e com o zelo permanente pelas soluções de demandas coletivas em parcerias captadas pelo “Plano”.

Interessante que a fonte da “revolução silenciosa” não está explícita no Plano Estratégico. Mas com certeza, talvez possa buscá-la em Deming (1990), que com muita propriedade analisou a situação japonesa dos anos 50, em que aquele País era um mero fornecedor de produtos de consumo de baixa qualidade. A grande questão que intrigava Deming era “se a pobreza de um país era inevitável?”. A mesma questão poderia ser formulada para Goiás. A saída vislumbrada pelo autor era da qualificação de pessoas e de uma administração. Aí, sim, era possível produzir bens de qualidade. Nesse sentido, afirma que “a riqueza de uma nação está no seu povo, na sua administração e em seu governo, mais do que

“O que se percebe é que trabalhar com visão, objetivos e metas de forma a medir a efetividade dos programas de governo não é tarefa fácil.”



em seus recursos naturais”.

Essa tese de Deming confirma, com muita ênfase, sua praticidade, se for espelhada no esplêndido desenvolvimento dos tigres asiáticos. A lição asiática que se pode tirar é que o desenvolvimento é viável e resulta, principalmente, do comportamento e da organização da sociedade. O Planejamento Estratégico sozinho não resolve os grandes problemas de uma sociedade. Porém, com certeza, é um instrumento importante para o desenvolvimento ao introduzir novos paradigmas, ao privilegiar o comportamento ético, a parceria, tecnologias modernas de gestão.

Nessa linha de raciocínio, pode-se afirmar que a visão estratégica contemplada no planejamento goiano se confunde com uma busca de uma forma superior de organização social. Isso se torna mais verdadeiro quando rompe com a miopia do imediatismo, da acomodação gerada pelo paternalismo e se introduz uma nova filosofia administrativa de participação criativa, responsável e comprometida com objetivos e metas de médio e longo prazos. Quanto mais a sociedade participar, seja através de entidades empresariais, de trabalhadores, dos poderes públicos, das ONGs, dos centros de ensino e pesquisa, das entidades comunitárias, melhor e mais efetivo será o planejamento. No fundo, o planejamento deve ser democrático, um exercício de democracia em prol do desenvolvimento de um Estado. Este é o novo paradigma goiano.

Funcionamento do Plano Goiás Século XXI

Tendo como pano de fundo as mudanças paradigmáticas do planejamento, procurou-se implantar uma nova filosofia em Goiás, não mais do Estado produtor, mas indutor do desenvolvimento. Era uma forma de mostrar à sociedade que ele tinha que prestar bons serviços em áreas como educação, saúde, saneamento básico, ação social, econômica e de crédito, dentre outras. Todo o esforço de governo deveria ser canalizado para impulsionar o crescimento da economia (proporcionar um avanço do PIB acima da média nacio-

nal) e melhorar o bem-estar social (reduzir as injustiças sociais).

Nesse aspecto, a formação de um secretariado jovem (na sua maioria entre 35 a 45 anos) permitiu uma maior facilidade de assimilação de uma cultura de mudança, já que a concepção de um Estado clientelista estava sendo descartada. O maior desafio no início de governo foi reduzir a quantidade de programas e ações que estavam sendo executados de forma muitas vezes totalmente dispersa. Assim, foi elaborado em 1999 o Plano Plurianual 2000/2003 – Goiás Século XXI, mais conhecido como PPA na linguagem pública, servindo como “braço operacional” para o Plano Estratégico Goiás Século XXI.

O PPA foi instituído como instrumento de planejamento governamental na Constituição Cidadã de 1988, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas da administração pública, de forma regionalizada, definindo investimentos e despesas por um período de quatro anos. O grande avanço do PPA como instrumento de planejamento foi definir com muita clareza as ações do governo em programas, sendo executado através de uma Lei Orçamentária Anual (LOA), respeitando as diretrizes e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Com esses instrumentos modernos do planejamento ficou mais fácil para o governo focar suas ações em programas que não fossem exclusivos de um único órgão, mas de governo. Passou, dessa forma, a implementar programas que interagissem vários órgãos do Estado, evitando o famoso paralelismo de programas, em que cada órgão era dono de seu programa como se fosse um “gueto”, uma exclusividade da pasta e muitas vezes do secretário, em uma mentalidade essencialmente paternalista, para não dizer patrimonialista. O diagnóstico feito pela equipe econômica goiana era o mesmo da gestão de FHC. O modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presen-

“Quanto mais a sociedade participar, melhor e mais efetivo será o planejamento.”



ça no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação. Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim seria possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais.

O pano de fundo da reforma administrativa goiana foi baseado no “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”, que define objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira. Um dos aspectos centrais dessa nova concepção é o fortalecimento do Estado para que seja eficaz na sua ação reguladora, no quadro de uma economia de mercado, bem como os serviços básicos que presta e as políticas de cunho social que precisa implementar.

Esse Plano Diretor procurava criar condições para a reconstrução da administração pública em bases modernas e racionais. No passado, constituiu grande avanço a implementação de uma administração pública formal, baseada em princípios racional-burocráticos, os quais se contrapunham ao patrimonialismo, ao clientelismo, ao nepotismo, vícios estes que ainda persistem e que precisam ser extirpados em grande parte dos Estados brasileiros. O sistema introduzido, ao limitar-se a padrões hierárquicos rígidos e ao concentrar-se no controle dos processos e não dos resultados, revelou-se lento e ineficiente para a magnitude e a complexidade dos desafios que Goiás passou a enfrentar diante da globalização econômica.

Um aspecto importante do planejamento goiano foi dar uma organicidade à máquina pública. A situação do aparelho de estado estava se agravando cada vez mais com as reformas administrativas apressadas, feitas de afogadilho, as quais desorganizavam centros decisórios fundamentais, afetando a “memó-

ria administrativa”, a par de desmantelarem sistemas de produção de informações vitais para o processo decisório governamental. Além disso, essas reformas geravam imprevisíveis passivos trabalhistas, onerando cada vez mais o erário.

Então era preciso reorganizar as estruturas da administração com ênfase na qualidade e na produtividade do serviço público, na verdadeira profissionalização do serviço prestado. Esta reorganização da máquina estatal tem sido adotada paulatinamente com a adoção da administração pública gerencial, com a adoção de medidas para reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário principal. Nesse sentido, a reforma do aparelho de Estado goiano foi orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de servi-

ços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações.

É bom que se diga que a administração pública gerencial constitui um avanço, e até certo ponto um rompimento com a administração pública burocrática porque deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados. Os objetivos e princípios do planejamento são implementados

de forma gradual. Assim, busca-se assegurar o cumprimento dos objetivos e metas, a partir de uma sistemática de acompanhamento e avaliação permanente dos resultados obtidos pelos diversos programas do Plano Plurianual. Merece destacar que os programas são flexíveis, adaptados às novas realidades. Na medida que obstáculos são removidos, novos programas são propostos. Assim, o planejamento é processual, vai se adaptando de acordo com resultados atingidos no curto, médio e longo prazos. No caso específico do PPA 2000-2003, foram tocados 125 programas em que vários objetivos e metas foram cumpridos. Nesta lógica de flexibilização e revisão do planejamento, o PPA 2004-2007 passou a contemplar 90 programas com novos desenhos, adaptações e, principalmente, uma forte integração com programas dos governos

“Um aspecto importante do planejamento goiano foi dar uma organicidade à máquina pública.”



federal e municipais, além de entidades privadas e da sociedade civil organizada.

Conclusão

Diante do exposto, fica evidenciado que o planejamento governamental é uma ferramenta importante para o desenvolvimento econômico e social de uma realidade. Seu objetivo é consolidar o processo de mudança a partir da idéia de sua irreversibilidade, dotando o aparelho do Estado de uma estrutura com um grau de flexibilidade tal que permita enfrentar os desafios de ajustamento que certamente são impostos. Os resultados esperados são reduzir ao máximo possível as improvisações e avançar na direção da modernização da gestão pública.

Como se percebe, neste artigo, talvez o maior desafio do planejamento seja sensibilizar o corpo gerencial e demais servidores para a adoção deste novo modelo de gestão. Somente com amplos programas de qualificação e desenvolvimento de recursos humanos será possível eliminar entraves ainda existentes, no âmbito do Executivo, ao modelo de gestão em execução. Do ponto de vista gerencial, Goiás avançou muito com a adoção de seu planejamento estratégico. A continuidade deste planejamento depende fundamentalmente do aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos e do processo de avaliação institucional, a partir da construção de um sistema de indicadores que permitam aferir o desempenho organizacional tanto na perspectiva interna, quanto na dos usuários dos serviços, viabilizando, por seu turno, o controle social.

Além disso, nota-se que só o fato deste planejamento ter permitido iniciar o processo de recuperação das capacidades técnica e gerencial no âmbito do aparelho do Estado, já foi um grande avanço. As mudanças realizadas, ainda que não totalmente avaliadas em sua abrangência e profundidade, significam os primeiros passos na direção do aperfeiçoamento contínuo da gestão governamental. A expectativa é que esta experiência de planejamento produza transformações fundamentais que induzam e promovam o desenvolvimento social e econômico de Goiás.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

CAPRA, Fritof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

DEMING, William E. **Qualidade: uma Revolução na Administração**. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 1990.

Goiás. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. PPA Plano Plurianual 2000-2003.

Goiás. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. PPA Plano Plurianual 2004-2007.

KUHN, Thomas S. **Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991.



Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos - 2003

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar os resultados da estimativa do Produto Interno Bruto dos municípios goianos. Com os dados do ano de 2003 nota-se que há concentração na geração de riquezas num número reduzido de municípios. Entretanto, na série analisada de 1999 a 2003 foi possível observar as transformações ocorridas nos diversos municípios, bem como a desconcentração regional da riqueza gerada.

Palavras Chave: Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos; PIB per capita; Indicadores; Regiões de Planejamento.

Introdução

O cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios goianos é um projeto para estimar a riqueza gerada em todos os municípios brasileiros, através de um grande esforço dos órgãos estaduais de estatística, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O método de cálculo¹ permitiu a construção de estimativas do PIB dos municípios, coerentes, comparáveis entre si e em consonância com as recomendações internacionais expressas pelas Nações Unidas, Banco Mundial, Comissão das Comunidades Europeias - Eurostat, Fundo Monetário Internacional - FMI, e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD, reunidas no manual System of National Accounts 1993.

As informações disponibilizadas pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (Seplan) compreendem os

* Economista, Pós-Graduada em Economia Agroindustrial na UFG e Gerente de Contas Regionais da Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação da Seplan-GO. E-mail: dinamar@seplan.go.gov.br

** Economista, Pós-Graduado em Economia Agroindustrial, aluno extraordinário do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da UCG, Gestor de Planejamento e Orçamento da Seplan-GO e membro do Comitê Técnico Nacional do PIB Municipal. E-mail: marcos@seplan.go.gov.br
¹ A metodologia completa está disponível no site da Seplan-GO (www.seplan.go.gov.br/sepin).



Dinamar Maria
Ferreira Marques*

Marcos Fernando Arriel**



anos de 1999 a 2003. Neste período pode ser observado um movimento da economia goiana para alguns pólos regionais, embora ainda concentrada na sua maioria num número reduzido de municípios.

Análise dos dados de 2003

Com a décima maior riqueza gerada do país, no ano de 2003, Goiás registrou um PIB de R\$ 36,835 bilhões e PIB *per capita* de R\$ 6.825. Dados do PIB Municipal para este ano registraram um PIB médio de R\$ 149.736 mil (total do PIB estadual dividido pelo número de municípios), sendo que 49 municípios estão acima da média e 197 abaixo, caracterizando concentração da riqueza estadual. (tabela 1).

Tabela 1
Distribuição dos municípios, em relação à média (1) da população e Produto Interno Bruto - Goiás - 2003

Especificação	Número de Municípios absoluto	(%)	Participação (%) População	PIB
População média = 21.939 habitantes				
Acima da média	42	17,1	74,5	70,8
Abaixo da média	204	82,9	25,5	29,2
PIB médio = R\$ 149.736.222				
Acima da média	49	19,9	73,4	77,7
Abaixo da média	197	80,1	26,6	22,3

Elaboração: Seplan/Seplan - Gerência de Contas Regionais
(1) Refere-se ao total da população e PIB dividido pelo número de municípios (246)

Estes 49 municípios produziram 77,7% (R\$ 28.621.163 mil) de toda riqueza gerada e representaram 73,4% da população do estado. Por outro lado os 197 municípios detinham apenas



Tabela 2
Distribuição dos 49 municípios com maior participação no PIB, segundo Regiões de Planejamento - 2003

Região de Planejamento	Municípios
Metropolitana de Goiânia	8
Centro Goiano (Eixo BR-153)	3
Norte Goiano	5
Nordeste Goiano	1
Entorno do Distrito Federal	7
Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	3
Sul Goiano	7
Sudoeste Goiano	10
Oeste Goiano	3
Noroeste Goiano (Estrada do Boi)	2

Elaboração: Seplan/Sepin – Gerência de Contas Regionais

22,3% da renda gerada e 26,6% da população goiana. Com referência à população, 42 municípios estavam acima da média de 21.939 habitantes (74,5% da população) e 204 abaixo (25,5%). Fatores que poderiam explicar tais desigualdades seriam: geográficos, forma de ocupação territorial e modo de produção. Vale ressaltar que, no conjunto destes municípios, apenas 16 possuíam participação superior a 1,0% no total do PIB de Goiás.

Na distribuição dos 49 maiores municípios por região de planejamento fica bastante visível tal desigualdade (tabela 2). Na região Sudoeste Goiano dez dos 26 municípios estão acima da média e em seguida aparecem as regiões: Metropolitana de Goiânia com oito, Entorno do Distrito Federal e Sudeste Goiano, com sete municípios cada. Juntas, as quatro regiões detinham 69,4% dos municípios selecionados. Por outro lado as outras regiões representaram apenas 30,6%.

Ranking

O ranking do Produto Interno Bruto dos 246 municípios goianos, em 2003, evidenciou concentração de riqueza em poucos municípios (tabela 3). Os dez primeiros colocados no ranking foram responsáveis por 52,06% da riqueza gerada no estado. Destaque para os municípios de Goiânia (20,82%), Anápolis (5,82%), Rio Verde (4,70%), Catalão (3,87%), Aparecida de Goiânia (3,71%), Itumbiara (3,05%) e Jataí (2,75%) que apresentaram valores acima de R\$ 1 bilhão. É observado no ano de 2003, em comparação ao ano anterior, que Catalão ganha a quarta posição de Aparecida de Goiânia, Itumbiara a sexta posição de Jataí e Senador Canedo ganha a nona posição de São Simão.

Os dez maiores municípios, em relação ao *PIB per capita* (tabela 4), mostraram uma combinação de baixa população e atividade econômica expressiva. Os municípios de São Simão e Cachoeira Dourada, com *PIB per capita* de R\$59.681 e R\$28.454 respectivamente, são explicados pela atividade industrial, geração de energia, sendo que no primeiro está localizada a maior hidrelétrica do estado, Usina de São Simão. Já os municípios de Chapadão do Céu (R\$50.722), Perolândia (R\$26.567), Montividiu (R\$ 24.024) e Campo Alegre (R\$19.286) destacaram-se pela agropecuária moderna, sobretudo na produção de soja. Os municípios de Turvelândia (R\$28.524) e Cachoeira Alta (R\$18.929) destacaram-se pela agroindústria. Finalmente os municípios de Catalão (R\$20.857) e Ouvidor (R\$19.949), cujos resultados do *PIB per capita* foram influenciados pela indústria de transformação e extrativa mineral.

Tabela 3
Os dez maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto – Goiás – 2003

Ranking	2002		2003	
	Município	Valor (R\$ Mil)	Município	Valor (R\$ Mil)
1	Goiânia	7.093.088	Goiânia	7.670.594
2	Anápolis	1.783.619	Anápolis	2.143.809
3	Rio Verde	1.435.271	Rio Verde	1.731.187
4	Aparecida de Goiânia	1.247.597	Catalão	1.425.600
5	Catalão	1.097.156	Aparecida de Goiânia	1.365.023
6	Jataí	824.151	Itumbiara	1.125.088
7	Itumbiara	812.041	Jataí	1.012.901
8	Luziânia	745.806	Luziânia	930.937
9	São Simão	726.226	Senador Canedo	904.503
10	Senador Canedo	670.433	São Simão	867.470
	Total	16.435.388	Total	19.177.112
	Participação no Estado	52,51%	Participação no Estado	52,06%
	Estado de Goiás	31.298.822	Estado de Goiás	36.835.111

Elaboração: Seplan/Sepin – Gerência de Contas Regionais



Tabela 4

Os dez maiores municípios em relação ao PIB *per capita* – Goiás – 2002-03

Ranking	2002		2003	
	Município	Valor (R\$)	Município	Valor (R\$)
1	São Simão	50.938	São Simão	59.681
2	Chapadão do Céu	45.467	Chapadão do Céu	50.722
3	Turvelândia	27.986	Turvelândia	28.524
4	Perolândia	27.532	Cachoeira Dourada	28.454
5	Montividiu	23.682	Perolândia	26.567
6	Cachoeira Dourada	22.124	Montividiu	24.024
7	Porteirão	19.448	Campo Alegre de Goiás	21.055
8	Campo Alegre de Goiás	19.286	Catalão	20.857
9	Cezarina	18.304	Ouvidor	19.949
10	Catalão	16.317	Cachoeira Alta	18.929
	Estado de Goiás	5.921	Estado de Goiás	6.825

Elaboração: Seplan/Seplan – Gerência de Contas Regionais

Na tabela 5 estão relacionados os dez primeiros municípios com maior participação no Valor Adicionado (VA) das atividades agropecuária, indústria e serviços.

A agropecuária está bem disseminada na maioria dos municípios goianos, devido ao estado apresentar tradição e vocação para o setor. Esta atividade exerce papel importante no seu desenvolvimento, quando garante matéria-prima para a agroindústria, que por sua vez agrega valor aos produtos da pauta de exportação, gera emprego e renda e tem assegurado sustentabilidade à economia goiana nos últimos anos. Os dez municípios de melhor colocação participaram com 27,22%, em relação ao VA total da agropecuária do estado, no ano de 2003. O setor Industrial, composto pela indústria de transformação, extrativa mineral, eletricidade,

gás e água e construção civil, foi o que apresentou maior concentração de riquezas entre os três grandes setores. Os dez municípios com maior representatividade participaram com 63,31% na geração do Valor Adicionado da indústria estadual.

O setor de serviços é o mais representativo dentre as atividades econômicas, pois engloba diversos segmentos, como: administração pública, comércio, alojamento e alimentação, transporte e armazenagem, comunicações, atividades imobiliárias entre outros. Em 2003, o setor seguiu tendência semelhante à Indústria, pois mais da metade do Valor Adicionado gerado, ou seja, 58,61% ficaram com os dez primeiros colocados do ranking, comportamento justificado pela concentração populacional destes municípios.

Tabela 5

Os dez maiores municípios em relação ao Valor Adicionado (VA), por setores de atividades – Goiás – 2003

Ranking	VA Agropecuária		VA Indústria		VA Serviços	
	Município	Valor (R\$ Mil)	Município	Valor (R\$ Mil)	Município	Valor (R\$ Mil)
1	Rio Verde	428.265	Goiânia	2.196.062	Goiânia	4.369.452
2	Jataí	351.882	Anápolis	970.974	Anápolis	819.080
3	Cristalina	252.684	São Simão	812.361	Ap. de Goiânia	629.070
4	Mineiros	190.211	Rio Verde	655.369	Rio Verde	565.958
5	Chapadão do Céu	169.030	Catalão	646.533	Senador Canedo	517.769
6	Montividiu	155.876	Ap. de Goiânia	621.671	Catalão	439.660
7	Luziânia	131.194	Itumbiara	567.925	Itumbiara	359.201
8	Caiapônia	119.600	Luziânia	411.738	Luziânia	337.936
9	Catalão	113.258	Minaçu	358.708	Jataí	307.191
10	Morrinhos	111.680	Jataí	300.938	Formosa	178.160
	Total	2.023.681		7.542.280		8.523.476
	Participação	27,22%		63,31%		58,61%
	Estado de Goiás	7.434.285		11.912.386		14.543.338

Elaboração: Seplan/Seplan – Gerência de Contas Regionais



Destaques fora da Região Metropolitana

Observando os resultados fora da Região Metropolitana de Goiânia pode-se verificar a formação de três grandes pólos regionais. Os municípios de Anápolis, Rio Verde e Catalão apresentaram PIB acima de R\$ 1 bilhão.

Anápolis, localizado entre a capital do estado, Goiânia, (52 Km) e a capital federal, Brasília, (154 Km), possui localização estratégica, concentra grandes centros de distribuição comercial e indústrias farmacêuticas, com destaque para produção de medicamentos genéricos. O Município é bem servido de infra-estrutura, situado numa região de entroncamento dos transportes rodoviário e ferroviário, conta ainda com um pólo educacional de nível superior e técnico que garante a capacitação da mão-de-obra local. Há ainda no município uma Estação Aduaneira Interior (Eadi) – Porto Seco Centro-Oeste, órgão que agiliza as operações de importação e exportação. Localiza-se também em Anápolis, a Base Aérea Militar do Planalto.

Sua participação no PIB estadual foi de 5,82% no ano de 2003. A indústria representou 53,32% de sua economia, destaque para indústria de transformação. As maiores empresas desta atividade foram: Cebrasa (bebidas), Granol (alimentícia), Adubos Araguaia (fertilizante) e Laboratório Têuto (farmacêutico).

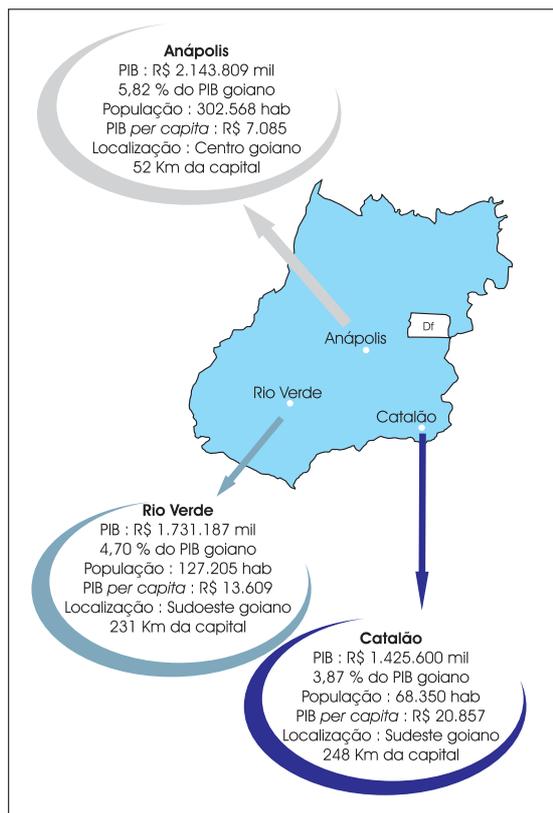
O Município de **Rio Verde**, situado na região sudoeste do estado, participou com 4,70% no PIB goiano. O setor industrial destacou-se como principal atividade (39,73%), influenciado pela indústria de transformação. As maiores empresas desta atividade são: Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano - Comigo (alimentícia), Perdigão, maior complexo agroindustrial da América Latina, (processamento de carnes de aves e suínos) e Orsa Celulose (papel e embalagens). Há outras grandes indústrias ligadas ao processamento de grãos.

A agropecuária que fomenta a agroindústria do município participou com 25,96% do valor adicionado, e tem como destaque a produção de soja, sorgo, aves e suínos, 1º produtor do estado, e 3º na produção de milho e 5º na produção de bovinos.

Catalão, localizado no sudeste de Goiás, o município representou 3,87% do PIB goiano em 2003. O setor industrial participou com 53,90% da economia do município, sendo a indústria de transformação a de maior peso. Neste município está localizado o pólo minero químico e metal mecânico. As maiores empresas destes ramos são: Copebrás (mineração e fer-

tilizantes), Ultrafertil (fertilizantes) e Mitsubishi Motors (montadora de veículos) e John Deere do Brasil (máquinas agrícolas).

Mapa 1
Municípios de destaque fora da Região Metropolitana - 2003



Administração Pública

Um dado importante que se tornou disponível a partir da estatística do PIB Municipal de 2003, refere-se ao Valor Adicionado da administração pública, cuja atividade tem como finalidade prestar serviços de natureza gratuita à coletividade, os quais são financiados através dos impostos pagos pela sociedade. Dentre esses serviços, destacam-se os de regulação das atividades dos agentes econômicos, segurança, defesa civil, justiça, saúde e educação pública, todos prestados pelas três esferas de governo – federal, estadual e municipal. De posse desta informação é possível verificar, no conjunto dos municípios, quais economias têm maior ou menor dependência da administração pública. A tabela 6 relaciona os dez municípios em que a administração pública teve maior participação na geração de riqueza. No geral são municípios de baixa atividade econômica, com grande participação estatal que apresentam dependência das transferências governamentais.



Tabela 6

Os dez municípios com maior participação da Administração Pública no Valor Adicionado Total - 1999-03

Município	1999	2000	2001	2002	2003
Águas Lindas de Goiás	38,57	38,96	39,79	41,36	45,00
Anhangüera	49,23	48,00	44,13	44,26	44,89
Teresina de Goiás	44,55	42,68	33,76	43,10	44,40
Santo Antônio do Descoberto	39,02	39,57	40,64	44,63	44,34
Mambaí	43,23	42,53	38,98	42,40	42,25
Simolândia	40,63	38,38	38,26	40,72	41,86
Novo Gama	38,50	36,79	38,97	40,55	41,82
Valparaíso de Goiás	37,96	37,35	37,38	39,14	40,34
Buritópolis	48,01	47,27	43,02	40,54	38,97
Goianápolis	34,80	37,97	35,11	38,52	37,37

Elaboração: Seplan/Seplan – Gerência de Contas Regionais

Na tabela 7 estão expostos os municípios que obtiveram menor participação do poder público na economia municipal. Este conjunto, formado em geral por municípios dinâmicos, pode ser dividido em três grupos: O primeiro formado por municípios com grande produtividade agrícola, o segundo por municípios com geração de ener-

gia elétrica e o último com relevância na indústria de transformação.

É importante observar que os municípios que apresentam forte dependência da administração pública possuem baixo PIB *per capita*, enquanto que os de menor dependência têm PIB *per capita* bem acima da média estadual.

Tabela 7

Os dez municípios com menor participação da Administração Pública no Valor Adicionado Total - 1999-03

Município	1999	2000	2001	2002	2003
Santa Fé de Goiás	8,88	7,80	7,59	8,08	6,38
Campo Alegre de Goiás	9,30	8,32	8,12	5,21	5,66
Catalão	10,89	8,09	6,81	6,79	5,55
Cachoeira Alta	10,13	8,99	5,82	5,33	5,14
Cachoeira Dourada	6,64	6,11	4,62	4,98	4,41
Montividiu	7,62	6,77	5,48	4,08	4,40
Turvelândia	5,92	5,87	4,47	3,89	4,38
Perolândia	7,36	5,73	4,75	3,70	4,36
Chapadão do Céu	5,20	4,49	3,73	3,28	3,46
São Simão	15,57	16,06	1,53	2,06	2,05

Elaboração: Seplan/Seplan – Gerência de Contas Regionais

Série Histórica – 1999 a 2003

Na análise do Produto Interno Bruto (PIB) Municipal, da série que se iniciou no ano de 1999 até o último ano calculado, 2003, podem-se observar grandes transformações em diversos municípios. O processo de industrialização do estado, em curso, trouxe novas perspectivas de aproveitamento do potencial produtivo de Goiás, possibilitando a emergência e o fortalecimento de novos caminhos econômicos, provocando dupla transformação: surgimento de novas relações comerciais, o avanço da agricultura e a substituição da pecuária tradicional pela moderna com emprego de tecnologias. Neste contexto, para os 246² municípios observados, 146 ganharam participação no valor do PIB estadual enquanto que 96

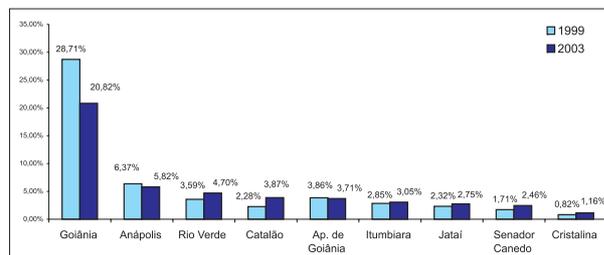
tiveram queda na participação.

Dos municípios que obtiveram ganho de participação pode-se destacar (gráfico 1): Rio Verde passou de 3,59% em 1999 para 4,70% em 2003 – impulsionado pelos setores da agropecuária e indústria; Catalão, 2,28% para 3,87% - favorecido pela agropecuária e pelo processo de verticalização da mineração; Jataí saiu de 2,32% para 2,75% - apresentou destaque na agropecuária e indústria; Senador Canedo passou de 1,71% para 2,46% - estimulado pelo setor de serviços, sediando o centro de distribuição de combustível da Petrobrás; e Cristalina que foi de 0,82% em 1999 passando para 1,16% em 2003 – dada à boa performance da agropecuária, sobretudo lavouras irrigadas. O ganho de participação também observado no município de São Simão (0,44% para 2,36%) ocorreu pela inserção da hidrelétrica de São Simão, em 2001, no cálculo do PIB de Goiás, que antes era computada para Minas Gerais.

² Exceto os municípios de Campo Limpo de Goiás, Gameleira de Goiás, Ipiranga de Goiás e Lagoa Santa, emancipados a partir do ano de 2001.



Gráfico 1
Municípios selecionados que obtiveram ganho ou perda de participação no PIB – Goiás – 1999-03



Elaboração: Seplan/Sepin – Gerência de Contas Regionais

Dentre os municípios que perderam participação no PIB estadual estão: Goiânia que tinha participação de 28,71% em 1999, diminuindo para 20,82% em 2003 e Anápolis, de 6,37% para 5,82% no mesmo período. Tal fato é explicado pela estrutura produtiva nestes municípios, onde o setor de serviços apresenta peso significativo e que no período verificado nota-se perda de participação deste setor no PIB goiano, que era de 54,29% em 1999, reduzindo para 42,91%. Vale ressaltar que nesse período, a economia destes municípios teve importante agregação de valor.

O dinamismo de outras regiões, motivado pela desconcentração industrial, seguindo a lógica dos investimentos produtivos, priorizando a proximidade com a matéria-prima e o forte desempenho da agropecuária, atividades que a capital tem menor participação, provocaram a perda de participação frente a outros municípios.

Regiões de planejamento

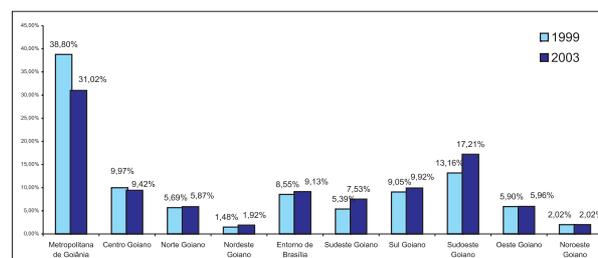
Observando a participação das regiões de planejamento no PIB estadual, nos anos de 1999 e 2003 (gráfico 3), verifica-se que no período a geração de riqueza em Goiás passa por um processo de desconcentração regional da economia, que foi beneficiado pelo processo de industrialização ocorrido em determinadas regiões do estado.

A agropecuária vem induzindo o estabelecimento de um conjunto de atividades, como suporte urbano e industrial, a ela relacionado, especialmente o processamento de insumos agrícolas e minerais e o fornecimento de insumos industriais, cuja produção tende a se localizar junto às fontes de matérias-primas ou aos mercados regionais. Estas forças induziram a distribuição das atividades industriais pelo estado de Goiás e com isso atraíram atividades de serviços, provocando uma distribui-

ção regional do Produto Interno Bruto.

Dentre as dez regiões de planejamento, sete ganharam participação, duas perderam e uma permaneceu com a mesma participação em 2003, com relação a 1999, conforme gráfico 3. O Sudoeste Goiano e Sudeste Goiano foram as regiões que mais se destacaram pelo ganho de participação e a Metropolitana de Goiânia a que mais perdeu.

Gráfico 3
Participação das Regiões de Planejamento no PIB – Goiás – 1999-03



Elaboração: Seplan/Sepin – Gerência de Contas Regionais

Conclusão

No ano de 2003 verificou-se que 49 municípios foram responsáveis por 77,7% de toda riqueza gerada no estado e esses municípios representavam 73,4% da população estadual. Por outro lado, os outros 197 municípios detinham 22,3% da renda gerada e 26,6% da população.

Embora o PIB ainda esteja concentrado num número reduzido de municípios, observou-se através da série que se iniciou no ano de 1999 até o último ano calculado, 2003, grandes transformações em diversos municípios. O processo de industrialização do estado, em curso, trouxe novas perspectivas de aproveitamento do potencial produtivo de Goiás, possibilitando a emergência e o fortalecimento de novos caminhos econômicos.

Referências

- GOIÁS. Secretária de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Produto Interno Bruto 2003**. Goiânia, Seplan, 2005. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>.
- _____. **Produto Interno Bruto dos municípios goianos**. Goiânia, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios Brasileiros 1999-2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.



O Processo de Reestruturação Produtiva no Brasil e as Modificações na Estrutura Socioeconômica Goiana a Partir da Década de 1980.



*Prof. Ms. César Augustus
Labre Lemos de Freitas**

*Carolina Amui Bittencourt de Oliveira
Guillermo Hel Azanky Barrios Beserra
Greyce Lara Pereira
Ulisses Cabral de Moura
Glauber Lopes Xavier***

Resumo: O texto é resultado parcial de um projeto de pesquisa que tem como um dos objetivos estudar a formação das desigualdades regionais no processo de desenvolvimento econômico do estado nas últimas duas décadas, tendo como objeto de análise a formação socioeconômica da região Nordeste de Goiás. A análise parte de uma abordagem inicial sobre as mutações ocorridas na estrutura socioeconômica goiana a partir da análise da modernização no campo, urbanização acelerada e como o poder público interfere nesse processo.

Palavras-chave: desenvolvimento, expansão capitalista e formação de renda regional.

Introdução

O presente trabalho elucida a dinâmica produtiva do estado de Goiás pós década de 1980. Nesse contexto, a região metropolitana de São Paulo, eixo dinâmico da economia brasileira, perde parte de sua participação na produtividade total do país com o gradativo deslocamento do capital industrial para outras regiões (POCHMAN, 2004). Os movimentos de desconcentração produtiva atuaram reduzindo o quantitativo de empresas de determinados setores, de modo que houvesse deslocamentos para localidades que oferecessem fatores de produção mais baratos, tais como localização e força de trabalho, bem como novos mercados consumidores.

Na década de 1980, em Goiás, intensificou-se o processo de expansão do sistema capitalista, no contexto espacial do Centro-Oeste, região que se integrou, na condição de “fronteira do capital” ao espaço hegemônico do capitalismo nacional sendo São Paulo o pólo dinâmico, o que propiciou o surgimento de uma economia complementar em Goiás levando, assim, a uma concentração da renda em âmbito nacional e também local, realçando ainda mais as desigualdades regionais e trazendo uma série de mudan-

ças nas estruturas da Economia Regional. Tal expansão capitalista não se deu de forma uniforme nas várias regiões do estado.

Assim sendo, o desenvolvimento observado nas últimas décadas não atingiu todas as regiões. Dessa forma, Goiás apresenta uma forte concentração de renda, sendo um dos maiores entraves para o desenvolvimento regional, a estrutura fundiária altamente concentrada em algumas regiões. É necessário, dessa forma, criar mecanismos que corrijam as distorções no desenvolvimento goiano, adotando políticas econômicas de âmbito federal e estadual para melhorar as condições de vida da população e de distribuição de renda do estado, justapostas às exigências de um mercado globalizado e às necessidades e potencialidades específicas de cada região.

Processo de desconcentração urbano-industrial brasileiro e seus reflexos em Goiás

Embora a região metropolitana de São Paulo tenha sido a região mais prejudicada pelos movimentos de desconcentração produtiva, setores com menor demanda por trabalho humano e com maiores investimentos em P&D, como a indústria metal-mecânica, eletroeletrônica e indústrias químicas, continuaram altamente concentradas em São Paulo a despeito de setores com menor utilização de capital.

As conseqüências deste processo segundo Paschoal (2001, p. 5) foram:

- I) a convergência de renda entre os estados brasileiros, sendo que as regiões mais pobres apresentaram maiores taxas de crescimento da renda;
- II) a perda relativa de importância da área metropolitana de São Paulo, o que coincide com a queda de sua participação na produção industrial do país, durante a década de 1970.

* Professor orientador. E-mail: cesarlabre@bol.com.br

** Acadêmicos do curso de economia da Universidade Estadual de Goiás – Anápolis.



Goiás, durante esse processo, tinha baixa densidade demográfica, sendo pequeno o uso de capital. Assim, suas potencialidades eram pouco exploradas. Após a década de 1960, iniciou-se a implantação de alguns programas com a finalidade de estimular um modelo produtivo moderno no que tange a agricultura e proporcionar a inserção efetiva do estado no processo de desconcentração industrial.

Nesse momento foi crucial a integração do norte do estado pela Amazônia Legal bem como a incorporação do centro-sul nas discussões da Comissão de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), parte que até então era de responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

Segundo Paschoal (2001, p. 23):

“Esses programas fortaleceram o processo de desconcentração regional, ocorrido ao longo das décadas de 60 e 80. Ambos foram responsáveis por imprimir um novo padrão de colonização à região, menos intensivo em trabalho e mais dependente de capital. A partir daí, a região passou a incorporar o novo modelo produtivo agrícola que se desenvolvia no país, estando, pois, articulada ao processo de expansão da fronteira goiana.”

A partir do início dos anos 1980, como articulador exclusivo de políticas regionais, o Estado reformula suas medidas de amparo à economia local e passa a executar programas de caráter regional com o objetivo de atrair indústrias via incentivos fiscais e financeiros, embora desvinculado de qualquer projeto nacional.

O que sucede, portanto, é uma importante hipótese levantada por Benko (1996) de uma desregionalização da hierarquia urbana. Logo, o lugar e o potencial econômico da cidade capitalista dependem cada vez menos do papel de metrópole regional que ela pode desempenhar e cada vez mais de suas funções de comando transregionais.

Em Goiás é criado em 1984, o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás – FOMENTAR, visando primordialmente à atração de indústrias para o estado concomitante a um movimento de desconcentração econômica dentro do próprio estado por meio de estímulo a investimentos. Seus objetivos estavam assenta-

dos, segundo PASCHOAL (2001, p. 36), no:

- I) incremento das atividades industriais no estado, por meio de projetos de implantação e de expansão de matrizes industriais, preferencialmente as do ramo da agroindústria.
- II) no apoio técnico e financeiro das atividades ligadas aos setores de micros, pequenas, médias e de grandes empresas, desde que consideradas de “alta relevância” para o desenvolvimento sócio-econômico do estado de Goiás.

É notório, pois, que as políticas de incentivos fiscais implementadas em Goiás nos últimos 20 anos atraíram diversas indústrias de variados segmentos e se consolidaram como as de maior intensividade entre àquelas até então adotadas.

Ainda assim, a criação do FOMENTAR não foi suficiente para que o Estado obtivesse desempenho econômico superior ao de seus vizinhos da região Centro-Oeste. Uma das explicações para esse fenômeno pode estar na deficiência estrutural de Goiás, insuficiente para suportar o crescimento econômico. Outra explicação se apóia na possível ineficácia do estado ao implementar suas políticas de desenvolvimento regional em comparação aos outros estados.

BORGES (2004, p. 32) aponta claramente esses fatores:

“Uma explicação para esse fenômeno pode estar no fato de que o dinamismo da economia local não depende apenas da concessão farta de incentivos fiscais, mas, também, da existência de uma infraestrutura básica adequada, como boas estradas, energia elétrica suficiente, nível de instrução elevado, mão-de-obra qualificada, localização estratégica, abundância de matérias-primas, tamanho do mercado consumidor e nível de renda da população. Outra explicação, é que talvez os outros estados da região tenham sido mais eficazes na implementação de suas políticas de desenvolvimento regional, incluindo aí a concessão de incentivos fiscais.”

Entretanto, a resultante desse sistema marcado eminentemente pela guerra fiscal, foi a inalterabilidade qualitativa da distribuição espacial da indústria no território brasileiro, evidenciando uma espécie de aglutinação do processo de desconcentração industrial no país.



Durante os anos 1990, em decorrência do vertiginoso aumento populacional, a demanda por serviços em Goiás se elevou significativamente e a expansão da fronteira agrícola proporcionou o crescimento das indústrias ligadas ao processo de modernização da agricultura. Em termos de exportações, o estado tornou-se mais competitivo, embora a maioria das indústrias tenha destinado sua produção para o mercado interno, BORGES (2004).

A referida análise mostra que, assim como durante a década de 1980, nos anos 1990 ocorre um movimento de reconcentração industrial em direção ao polígono formado pela região centro-sul do país, nesse momento, ocorre efetivo crescimento das cidades médias, possuidoras de grande dinamismo e potencial de crescimento industrial, no interior desse polígono. Esse movimento se solidifica a partir das reformas impostas pelo mercado na década de 1990, tais como abertura comercial, privatizações de estatais e desregulamentação dos mercados. Assim, Goiás, bem como os demais estados da federação, torna-se responsável exclusivo pela implementação de políticas regionais que valorizem suas vantagens comparativas diante da ausência de políticas nacionais de integração regional.

Entretanto é necessária uma inserção mais dinâmica dos subespaços de forma a promover uma maior integração regional, propiciando um avanço nos indicadores sociais e na geração de riqueza sem com isso degradar a reserva nacional. Assim, algumas regiões, como é o caso do Nordeste goiano, deixariam a condição de marginalizada para se integrar de forma mais efetiva no desenvolvimento econômico estadual.

As mutações do território: as novas formas de organização social e produtiva

A partir da noção de como se deu o processo de desconcentração da atividade produtiva no Brasil, se observa que, no caso do estado de Goiás, esse movimento promoveu modificações. Reforçou ainda mais a concentração produtiva no próprio estado em determinados cortes regionais, além de ter atraído indústrias cuja produção é destinada em sua maioria para o mercado externo.

Ao promover programas de atração da atividade industrial tendo como norte, incentivos fiscais e subsídios, Goiás adotou um modelo de crescimento

“Em decorrência do vertiginoso aumento populacional, a demanda por serviços em Goiás se elevou significativamente e a expansão da fronteira agrícola proporcionou o crescimento das indústrias ligadas ao processo de modernização da agricultura”

concentrador de renda e que trouxe sério problema relacionado à renúncia fiscal.

Ademais, o processo de desconcentração produtiva não permitiu que setores que detêm atividades com alta tecnologia e demandantes de alto volume de capital se reconcentrassem em outras unidades federativas do país senão em seu eixo dinâmico histórico, o centro-sul do país, notadamente o estado de São Paulo.

Percebe-se também, em especial nos centros urbanos brasileiros, uma inflexão no processo de concentração demográfica e econômica nas grandes metrópoles e o paralelo fortalecimento das cidades médias. A mudança apontada na literatura não seria o esvaziamento das metrópoles, mas a perda da sua primazia no sistema industrial. Elas continuam a exercer uma função concentradora, mas surgem pólos industriais em outras áreas. Percebemos uma polarização do centro urbano e essa característica se fortalece principalmente na década de 1990, demonstrando as políticas de fortalecimento para os pólos de desenvolvimento (DRUMMOND JR, 1999).

As desigualdades sociais no Estado de Goiás podem ser corrigidas desde que sejam criadas condições para a distribuição equitativa da renda, alterando a estrutura produtiva, de forma a amenizar a concentração

fundiária e estimulando o desenvolvimento sustentado baseado em aspectos ambientais e culturais, tornando as regiões mais homogêneas no processo produtivo.

As políticas públicas de desenvolvimento regional não demonstram a preocupação de amenizar as desigualdades regionais. Isso não significa que seja necessário implantar grandes indústrias, mas requer a criação de infra-estrutura para que a população residente tenha melhores condições de vida e que com isso possa estimular o desenvolvimento do setor de serviços, gerando riqueza e distribuição de renda.

Com políticas que visem amenizar os efeitos danosos do processo de urbanização acelerada e desenvolvimento sustentado para a região, os indicadores sociais terão uma melhora gradativa, na medida em que a região for inserida no processo de desenvolvimento econômico, criando condições para a homogeneização produtiva no Estado.

É necessário conter o avanço da concentração



fundiária, desconcentrando a produção e gerando emprego e renda para toda a população, políticas que já existem, mas que ainda precisam ser aperfeiçoadas com o intuito de envolver a população local para que as medidas tornem-se efetivas e permanentes.

Considerações Finais

O Brasil mostra-se como um país repleto de contradições, é um exemplo de potência emergente de âmbito regional, sendo que suas várias regiões tiveram contatos diferenciados com a economia-mundo e por isso apresentam um desenvolvimento heterogêneo; enquanto em algumas regiões há uma frenética dinâmica capitalista, em outras se vive num ritmo determinado pela natureza em extensas regiões (Becker e Egler, 1998).

Desde a colonização até o século XX, o Brasil constituiu-se como um país rural, escravocrata e primário-exportador, com a base econômica montada ao longo do litoral e dispersa em várias regiões sem conexão entre si. É a partir de 1930, que o Estado começa a planejar um desenvolvimento industrial, estipulando políticas trabalhistas de caráter capitalista dando novas feições à economia brasileira.

Contudo, essa base industrial foi concentrada apenas na região sudeste do país, e somente nos anos 1970 é que o movimento de desconcentração espacial da produção nacional atingiu a indústria. Percebe-se assim, a dinamização de diversos focos em diferentes subespaços das macro-regiões, contrabalançando a tendência à concentração do dinamismo industrial (ARAUJO, 1999; FREITAS, 2005).

Nesse contexto, o estado de Goiás, ao inserir-se na economia nacional, sofre um rearranjo interno que também é marcado por desigualdades regionais e concentração da renda na expansão capitalista dada principalmente a partir da década de 1980, quando houve mudanças estruturais na economia regional (FREITAS, 2004). Diante disso, algumas regiões, dentre elas a Região Nordeste tornou-se uma região "atrasada", contrastando com outras regiões do Estado.

Entretanto, são desenvolvidas apenas tímidas políticas no que se refere aos indicadores sociais, como saúde pública, educação, habitação e sanea-

mento, mesmo tratando-se das regiões mais pobres do estado. Apesar disso, o que pode ser observado é que os estímulos à produção foram importantes no sentido de contribuir para o desenvolvimento do agronegócio em todo o estado. Como exemplo o gradativo aumento da produção de soja, cultura tipicamente latifundiária e a diminuição da produção de culturas em pequenas propriedades aumentando a concentração de riquezas, situação que se mantém com o aval das políticas públicas.

Referências

ARAUJO, Tânia Bacelar de. Por uma política nacional de desenvolvimento regional, Fortaleza: revista Econômica do Nordeste. Vol. 30, n2, abr - jun de 1999.

BECKER, Bertha K e EGLER, Cláudio A. G.. Brasil "Uma nova potência regional na economia-mundo" 3ª edição Rio de Janeiro 1998 Editora Bertrand Brasil.

Benko, G. Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI. São Paulo: HUCITEC.1996.

BORGES, E. B. Et al. Ensaio sobre Economia Regional Goiana,. Anápolis: UEG. 2004.

DRUMMOND Jr. A Urbanização de Centros Cosmopolitas. Tese de Mestrado Unicamp, 1999;

ESTEVAM, Luís. O tempo da transformação "estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás", Goiânia, Goiás 2ª edição, 2004 editora UCG.

FREITAS, César Augustos L.L. de. Goiás: quais os caminhos para o desenvolvimento? Goiânia: Conjuntura Econômica Goiana. N 04. Maio de 2005.

FREITAS, César Augustos L.L. de. Inserção e Perspectivas do Nordeste Goiano na Divisão Regional do Trabalho em Goiás. Goiânia: Conjuntura Econômica Goiana. N. 02. Novembro de 2004.

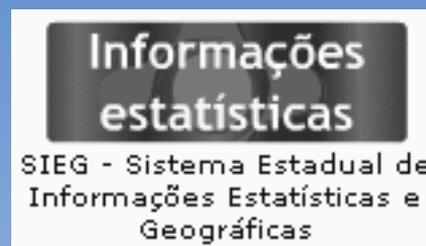
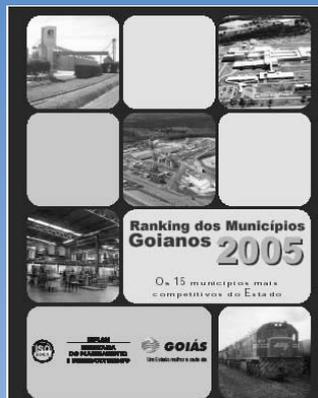
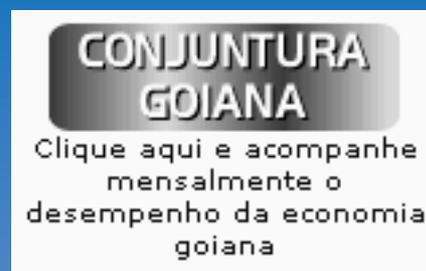
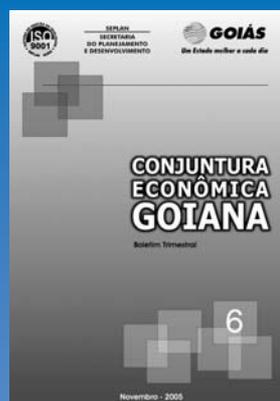
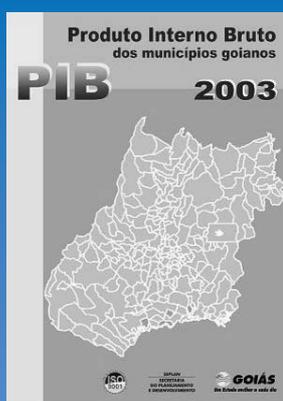
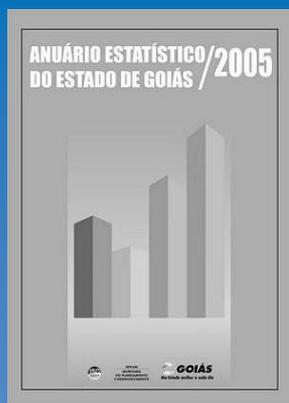
PASCHOAL, Júlio A. R. O papel do Fomentar no processo de estruturação industrial em Goiás 1984-1999. Universidade Federal de Uberlândia (Dissertação de Mestrado), 2001

POCCHMAN, Márcio. Reestruturação Produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Petrópolis: Vozes, 2004.



Visite o site da Seplan e conheça nossas publicações

DESTAQUES



Acesse <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>



Email: conjunturagoiana@seplan.go.gov.br



SEPLAN
SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO

 **GOIÁS**
Um Estado melhor a cada dia



Normas para publicação de artigos

O **Boletim Conjuntura Econômica Goiana**, editado pela Superintendência de Estatística Pesquisa e Informação, da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura econômica de Goiás.

Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos:

- Resumo contendo no máximo 10 linhas e palavra-chave;
- Formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 4 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- Cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à SEPIN, ou cópia magnética enviada para o e-mail: conjuntura@seplan.go.gov.br;
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da SEPLAN.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Envie-nos seu artigo



Sepin
Superintendência de Estatística
Pesquisa e Informação



GOIÁS
Um Estado melhor a cada dia